

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 14 de Abril de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1061 • Director: Carlos Brito

Reunião da Comissão Política do CC do PCP

NÃO À REABILITAÇÃO DO FASCISMO

Pág. 4

**Carlos Carvalhas
Luís Sá
e Isabel Castro
visitaram
municípios
da
Margem Sul**

Pág. 5



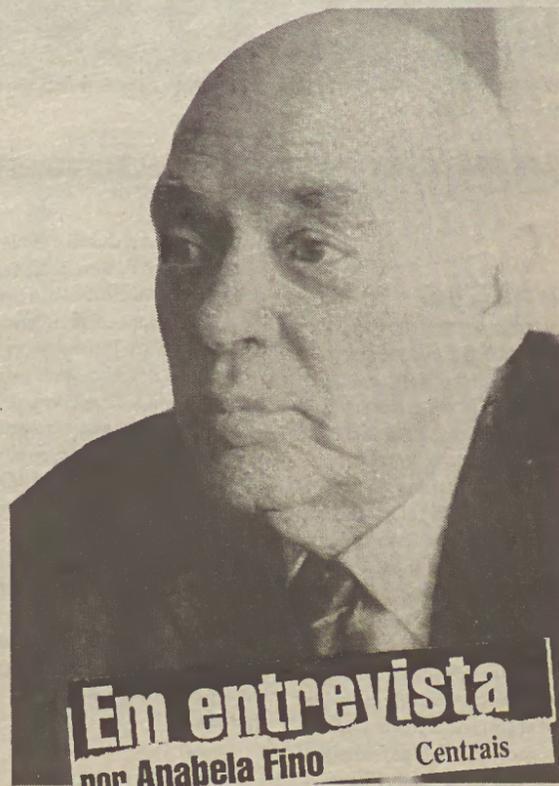
Desemprego sobe em Setúbal

Pág. 8

Fome no Alentejo

Pág. 21

Rosa Coutinho



Em entrevista
por Anabela Fino **Centrais**

**Quem são
os candidatos
da CDU
às eleições
europeias**

Págs. 24 e 25

20 anos **Avante!** Suplemento

VIVA ABRIL

As
conquistas
da
Revolução



Associações de estudantes pedem aos reitores para não fixarem os valores das propinas

RESUMO

6
Quarta-feira

O PCP defende na Assembleia da República a necessidade urgente de reformar a lei de enquadramento dos Serviços de Informações ■ O líder do CDS convida Rosado Fernandes, dirigente da CAP, para o segundo lugar da lista às Europeias ■ O Presidente da República cumpre o seu terceiro dia de Presidência Aberta em terras do Algarve ■ Boris Ieltsin propõe um pacto de paz às principais forças políticas russas para vigorar nos próximos dois anos ■ O presidente chileno exige publicamente a demissão do chefe da polícia militar acusado de encobrir o rapto e assassinio de três dirigentes comunistas em 1985 ■ O Governo sul-africano e o ANC reiteram o propósito de manter as eleições marcadas para Abril, recusando o adiamento proposto pelo Inkatha.

7
Quinta-feira

O escudo continua a ser alvo das operações de especuladores que depois de o manterem uma semana sob pressão acabam por perder milhões com taxas nos cem por cento ■ O líder do CDS chama "sanguessugas" aos deputados; reagindo aos ataques, que classificam de indignos e soezes, parlamentares acusam Manuel Monteiro de ser "um mentiroso de alto gabarito" ■ Trabalhadores da Tabaqueira concentram-se frente à sede da empresa para protestar contra o cessar das negociações salariais ■ Os presidentes do Ruanda e do Burundi morrem em consequência da queda do avião em que seguiam ■ A Câmara Alta do Parlamento russo recusa-se a ratificar a demissão do procurador-geral, Aleksei Kazannik, demissão exigida por Boris Ieltsin ■ Berlusconi rejeita a ideia de um governo transitório proposta pela Liga Norte.

8
Sexta-feira

No final da reunião do Conselho Nacional da CGTP, Carvalho da Silva acusou o Governo de apresentar cenários irrealistas do País e de esquecer de actualizar as prestações sociais ■ A Associação Nacional de Estagiários reafirma que a Ordem dos Advogados não tem competência para impor um exame de acesso de carácter eliminatório ■ O ANC admite reconhecer um estatuto especial ao rei zulu no quadro da nova África do Sul pós-eleitoral ■ Um dia após o atentado que vitimou o presidente do Burundi e do Ruanda, neste último país instala-se a guerra civil com a generalização de actos de violência ■ Moscovo exige participar no G-7 como contrapartida à sua entrada na Parceria para a Paz ■ O primeiro-ministro japonês, Morihiro Hosokawa, apresenta a sua demissão após denúncias da oposição acerca do seu alegado envolvimento em negócios suspeitos.

9
Sábado

A CGTP-IN inicia as comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril, com uma exposição alusiva e uma sessão

pública no decorrer da qual é reafirmado que os ideais da Revolução, entre eles os direitos dos trabalhadores, continuam "válidos e actuais" ■ O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis entrega ao Presidente da República, à sua passagem pela Covilhã, um dossier onde se refere o encerramento de 35 empresas nos últimos quatro anos que lançou no desemprego mais de dois mil trabalhadores ■ O Primeiro-Ministro inicia uma visita oficial à China ■ Forças da Frente Patriótica avançam sobre a capital do Ruanda, Kigali, num clima de guerra civil que está a provocar o êxodo de grandes massas populacionais ■ Integristas egípcios assassinam, em pleno Cairo, o número dois dos serviços de segurança.

10
Domingo

O Partido da Terra realiza o seu primeiro Congresso onde decide concorrer às eleições europeias ■ Aviões da NATO atacam forças sérvias que horas antes tinham conquistado parte da cidade de Gorazde, enclave muçulmano na Bósnia oriental ■ Palestinos e israelitas retomam as negociações sobre a autonomia da Faixa de Gaza e de Jericó ■ Os partidos de esquerda e do centro italianos acusam a direita de querer efectuar um "golpe de Estado" através de um "acordo constitucional" entre Bossi e Fini ■ Segunda volta das legislativas na Ucrânia dá vitória aos comunistas.

11
Segunda-feira

José Carreira, presidente da Associação Sócio-Profissional da PSP, apresenta-se ao serviço depois de seis meses de suspensão ■ O Conselho de Reitores reúne com associações de estudantes de todo o País para debater a fixação do preço das propinas ■ O Sindicato dos Enfermeiros lança um abaixo-assinado para "denunciar a falta de diálogo do Governo na negociação do estatuto profissional" ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros russo lança aviso à NATO a propósito dos bombardeamentos aéreos a posições sérvias ■ Dois batalhões da Frente Patriótica cercam a capital do Ruanda.

12
Terça-feira

O Ministério da Educação fixa as propinas em 80 mil escudos depois do Conselho de Reitores ter decidido não estabelecer algum valor por os Senados não terem sido ouvidos, tal como determina a Lei de Autonomia universitária ■ Os bancos suspendem por 60 dias a taxa multibanco ■ Cavaco Silva defende na China o fim das sanções da União Europeia a este país ■ Chegam a Joanesburgo os mediadores internacionais que vão tentar resolver o impasse criado pelo Inkatha com o boicote às eleições ■ A Ucrânia decidiu unilateralmente desmantelar e transferir a unidade da frota do Mar Negro baseada em Odessa para as suas forças armadas, agravando a polémica que mantém com o Estado russo sobre a propriedade da frota.

Abril presente

C Abril domina a actualidade política nacional, não só pelas comemorações do 20º aniversário da revolução e as razões do passado, mas sobretudo pelas razões do presente e as suas implicações futuras.

A vida dá plena razão a uma tese essencial do Programa do PCP, quando salienta: "Os grandes valores da Revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projectam-se como realidade, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal.

Os que no dia de hoje se afadigam, em diferentes quadrantes político-partidários, a reescrever a história da década de 70, o que pretendem acima de tudo é riscar os grandes valores de Abril do imaginário do País e do ideário da nossa democracia.

A opinião democrática do País indigna-se justamente com a arrogância revanchista com que os saudosistas da ditadura, incluindo seus responsáveis directos (civis e militares) e até torcionários da PIDE, reaparecem nos ecrãs da televisão, nas parangonas dos jornais e em actos públicos pretendendo absolver o fascismo, o colonialismo e a guerra colonial e atacando das formas mais caluniosas o 25 de Abril, a descolonização, outras realizações da revolução e os seus protagonistas do MFA e das forças democráticas e populares.

Esta arrogância revanchista da extrema direita e sobretudo as amplas oportunidades que lhe são conferidas para se manifestar, especialmente nas televisões, constituem um sério motivo de alerta para todos os democratas e uma grave razão para que não fiquem de braços cruzados.

É, no entanto, indispensável acrescentar que não são apenas os que defendem sem qualquer reboço o 24 de Abril que se comprazem nestas actividades de absolvição do fascismo e dos seus crimes.

O branqueamento da ditadura de Salazar e Marcelo Caetano vem de par com o avanço do poder económico e político do grande capital. Tem, por isso, largo curso nos meios governamentais do PSD e até em certos meios do PS, onde eufemisticamente já se lhe chama "ditadura conservadora".

Isto anima a ofensiva revanchista da extrema direita e sobretudo leva a água, nalguns casos inadvertidamente, estamos certos, à tese da "desnecessidade" do 25 de Abril e, claro, de tudo o que consigo trouxe: a revolução, a descolonização, a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores e, para alguns, até o

regime democrático, ao menos nos termos em que foi consagrado na Constituição.

Esta é a tese mais radical para a negação de Abril e dos seus valores, mas há outras não menos provocatórias e de objectivos não menos capciosos.

O depoimento de Cavaco Silva para o programa "De Caras", da RTP 1, sobre a descolonização, de terça-feira, dia 5, é um insulto ao Portugal democrático nascido do 25 de Abril, com a especial gravidade de ser produzido por quem desempenha as funções de Primeiro-Ministro.

Para Cavaco Silva, a descolonização "não foi feita com a mínima dignidade para o nosso país", e segundo ele nem serviu Portugal, nem os portugueses que

A saudável indignação que se levanta na consciência democrática do País, na reprovação da violência verbal com que os derrotados da revolução se atiram agora contra ela, põe em evidência as forças com que o regime democrático pode contar.

residiam nas ex-colónias, "nem serviu os povos dos territórios onde hoje se fala português."

Aqui temos um exemplo de um julgamento ultrafaccioso, que só pode ser produzido por quem nunca percebeu a tragédia que a guerra colonial representava para o nosso país, o nosso povo e especialmente para a juventude portuguesa e o que representava, também, para os povos das ex-colónias. É um julgamento de quem nunca percebeu igualmente a luta e o heroísmo com que estes povos se bateram para alcançar a independência e não qualquer autodeterminação.

Há, no entanto, que assinalar que Cavaco, como o outro que fazia prosa sem o saber, diz a verdade sem dar por isso. Se o "desastre" da descolonização fosse o que Cavaco pretendeu pintar tão facciosamente é seguro que os "povos desses territórios" não fariam português vinte anos depois, como acontece e não aconteceria provavelmente com uma descolonização neocolonial como aquela que implicitamente defendeu.

Além disso, que credibilidade pode merecer como interlocutor dos novos

Estados africanos que se formaram nas ex-colónias portuguesas, quem afirma, contra toda a evidência da história, que foram "as forças políticas de orientação totalitária" que "trabalharam para servir os interesses do bloco comunista"?

Cavaco deve ter aprendido esta "ciência" nos apontamentos americanos do seu ex-assessor Freire Antunes.

O facto é que traz assim à superfície os ressaibos do neocolonialista que quando apela à "cooperação" tem sempre o propósito reservado de restabelecer, na medida do possível, antigas formas de exploração e dominação devidamente adaptadas aos tempos actuais.

O depoimento de Cavaco Silva não tem nada em vista pacificar a questão da descolonização, mas o de exacerbar e exaltar os ânimos em torno dela.

Neste quadro parece concertado com os delírios neocolonialistas do faccioso "historiador" Braga de Macedo. É evidente que não o faz a bem da democracia...

Para quem tenha dúvidas a este respeito, basta observar com atenção os outros dois depoimentos do Primeiro-Ministro para o programa "De Caras", relativos à democratização e ao desenvolvimento, para confirmar plenamente os seus propósitos de introduzir novas inflecções autoritárias no regime democrático português.

A ofensiva revanchista e reaccionária contra o 25 de Abril, vinte anos depois do derrubamento da ditadura fascista, permite avaliar os perigos que cercam a democracia portuguesa.

A saudável indignação que se levanta na consciência democrática do País, na reprovação da violência verbal com que os derrotados da revolução se atiram agora contra ela, põe em evidência as forças com que o regime democrático pode contar.

É muito necessário que estas forças tomem aberta expressão política para conter em respeito os adversários da democracia e os que já se bandeiam com eles, como se tem visto em debates televisivos, dir-se-ia que organizados mais para denegrir e negar o 25 de Abril, do que para o enaltecer como um acontecimento marcante da nossa história.

É indispensável que a indignação e a força da consciência democrática do país saiam à rua para celebrar Abril nas comemorações oficiais e autárquicas, nas manifestações populares, especialmente no próprio dia 25 de Abril, como o desfile da Avenida da Liberdade, em Lisboa, e na Praça da Liberdade, no Porto

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000900. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roxa — Linhó — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750500
25 números: 3 487550

ESPAÑA
50 números: 13 300500

EUROPA
50 números: 24 750500

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE, MACAU
50 números: 26 650500

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950500

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Secretas à rédea solta

Passou quase despercebido o debate parlamentar sobre o relatório do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações.

No entanto, a matéria que foi discutida reveste a maior importância para o regime democrático e à liberdade de cada um de nós.

Tornou-se mais uma vez evidente que os chamados Serviços de Informações são uma arma política secreta nas mãos do Governo e do PSD. Uma arma apontada confiadamente à luta dos trabalhadores e da juventude e ao quotidiano das minorias étnicas e que há todas as razões para desconfiar que está igualmente apontada contra todas as actividades que o poder laranja considere adversas.

O mais inquietante é que estes serviços secretos andam completamente à rédea solta no seu "trabalhinho" de espiar, infiltrar, vigiar, fazer fichagem, aliciar e em alguns casos intimidar os cidadãos incautos.

O país teve uma triste experiência deste tipo de actividades secretas durante a ditadura fascista.

Na verdade, não existe qualquer espécie de verdadeira fiscalização sobre estes Serviços de Informações. O Conselho de Fiscalização, com as competências que detém actualmente, é uma ficção, um logro e um ludíbrio, pois a acção fiscalizadora do Conselho exerce-se sobre relatórios e informações que os próprios Serviços lhes fornecem. Isto dava para rir, tratando-se desta espécie de Serviços, se não fosse a sua gravidade...

O que melhor se conhece da actividade dos Serviços de Informações resulta ou da sua ostentação ou dos seus lapsos, nomeadamente, as filmagens intimidatórias do SIS de manifestações de trabalhadores e estudantes, como fazia a PIDE, e, como ela, a participação em conferências de imprensa sob o disfarce de jornalistas e a infil-

tração em direcções de associações de estudantes. Nada disto é condenado pelo Conselho.

Por outro lado é forçoso perguntar: Está o Conselho em condições de garantir, ao contrário do convencimento geral, que os Serviços não fazem escuta telefónica, violação de correspondência ou vigilância sobre actividades de partidos da oposição, como se descobriu que a DINFO fazia, não há muito? Com isto o Conselho não se inquieta.

Por que é que o Conselho de Fiscalização, maioritariamente de influência PS, que reconhece que não tem meios para fiscalizar, continua a dar pareceres em que se pronuncia pela conformidade da acção dos Serviços "com os preceitos constitucionais e legais estabelecidos"? Não é isto assumir o papel de encobridor ou de paucabeleira das picardias dos secretas laranja?

Depois de vários anos de experiência chegou-se a um ponto em que ou se altera a composição e as competências fiscalizadoras do Conselho da Assembleia da República, como propõe o PCP, ou toda a chamada fiscalização parlamentar se torna um embuste.

Um embuste em que o PS terá acrescidas responsabilidades.

■ Carlos Brito

Os chamados Serviços de Informações são uma arma política secreta nas mãos do Governo e do PSD

Três vezes mentiroso

Há assuntos e ocasiões em que, contra as regras da pedagogia, é legítimo entrar a matar.

Concretizando: o Sr. Manuel Monteiro, além de aplicado plagiador de protestos e denúncias do PCP sobre certas consequências económicas e sociais da integração europeia, é um impenitente demagogo e um refinado mentiroso.

Com efeito, entre quinta-feira e domingo passados - ou seja, no curto período de quatro dias - por três vezes abriu a boca para falar sobre a questão dos «deputados sanguessugas» e por três vezes mentiu descaradamente.

Da primeira vez, com alguma tolerância e boa vontade, ainda se podia admitir que estava mal informado ou que tinha sido maldosamente intoxicado por algum deputado do CDS (talvez o mesmo que afirmou que os vencimentos dos deputados eram insuficientes).

Mas nas duas vezes seguintes, passados três dias, primeiro no Conselho Nacional do seu partido e depois na entrevista ao «Jornal de Domingo» da RTP/1, já obrigatoriamente na posse da verdade dos factos, não tem nem desculpa nem perdão.

Perante largas centenas de milhares de telespectadores, afirmou Manuel Monteiro: «Tenho aqui um papel timbrado da AR, da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que diz, na sua página 5, qualquer coisa como isto: «Somos de opinião que a elaboração de relatórios deve ser objecto de uma compensação pecuniária». E logo acrescentou: «Isto foi aprovado, este parecer foi aprovado na Comissão».

Mas o que Manuel Monteiro, prisioneiro de uma demagogia e de uma desonestidade sem limites, escondeu deliberadamente de centenas de milhares de telespectadores foi:

- primeiro: que acabava de ler uma passagem do relatório elaborado por um deputado do PSD com a sua opinião, relatório que, como é hábito em algumas comissões parlamentares, não foi sujeito a qualquer votação;

- segundo: que o «papel timbrado da AR» que triunfalmente exibiu perante a entrevistadora e perante as câmaras, também continha, na décima e última página, o parecer efectivamente votado e aprovado onde, contrariando claramente a opinião do deputado relator, se afirmava que a caracterização de determinadas acções como trabalhos parlamentares «não traz implícitas quaisquer outras consequências que não sejam a de as revestir da dignidade que lhes é própria», ou seja, trocando por miúdos, para a elaboração de relatórios toda a dignidade mas quanto a dinheiro nicles!

E foi escamoteando premeditadamente estes dados essenciais que Manuel Monteiro, por três vezes, se permitiu acusar caluniosamente o PCP, a par do PSD e do PS, de querer, entre outras coisas, «novas mordomias do sistema», quando a verdade é que o voto do PCP a favor deste parecer é irrecusavelmente um voto contra qualquer remuneração suplementar, o mesmo não se podendo dizer da estranha abstenção do CDS.

Dito isto, que já foi dito pelo Grupo Parlamentar do PCP sem qualquer acolhimento na comunicação social, só resta agora aguardar ansiosamente que, depois de por três vezes ter mentido sobre a mesma matéria, Manuel Monteiro alcance a merecida recompensa: trinta linhas muito independentes de Paulo Portas louvando a «coragem» e a «frontalidade» do novo ídolo político desse excelso democrata que se dá pelo nome de João Braga.

■ Vítor Dias

À caça dos pardais

A «nova imagem», bonacheirona e familiar, que o actual titular da pasta das Finanças cultivava - em estudado contraste com a vampiresca memória do seu antecessor - acaba de receber a generosa achega de uma entrevista de seis páginas - seis do *Expresso*, ilustrada com dezasseis poses "humanizadas", mais os destaques "pedagógicos" e os separadores q.b..

Preendida e atingida a sintonia entre o texto - um indistigável amontoado de lugares-comuns da política cavaquista - e as omnipresentes expressões do entrevistado, difícil se torna separá-los no esforço interpretativo.

Pensativo, Catroga deixa cair com candura o montante das dívidas ao fisco e à segurança social - 900 milhões de contos, fora os juros - isto sem contar com a evasão fiscal generalizada, ou com os mil casos já

conhecidos de facturas falsas. O que seria revelação mais que suficiente para o Governo ir à Assembleia, para acesos debates, manchetes e controvérsia pública - quicá para questionar o futuro de um executivo com tal passado - dissolve-se na entrevista quasi por encanto. *Algunhas rugas marcam, é tudo, o semblante concentrado do ministro.*

Convincente Catroga relembra que o país fez "por razões de solidariedade social um grande esforço (sic) na actualização das pensões e no alargamento dos benefícios". Desfia depois o rosário dos factores-chave do que chama "competitividade", como a "grande moderação salarial", a "melhoria da rentabilidade" das empresas, a "flexibilidade na organização do trabalho", o aumento da formação profissional "em ambiente oficial e empresarial" (traduza-se mais fundos comunitários para as grandes empresas), a

"redução dos custos indirectos do factor trabalho" (ainda menos segurança social, portanto). E não podendo negar a tendência para o agravamento da taxa de desemprego conclui em pose desculpabilizante e à boa maneira do senhor de La Palisse, que "não é o Governo que cria emprego, são as empresas".

Hilariante Catroga enumera os "sinais muito positivos de retoma económica", para linhas abaixo sublinhar, de modo contraditório e professoral que "sempre disse, e repete, que a recuperação da economia portuguesa e da economia da União Europeia vão ser lentas e difíceis".

Enternecido aborda as privatizações, prometendo que o interesse financeiro do Estado "não é um objectivo em si e muito menos um objectivo de maximização", que pretende "fixar preços que permitam ao público ganhar dinheiro e interessar-

-se pelas operações", que em relação ao sector estratégico das telecomunicações "o preço tem também de ser capaz de atrair investidores privados e institucionais, nacionais e estrangeiros" e do mesmo modo em relação ao sector da energia.

Pela amostra se compreende o entusiasmo do painel mensal *Expresso/Empresários*, quando 75% consideram positivamente (e apenas 6% negativamente) o perfil de Eduardo Catroga para ser um "bom ministro das Finanças".

Num pormenor intimista que faz a delícia dos redactores do *Expresso*, o ministro confessa-se "um português normal", com "uma infância feliz" e em que "jogou à bola, foi aos ninhos e à caça dos pardais".

Quanto à caça dos pardais foi hábito que perdurou, como se observa.

■ Edgar Correia

PETRÓLEO droga e direitos humanos

Colômbia - 4 decénios de estado de emergência para "legalizar" a repressão generalizada. Terrorismo de Estado dos mais brutais entre outros de algumas das "democracias" latino-americanas. Campeia a violência e a degradação social: 1 atentado em cada 5 horas, 20 000 assassinatos por ano, 4 crianças morrem diariamente vítimas de agressões e sevícias.

Em 1991, o governo viu-se obrigado a ceder perante a força do movimento popular e do movimento guerrilheiro armado. Foi, então, outorgada uma Constituição reconhecendo direitos e garantias fundamentais. Desenvolve-se um processo de negociações que conduziu à desmobilização de alguns movimentos guerrilheiros, como o M19, (outros, como a FARC, embora participando nas negociações, recusam desmantelar a sua estrutura) mas que, a breve trecho, se revela no essencial como uma operação visando enfraquecer as forças de oposição.

Incapaz de sufocar o descontentamento e a luta popular, designadamente nos sindicatos e administrações municipais, conjugada com o retomar das guerrilhas e a sua cooperação no quadro da Coordenadora Guerrillera Simón Bolívar, o governo decreta o "Estado de Conmoción Interna" - censura, escutas telefónicas, buscas domiciliárias, atribuição de funções judiciais às FFAA, etc. - e converte em legislação permanente as leis de excepção, através dum "sistema judicial" de juizes sem rosto, testemunhos secretos e negociação de penas, favorecendo a violação permanente dos direitos humanos.

Esta "guerra suja" contra o povo visa sobretudo as forças democráticas mais consequentes, como a União Patriótica e o PC Colombiano e acompanha a implementação das orientações neoliberais do FMI e do Banco Mundial, traduzidas na política de privatizações, que incluem a segurança social, a redução dos gastos públicos, concessões ao grande capital e a militarização da economia.

A ingerência dos EUA nos assuntos internos da Colômbia dá um novo salto em frente a pretexto de "objectivos humanitários". Além do apoio às forças militares e paramilitares sob a fachada de luta contra a droga, os EUA fornecem armamento e aviões militares que bombardeiam zonas camponesas e instalam um radar numa região do Pacífico onde existem jazidas de petróleo por explorar.

É neste contexto repressivo que este ano se realizam 3 eleições. Em Março último, a campanha decorreu num clima de intimidação, violência e crimes (80 assassinatos de militantes do PCC e da U.P. cuja Presidente foi forçada a exilar-se) em paralelo com a manipulação informativa. Em resultado, apenas 30% dos eleitores foram às urnas e 8,8% expressaram-se brancos ou nulos.

A luta vai continuar. Impõe-se encontrar formas de solidariedade e corresponder ao apelo da União Patriótica para que se desenvolvam acções "que obriquem o governo colombiano a pôr de parte a arrogância e a prepotência em torno da guerra integral e da negativa do diálogo".

Não se pode aceitar que, a pretexto do combate à droga, prossiga uma política de aniquilamento das organizações populares e progressistas, cujas tradições de luta são reconhecidas interna e externamente, e que mais não visa do que colocar a Colômbia numa órbita segura dos EUA.

M.B.

Conferência de Imprensa da Comissão Política Contra a campanha de branqueamento do fascismo

Aspectos do debate político e ideológico em torno do 20º aniversário do 25 de Abril de 1974 foram o tema central de uma Conferência de Imprensa ontem promovida pela Comissão Política do PCP, dada por Vítor Dias, que começaria por dizer que o PCP «denuncia e move firme combate à campanha política e ideológica que, com múltiplas expressões e componentes, está em desenvolvimento com o intolerável objectivo de proceder ao branqueamento e reabilitação da ditadura fascista e do colonialismo, de denegrir, julgar e condenar a revolução democrática e de colocar no banco dos réus perante a opinião pública as forças e sectores democráticos, civis e militares, que maior contribuição deram para o derrubamento da ditadura, a conquista da liberdade e a fundação, construção e defesa do regime democrático consagrado na Constituição aprovada em 1976».

Aquele dirigente do PCP especificaria o que considerou ser «o propositado escamoteamento da natureza de classe do regime fascista enquanto ditadura terrorista dos grupos monopolistas e dos latifundiários (verdadeiros mandantes e principais beneficiários do regime e seus activos e constantes apoiantes) procurando-se mesmo atribuir-lhes intuítos e posições democratizantes e demarcações do fascismo que nunca existiram mas cuja invenção serve de legitimação ao processo de total reconstituição do poder do grande capital que vem sendo desenvolvido desde 1976».

Sistemático denegrimento

Vítor Dias, por outro lado, sublinharia «o sistemático denegrimento e contestação da necessidade, justeza e legitimidade de grandes transformações como as nacionalizações e a reforma agrária que foram inteiramente justas quer como medidas de emergência para a defesa da democracia face às conspirações e à sabotagem desenvolvidas pelos grupos monopolistas, quer por objectivos de justiça social e um desenvolvimento económico ao serviço do povo português», enquanto o silenciamento «das numerosas e importantes medidas adoptadas em 1974 e 1975 de melhoria das condições de

vida da população e do imenso e histórico património de direitos e regalias sociais então conquistados, de avanços políticos, cívicos, sociais e culturais então alcançados, de positivas transformações e mudanças então operadas em vastos domínios e áreas da vida nacional» seria igualmente denunciado por aquele dirigente.

Para os comunistas, no contexto desta campanha, assumem um carácter particularmente chocante «as operações de falsificação, deturpação e calúnia em torno da descolonização e as tentativas de reabilitar a defesa de soluções neocolonialistas, umas e outras convergindo na contestação aberta à concretização efectiva do direito à independência pelos povos das antigas colónias».

Justas realizações de Abril

Assim, a conferência de imprensa de ontem foi local para o PCP reafirmar, por um lado, «que a paz, o fim da guerra colonial e a contribuição da luta do povo português para a independência dos povos das colónias se inscreveram entre as mais justas, mais necessárias e mais importantes realizações da revolução de Abril», enquanto por outro lado voltou a manifestar que «a recusa ou adiamento da concretização do direito à independência dos povos submetidos ao colonialismo português e a procura da imposição de soluções neocoloniais teria significado inevitavelmente a continuação da guerra e mais inadmissíveis sofrimentos para o povo português e para os povos africanos e, com grande probabilidade, o comprometimento do próprio processo de democratização da vida nacional».

Vítor Dias registou e manifestou o elevado apreço do seu Partido por numerosas contribuições, posições e intervenções de orientação democrática, «apostadas numa reflexão serena e rigorosa sobre o percurso da vida nacional nos últimos vinte anos e os seus antecedentes mais próximos», mas considerou entretanto que, no quadro do debate em curso, «se verifica um importante conjunto de linhas defeituosas de informação, interpretação e análise que, em sua opinião, não correspondem à verdade da história, do processo e dos acontecimentos capitais da revolução democrática».

Estímulos retrógrados

«O PCP chama a atenção para que as renovadas operações de reabilitação do fascismo e do colonialismo e as principais linhas de mistificação e deturpação sobre a revolução democrática e as suas realizações, por um lado, são inseparáveis da prolongada ofensiva da política de direita e, por outro, recebem evidentes estímulos da parte do Governo do PSD, como é escandalosamente patente no teor retrógrado dos depoimentos prestados por Cavaco Silva, sobre a democratização, a descolonização e o desenvolvimento, ao Programa «De Caras» da RTP/1», disse.

Os grandes valores e ideais do 25 de Abril constituem para o PCP «e devem continuar a constituir», um justo estímulo para os trabalhadores prosseguirem a luta presente contra a política de direita, «pela defesa dos seus interesses e direitos e aspirações, por uma nova política e por uma alternativa democrática, por um projecto de democracia, desenvolvimento, bem-estar, justiça e progresso social correspondente às necessidades de Portugal e dos portugueses».

Os comunistas aproveitaram entretanto para saudar «o vasto, diversificado e pujante movimento de realizações e iniciativas que, para assinalar os 20 anos da Revolução de Abril, estão a ser promovidas ou preparadas por múltiplas organizações e estruturas populares e associativas, autarquias, organizações sindicais e associações juvenis», apelando aos trabalhadores, a todos os democratas e antifascistas para que participem massivamente nas comemorações populares, com destaque, no próprio dia 25, para o desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa e para a concentração na Avenida dos Aliados no Porto, «assim construindo uma revigorada afirmação da actualidade dos ideais democráticos e humanistas do 25 de Abril e um poderoso testemunho das suas sólidas e indestrutíveis raízes na sociedade portuguesa».

Vítor Dias disse ainda que aqueles que «estão atacando o 25 de Abril e insultando democratas, antifascistas e militares de Abril não podem deixar de ser frontalmente repudiados e rejeitados por todos os portugueses de sentimentos democráticos».

Debate-convívio sábado, na Atalaia

À semelhança dos últimos anos, realiza-se no próximo sábado, pelas 15 horas, na Quinta da Atalaia, um debate-convívio sobre a preparação da edição deste ano da Festa do «Avante!».

No encontro, em que se prevê a participação de camaradas de várias regiões do País, serão divulgados pormenores sobre as obras de beneficiação em curso no terreno, assim como alguns aspectos gerais do que será a 18ª edição da Festa do «Avante!», que se realiza no ano do 20º aniversário da revolução de Abril e decorrerá sobre o lema Festa do «Avante!», Festa de Abril.

A campanha pela venda antecipada das EP's e a dinamização da construção militante da festa através de jornadas de trabalho de fim-de-semana e de fim de dia, são ainda outros importantes aspectos que vão ser debatidos na iniciativa.

A encerrar os trabalhos do debate, intervirá Henrique de Sousa, membro do secretariado do Comité Central do PCP, a que seguirá um lanche de confraternização.

A organização convida a participar neste iniciativa todos os que, das mais diversas formas, colaboram no projecto, na cons-

trução, e nas mais diversas actividades da programação desportiva, cultural e política da Festa do «Avante!».

Sábado, no Porto Homenagem a Lobão Vital

Será no próximo sábado, pelas 11 horas, que se procederá à trasladação para jazigo próprio dos restos mortais do arquitecto Lobão Vital, depois de uma campanha de homenagem que promoveu a construção do jazigo no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto.

No acto, para além da engenheira Virgínia Moura, companheira do militante comunista e destacado dirigente do movimento de unidade democrática antifascista, usarão da palavra o professor José Morgado, também dirigente de importantes movimentos de unidade antifascista, e Jorge Sarabando, membro da DORP e do Comité Central do Partido Comunista Português.

O arquitecto Alcino Soutinho e o escultor José Rodrigues são os

autores do projecto e da escultura que perpetuarão esta homenagem ao corajoso lutador pela liberdade, pela democracia e socialismo, a que se associaram dezenas de democratas, camaradas e amigos que aderiram à campanha que possibilitou o acto a realizar na sexta-feira naquele cemitério do Porto, enviando contribuições necessárias para o sucesso da iniciativa.

Hemodialisados de Évora Há mais responsáveis

A Comissão Concelhia de Évora do PCP considera que apesar do despacho proferido pelo ministro da Saúde, «fazendo cessar a Comissão de Serviço do actual Conselho de Administração do Hospital Distrital de Évora», a responsabilização política pelo sucedido «não deve ficar por aqui. As responsabilidades, por acção e omissões neste caso, devem ser aprofundadas».

Nomeadamente, os comunistas acusam a autoridade de Saúde local e o seu presidente, Mário de Almeida, de não terem desempenhado as suas «funções de órgão do Estado responsável pela vigilância da actuação e decisões dos serviços públicos com reflexos na Saúde», limitando-se a «uma actuação rotineira, sem zelo ou diligência e por isso mesmo deve ser responsabilizado».

Também a «cobertura política e institucional do actual governador Civil, Mira Branquinho, em todo este processo deve ser denunciada, e reafirmada a exigência da sua responsabilização».

A decisão do Ministério, acrescenta aquela estrutura

local do Partido, «vem confirmar a justeza das exigências do PCP, há muito reclamadas de demissão dos actuais responsáveis pelo HDE, pois a sua manutenção constituía não só uma afronta para as famílias dos doentes hemodialisados, como um desrespeito aos profissionais de saúde e factor de insegurança para as populações».

Considerando que as «causas determinantes que estiveram na base dos trágicos acontecimentos ocorridos no HDE» residem na actual «política de saúde e na desresponsabilização das funções do Estado», a Comissão Concelhia de Évora do PCP exige que «o Governo PSD assumas as suas responsabilidades civis» compensando «materialmente e indemnizando os familiares e os doentes afectados clinicamente e prestando assistência social aos doentes sobreviventes e aos agregados familiares dos já falecidos, como, aliás, foi recomendado pela Provedoria da Justiça».

Debate

Álvaro Cunhal em Torres Novas

Um colóquio subordinado ao tema «A Democracia e o 25 de Abril», promovido pelo Cine Clube de Torres Novas, que para tal convidou o presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, vai realizar-se na sexta-feira, pelas 21 e 30 horas, na Alcaidaria do castelo de Torres Novas.

Depois do colóquio, seguir-se-á um debate, aberto à participação de todos os interessados.

Carvalhas e Luís Sá na margem sul Ambiente e cultura precisam mais apoios

José Luís Lopes Pereira, presidente da CM da Moita, conduz a visita ao grande parque ribeirinho do concelho

A construção da nova Ponte sobre o Tejo é hoje uma preocupação central de vários concelhos da margem sul que, a par das expectativas de desenvolvimento, não escondem receios de consequências negativas que um crescimento repentino poderá ter numa zona ecologicamente preservada

Embora integradas na Área Metropolitana de Lisboa, as populações do Montijo, Moita e Alcochete não conheceram as consequências do crescimento vertiginoso que nas últimas décadas afectou outros concelhos do distrito de Setúbal.

Por isso, a perspectiva da nova Ponte, e o fim do isolamento relativo a que o estuário tem votado aquelas margens, provoca sentimentos diversos na população e nos autarcas, que reconhecem a fragilidade e a insuficiência das infra-estruturas existentes face a um crescimento que se adivinha explosivo nos próximos anos.

Ansiando embora pelo desenvolvimento, estes concelhos reivindicam do Governo medidas e meios necessários para acautelar a qualidade ambiental e de vida, evitando que as populações, segundo as palavras de Jacinta

Ricardo, «fiquem debaixo da nova ponte».

A presidente da Câmara Municipal do Montijo falava na nova Biblioteca do concelho, onde estiveram, no passado domingo, o secretário-geral PCP, Carlos Carvalhas, e os candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, Luís Sá e Isabel Castro, no âmbito de uma visita dedicada às realizações do poder local no campo da cultura e lazer.

Depois do Montijo, a comitiva, que era ainda integrada por Manuel Sobral, da Comissão Política do PCP, entre outros dirigentes comunistas, deslocou-se a Alcochete e à Moita para ouvir as preocupações dos autarcas e visitar vários equipamentos construídos por estas autarquias de maioria CDU.

Em Alcochete, as atenções fixaram-se na recuperação do centro histórico da sede do con-

celho e no Museu de Arte Sacra, instalado numa antiga igreja que anteriormente albergara a Santa Casa da Misericórdia.

Com os seus 12 mil habitantes, a pacata vila de Alcochete aguarda também a Ponte, cuja construção levará para a região já nos próximos meses mais de dois mil trabalhadores.

Em breves palavras, o vereador José Jorge realçou algumas das principais obras da Câmara na área da cultura e lazer, sublinhando, por outro lado, que as verbas actualmente disponibilizadas pelo poder central não permitem dar resposta aos novos problemas que se colocam no concelho.

Referindo-se à política comunitária para a cultura, Luís Sá, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, criticou as «tendências uniformizadoras» e defendeu o apoio às autarquias de modo a preservar a diversidade local à qual, referiu, se deve «a riqueza cultural» da Comunidade.

O candidato respondeu ainda às preocupações ambientais, considerando que «as populações têm a felicidade de ter a CDU à frente destes concelhos, num



momento em que uma nova Ponte coloca o risco de ruptura com equilíbrios ecológicos», e manifestou-se confiante de que as autarquias «saberão defender estas zonas».

Por seu turno, a candidata Isabel Castro, dirigente de «Os Verdes», reforçando aquela ideia defendeu que «os custos ecológicos da nova ponte devem ser suportados pelo Poder Central e nunca pelas autarquias».

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, realçaria que uma das preocupações dos deputados da CDU ao PE «é

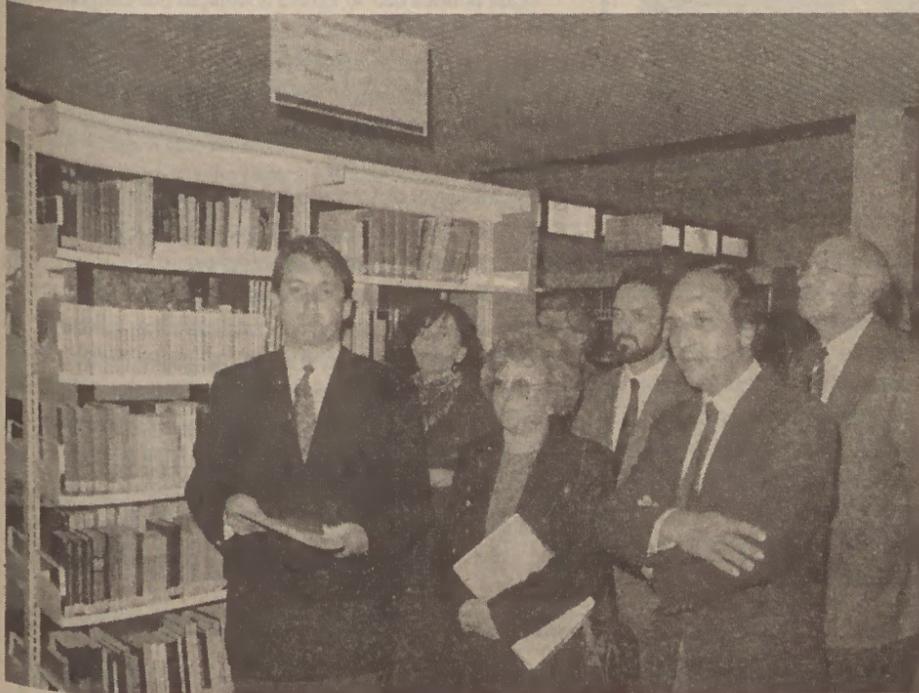
combater na Comunidade o desemprego e a desprotecção social», mas não esquecem a importância da ocupação dos tempos livres, da preservação do ambiente e da promoção da cultura, salientando que o orçamento comunitário é «muito exíguo» nesta área.

A jornada acabaria na Baixa da Banheira, onde o presidente da Câmara, José Luís Lopes Pereira, conduziu a visita ao grande parque ribeirinho, que conta com vários equipamentos desportivos, designadamente as piscinas do concelho.

O autarca fez questão de sublinhar que aquele é hoje o maior parque urbano do país e que a população do concelho da Moita dispõe actualmente de 700 metros quadrados de zonas verdes por habitante.

Passando em revista o trabalho realizado de «forma programada» ao longo dos mais de 10 anos que a CDU governa a autarquia, o presidente destacou com orgulho que a Moita foi o primeiro concelho a elaborar o Plano Director Municipal.

CN



Na Biblioteca Municipal do Montijo com a presidente da Câmara, Jacinta Ricardo



No Museu de Arte Sacra, obra recente da Câmara Municipal de Alcochete

Ministro cala negocismo no Hospital de Beja

Face às recentes afirmações de Paulo Mendo sobre o Hospital Distrital de Beja, a DORBE do PCP co-responsabiliza o ministro da Saúde pelo «negocismo instalado na morgue do Hospital bem como pelo evidente tráfico de influências, favoritismos, arbitrariedades e ilegalidades que claramente se atolou a sua administração».

«Ao afirmar que a Administração do Hospital de Beja tem toda a confiança do ministro que não coloca a hipótese de demitir a Administração do Hospital e ao classificar como uma situação interna de irregularidades os vergonhosos escândalos publicamente conhecidos e alguns documentalmente provados», o ministro «torna-se inequivocamente cúmplice e co-responsável pela gravíssima, ilegal e intolerável situação criada».

A DORBE do PCP, «reafirmando a necessidade e urgência de uma clara e pública explicação ao povo português de todos os factos ocorridos, com destaque para a já comprovada cobrança ilegal

dos 20 mil escudos na morgue do Hospital instituída na cláusula terceira do Contrato de Prestação de Serviços Fúnebres, celebrado em 7 de Dezembro de 1993, entre a Administração do Hospital de Beja e o sr. Francisco Manuel Claro Nunes e a retenção abusiva e ilegal de cerca de meio milhão de contos cujo destino não se desconhece, não pode deixar de chamar a atenção da opinião pública para a rede de cumplicidades que a natureza dos factos pressupõe e para o significativo silêncio do PSD sobre todo este processo».

Os comunistas da Beja consideram ainda «indispensável que se esclareça as razões que levaram Leonor Beleza, destacada dirigente do PSD e então Ministra da Saúde, a trazer em 1989 para o Hospital Distrital de Beja como administrador delegado um indivíduo como o sr. Jorge Simões que era na altura Director do Centro Regional de Segurança Social de Faro e alvo de um inquérito nunca concluído a um buraco financeiro de grande dimensão».

PS busca rupturas

Em comunicado, a Direcção da Organização Regional de Beja do PCP acusa os executivos do PS nas três câmaras do distrito onde detém a maioria de ter uma «inaceitável postura face à Associação de Municípios do Distrito de Beja» onde pretendem «provocar divisões e rupturas nesta prestigiada instituição».

O PCP considera grave que «a Federação do PS persista em confundir as autarquias onde detém as presidências com uma sua secção local ignorando que as câmaras representam na AMDB os respectivos municípios e não os interesses particulares e exclusivos de qualquer partido».

Por outro lado os comunistas de Beja anotam «o desespero dos dirigentes regionais do PS por não poderem transformar o Diário do Alentejo num instrumento de propaganda que cubra a sua falta de iniciativa política no distrito e empole artificialmente o pouco que dizem e fazem».

CDU/Emigração prepara eleições europeias

Quadros responsáveis, activistas e simpatizantes da CDU radicados em França, Alemanha, Luxemburgo, Holanda e Bélgica participaram, no passado domingo, num Encontro da Coligação dedicado às próximas eleições para o Parlamento Europeu e à situação dos emigrantes portugueses na Comunidade Europeia

A iniciativa decorreu na cidade francesa de Nanterre e contou igualmente com a participação de Jorge Cordeiro, do Conselho Nacional do PCP, João Armando, da Direcção da Organização na Emigração do PCP, e Fátima Garcia, candidata da CDU ao Parlamento Europeu.

Na sua intervenção, Fátima Garcia fez o balanço da actividade dos deputados da CDU, durante o mandato que agora termina, realçando a atenção dedicada «à situação e problemas dos emigrantes portugueses e da emigração em geral, como atestam as várias intervenções feitas em sessão plenária e no trabalho nas comissões mais especializadas, em particular na Comissão dos Assuntos Sociais».

A candidata da CDU, que trabalha actualmente em Bruxelas, no gabinete de apoio aos deputados comunistas, salientou as «muitas alterações apresentadas aos relatórios e propostas de resolução (a maioria foram aprovadas), as inúmeras propostas de resolução que subscrevemos, as 23 perguntas feitas ao Conselho e à Comissão sobre o assunto, assim com a autoria de um parecer sobre o relatório da Comissão de Inquérito sobre o Racismo e a Xenofobia».

Fátima Garcia referiu-se à organização do Partido na Emigração, atribuindo-lhe «a maior importância» porque permite «uma grande coordenação da actividade parlamentar com a acção política concreta, dando voz no Parlamento Europeu às aspirações e problemas mais sentidos pelos emigrantes portugueses. Não nos encontramos com os emigrantes só por altura das eleições. Na verdade, estamos em permanência entre eles, e somos também uma parte e uma expressão política e social da emigração».

Segundo acrescentou, «na situação política internacional que hoje se vive, em que os valores humanos são sacrificados ao lucro e a uma concorrência desenfreada, em que se pretende impor com Maastricht um integração capitalista desumanizada, sem garantias sociais, de contenção salarial, apelidada hipocritamente de crescimento zero, gerador de crises, de desemprego galopante e de nova e crescente pobreza, fenómenos fomentadores de forças de extrema

direita fascizante, os primeiros a serem atingidos são os trabalhadores imigrados e as suas famílias».

Mais 5 milhões desempregados

Jorge Cordeiro, que interveio no encerramento do En-

objecto de medidas para a limitar como se vê pela intervenção de alguns Estados-membros».

Adiante, aquele dirigente comunista considerou que os «objectivos da Coesão Económica e Social estão cada vez mais no papel, sacrificados aos objectivos da convergência económica e das estratégias mas sim de uma Europa a duas velocidades mas sim de uma Europa - a capital - a toda a velocidade e uma outra - a dos que trabalham - em clara marcha atrás.

«Os salários, a segurança social e a segurança do pos-

balha, a reduzir as garantias sociais dos cidadãos e a enfreqüer os países mais pobres em nome da concentração do grande capital e dos grupos monopolistas transnacionais e das economias dos países mais ricos.

«É esta a Europa - não a Europa dos povos, mas a Europa dos monopólios - que os socialistas, sociais-democratas e liberais teimam em construir contra os trabalhadores e os povos».

Jorge Cordeiro reafirmou que os eleitos da CDU continuarão a defender os emigrantes e os direitos sociais, real-



Os trabalhadores imigrados são os primeiros a serem atingidos pela crise, o desemprego galopante e os fenómenos de racismo e xenofobia

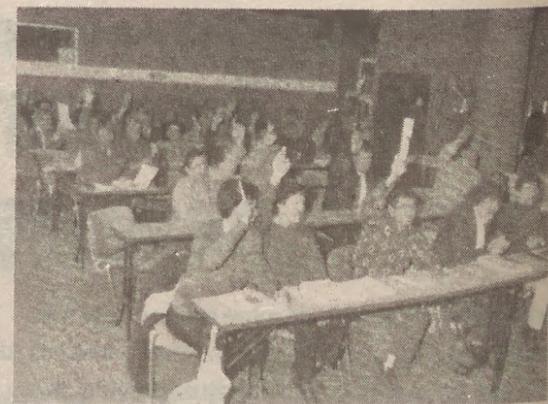
contro, recordou que «o Mercado Único foi apresentado como factor de combate ao desemprego» e passado um ano sobre esta «milagrosa receita» o número de desempregados aumentou «quase cinco milhões».

«A livre circulação dos trabalhadores apresentada como grande conquista social é já

to de trabalho apresentados agora como os bodes expiatórios pela situação que a crise do capitalismo gerou e amplia, vão ser objecto de novas e mais fortes ofensivas.

«A absurda política de convergência nominal, vai continuar a acentuar as desigualdades, a penalizar quem tra-

çando que «a eleição de mais deputados e a obtenção de uma forte votação da CDU constituem não apenas uma garantia para levar para o PE mais vozes que se ergam em defesa de Portugal e dos portugueses, como constituirá uma condição para abrir caminho a uma alternativa democrática para a política nacional».



Maastricht desilude

«A nova realidade político-jurídica decorrente da entrada em vigor do Tratado de Maastricht constitui uma nova desilusão para as comunidades portuguesas residentes no espaço da Comunidade Europeia», afirma o documento aprovado pelo Encontro da CDU/Emigração que considera que «os novos direitos sociais e políticos tão propagados estão muito longe de corresponder às expectativas criadas».

Entre outros factores, esta desilusão é motivada pela «ausência de regulamentação comunitária no campo social e a atrasos na aplicação plena da livre circulação de trabalhadores, a par de medidas unilaterais por parte dos Estados-membros para dificultar e impedir a igualdade de direitos com os nacionais».

O texto acrescenta que «as orientações actuais no âmbito da União Europeia não darão a resposta necessária à resolução dos problemas dos emigrantes».

«Com efeito, o que caracteriza este novo avanço no processo de integração comunitária é o agravamento das condições de vida, o aumento do desemprego, a ofensiva de redução dos salários dos trabalhadores, de agressão aos seus direitos e de desmantelamento dos sistemas de protecção social, a ampliação da pobreza e da exclusão social.

«Esta política não só agrava a situação dos emigrantes residentes há largos anos nos Estados-membros, como fomenta a emigração, em condições de grande precariedade, de largas camadas populacionais. Agravam-se as discriminações de facto baseadas na origem nacional e desenvolvem-se expressões de racismo e xenofobia.

A resolução exige a revisão de legislação e práticas nacionais que discriminam os emigrantes e defende a tomada de medidas que salvaguardem os seus direitos.

De referir, por fim, que o Encontro apelou «aos emigrantes que se inquietam e preocupam com a situação em Portugal e na Europa, para que encarem as eleições para o Parlamento Europeu como um importante acto democrático a que não deve faltar e onde se deve afirmar, com coragem e confiança, a aspiração à garantia do progresso e soberania de Portugal numa Europa de cooperação, à defesa do emprego e dos direitos sociais para uma vida melhor, à exigência de um outro rumo - com os trabalhadores, os povos e as nações - para a Comunidade Europeia».

GAMARADAS FALECIDOS

José Fernandes

Faleceu, no passado dia 10, José da Costa Fernandes, de 76 anos, vítima de doença prolongada. Comerciante de carnes, era militante do PCP desde 1940, estando ligado à Organização de Évora.

Camarada muito dedicado ao Partido, cumpriu várias tarefas e participou em todas as festas do «Avante!».

O Funeral realizou-se na passada segunda-feira para o cemitério do Espinheiro, com grande acompanhamento de camaradas e amigos de José Fernandes.

O PCP esteve representado por uma delegação da Comissão Concelhia de Évora, estando também presente António Dias Lourenço, membro do Comité Central do PCP.

Junto à sepultura, Diamantino Dias,

do Comité Central do PCP, em nome da Concelhia de Évora, evocou a vida revolucionária do camarada José Fernandes.

Mário Fins

Faleceu, no passado dia 15 de Março, Mário Augusto Fernandes Fins, de 76 anos, natural de Val Telhas, em Mirandela.

Inscrito no partido desde 1981, era comunista desde jovem, e pertencia à Organização do Partido em Vila Franca de Xira, exercendo tarefas na localidade de Povos Retornados de Moçambique, onde passou muitos anos.

Era muito conhecido e estimado quer em Povos, quer em Vila Franca de Xira, onde viveu os últimos anos da sua vida.

Mariana Martins

Faleceu em Faro, no passado dia 10 de Março, com 69 anos, a camarada Mariana Júlia Martins. Era doméstica e participou activamente na Associação Portuguesa de Deficientes, tendo pertencido à UCNOD.

Jorge Matos

Faleceu esta semana, com 67 anos, o camarada Jorge de Matos, que era membro do PCP desde 1954, tendo exercido sempre com grande empenhamento e dedicação a sua actividade de militante.

Jorge de Matos foi na sua juventude um atleta de alta competição, tendo alcançado o título de Campeão Ibérico de lançamento do dardo, na equipa do Benfica.

Perseguido pela PIDE pela sua acti-

vidade de militante comunista, passou à clandestinidade em 1958, como funcionário do Partido. Foi locutor de língua portuguesa na Rádio Oficial da Roménia, entre 1959 a 1961, da Rádio Portugal, entre 1961 e 1963, e da Secção Portuguesa da Rádio Moscovo, de 1963 até 1988.

Desempenhava, nos últimos anos, tarefas de apoio ao trabalho central do Partido, com grande estima dos camaradas que com ele conviviam.

Jaime Silva

Faleceu, na passada sexta-feira, vítima de doença, Jaime Maurício Silva, de 70 anos. Era operário e era membro activo da organização do Partido no concelho de Setúbal.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Direcção Nacional da JCP

Defender uma Europa Solidária com e para os jovens

Esteve reunida em Lisboa, durante os dois dias do fim-de-semana passado, a Direcção Nacional da JCP. No hotel Vitória os jovens comunistas discutiram questões relacionadas com as eleições para o Parlamento Europeu, a preparação da Festa do «Avante!» deste ano e as comemorações dos 20 anos do 25 de Abril. No sábado à tarde, o presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, participou na reunião fazendo uma exposição a propósito da Revolução. A próxima grande iniciativa própria da JCP será, já no próximo 30 de Abril, o Encontro Nacional de Estudantes Comunistas do Ensino Superior.

No final da reunião, a Direcção Nacional da JCP convocou uma conferência de imprensa onde salientou o destaque dado pela CDU à participação juvenil e à dinamização de uma acção no Parlamento Europeu com vista à resolução dos problemas juvenis, demonstrado com a colocação em sexto lugar nas suas listas de candidatura de uma candidata da JCP, Amélia Pardal.

Sobre linhas fundamentais de campanha e intervenção dos jovens comunistas no Parlamento Europeu, a Direcção Nacional da JCP «aponta a defesa do emprego estável para os jovens e a luta contra o desemprego crescente e todas

as formas de trabalho precário que se desenvolvem na Europa Comunitária»; «a defesa de uma educação para todos, gratuita e de qualidade e um investimento real do Estado neste sector» e «a defesa de uma formação profissional coe-

rente, capaz de dar resposta às necessidades dos jovens e do país, articulado com o sistema educativo e com o mercado de trabalho».

Por outro lado, a JCP exige o aproveitamento dos fundos estruturais de forma séria, «para servir os interesses dos jovens e do país e não para iniciativas ou acções pontuais de fachada que não criam nada de sério e com futuro».

Outras prioridades da Juventude Comunista em relação à sua intervenção nas eleições para o Parlamento Europeu são a defesa de «uma informação séria, útil, dirigida aos jovens, sobre o acesso aos fundos e programas comunitários»; a defesa «do intercâmbio juvenil de forma alargada entre países e

com possibilidades de acesso ao maior número de jovens»; «da qualidade de vida dos jovens e do ambiente em que vivemos»; «de uma Europa sem racismo

nem xenofobia» e «onde cada país e cada povo afirmam os seus valores e tradições culturais, onde a cooperação e a paz sejam valores fundamentais entre os povos».

A JCP quer ainda que seja

defendida uma Europa «onde a independência, a soberania de cada povo e de cada país sejam respeitadas».

A JCP traçou objectivos para as eleições europeias e denunciou a gigantesca operação de revisão da História que, a propósito dos 20 anos de Abril, está a ser levada a cabo por alguns sectores

Sucesso de Encontro do Secundário

Nesta reunião, a Direcção Nacional da JCP fez ainda o balanço ao recente V Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, congratulando-se com o seu sucesso e assinalando que ele reuniu 400 jovens comunistas em Almada e que «se assumiu como o maior ponto de encontro e discussão de jovens estudantes do Ensino Secundário».

Finalmente, a JCP entendeu pronunciar-se e denunciar a «gigantesca operação de revisão da História que, a propósito dos 20 anos de Abril, está a ser levada a cabo, nomeadamente pelos grandes meios de Comunicação Social, branqueando os crimes do Estado fascista, omitindo ou deturpando a actividade da resistência anti-

fascista, particularmente do PCP, deturpando os acontecimentos do dia 25 de Abril e de todo o processo revolucionário subsequente».

A estrutura dos jovens comunistas sublinharia em comunicado a validade «dos ideais de Abril» e colocou «como tônica das comemorações que se impõe realizar do 20.º aniversário da Revolução, a defesa dos direitos então conquistados pelos jovens portugueses e que têm sido severamente atacados ao longo do processo contra-revolucionário, com destaque nos governos do PSD/Cavaco Silva».

Neste sentido, foi feito um apelo à participação juvenil nas comemorações populares do 25 de Abril e ao empenhamento dos jovens militantes comunistas na dinamização de um verdadeiro e alargado debate sobre a história recente do nosso país.

Santa Iria de Azóia inicia luta contra a droga

A droga e a falta de segurança foram tema de um debate que decorreu no passado dia 28 na Sede da Sociedade Recreativa e Musical 1.º de Agosto, em Sta. Iria de Azóia, que contou com a presença da Vereadora na Câmara de Loures com o Pelouro da Saúde, Zélia Amorim, Ernesto Costa e Carlos Pinho, respectivamente, presidentes da Junta e da Assembleia de Freguesia, Henrique Mota, Dina Góis e Gisela Nunes, da Comissão Anti-Droga, além do Presidente da Direcção da 1.º de Agosto.

Presentes ainda elementos ligados Associações de Tratamento de Toxicodependentes, Igreja Católica. Colectividades da Freguesia e outras Organizações Populares.

A sessão decorreu bastante participativa com intervenções a vários níveis inclusive de ex-consumidores de droga que expuseram a sua nefasta experiência.

Da parte da Comissão Organizadora os trabalhos foram orientados no sentido de obter uma larga participação da população da Freguesia, na procura de soluções para tão graves problemas. Lançou-se um abaixo-assi-



O debate sobre o problema da droga motivou a presença de um grande número de habitantes de Santa Iria de Azóia

nado exigindo o cumprimento por parte do Governo, das promessas feitas ao longo destes últimos catorze anos, na matéria, ou seja, a instalação em Sta. Iria de Azóia de um Posto Policial que garanta às suas populações um mínimo de segurança. De salientar ainda, a participação

de dois jovens alunos da Escola C+S de Piriscoxe, que realçaram a necessidade de uma constante vigilância da juventude escolar face ao perigo da droga.

A sessão terminou cerca das 24 horas, após mais de duas horas de acaloradas intervenções dentro do tema em debate.

Intervenção Democrática elege corpos sociais

Reuniu a Assembleia Geral da Associação Intervenção Democrática que procedeu a uma apreciação da situação política nacional, aprovou o Relatório de Actividades e elegeu os seus corpos sociais, nomeadamente os membros do Conselho Geral, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral. Cada um destes passou assim a ser presidido, respectivamente, por Luís Catarino, João Avelino Cunha Serra e Luís Pinheiro de Azevedo. A Comissão Directiva da ID é presidida por Blasco Hugo Fernandes.

Nesta reunião foi aprovada uma Resolução Política que fez um balanço à actual situação da vida política e social do país, ressaltando-se a condenação da «política neoliberal do Governo PSD» que «cria um clima de frustrações, exclusões e discriminações sociais e culturais, propício à marginalidade, à violência e a ódios de diferentes naturezas».

Para inverter esta política, a ID alerta para a necessidade de criar na União Europeia «políticas e modelos alternativos de construção sociopolítica nacional, através das recentes eleições autárquicas, demonstrou que «a alternativa democrática ao PSD exige entendimentos do PS com a CDU».

«Nesta perspectiva, a ID vai desenvolver a sua actividade política no ano em curso e em 1995 com dois objectivos. Num horizonte de curto prazo, para reforçar a presença da CDU no Parlamento Europeu, dada a importância deste para superar os défices sociais e democráticos existentes na UE. E, simultaneamente, com vista às eleições legislativas nacionais, para contribuir para a alternativa democrática, pela aproximação e entendimento das forças de esquerda», lê-se na referida Resolução.

FDIME em Congresso Mundial

Realizou-se no fim-de-semana o Congresso Mundial da Federação Democrática de Mulheres — FDIM, no Forum Cultural de Blanc — Mésnil, Paris, sob o lema: «Mulheres do planeta, Solidariedade, Igualdade, Desenvolvimento, Democracia, Paz.»

O Congresso recebeu as responsáveis e representantes de cerca de 90 Organizações Femininas de 72 países dos cinco Continentes.

De Portugal estiveram representantes do Movimento Democrático de Mulheres, Ana Paula Coelho e Odete Brás, do Secretariado Nacional e da Direcção Nacional, Ana Paula Assunção, Rosália Ferreira e Stella Oliveira.

«É um acontecimento internacional de grande importância para as mulheres que defendem os seus direitos, que resistem às guerras, que lutam pela sua emancipação», diz o MDM em comunicado.

O intercâmbio de experiências entre as mulheres do planeta, a preparação da Conferência Mundial (ONU) na China em 1995, onde a FDIM irá participar e «cujo contributo será fundamental para a união e a luta por melhores condições de vida das mulheres de todo o planeta», foram alguns dos objectivos da reunião.

«Num período em que «novos e velhos» problemas se colocam, há que unir esforços na construção de um planeta onde as mulheres tenham igualdade de oportunidades, um planeta de paz, democracia, justiça social», conclui a nota do MDM.

Metalimex e o Sado

A possibilidade das escórias de alumínio que a Suíça expediu para Portugal virem a ser tratadas na Alemanha foi notícia que decorreu da recente visita da ministra do Ambiente, Teresa Gouveia, a Basileia, onde reuniu com os seus congéneres. No entanto a Junta de Freguesia do Sado, de Setúbal lembra que as 20 toneladas dos produtos depositados nos terrenos da empresa Metalimex, estão ali mesmo à sua porta, ameaçando inclusive os níveis friáticos que abastecem a zona. Os eleitos daquele órgão autárquico, reunidos no passado dia 30 de Março, decidiram «solicitar uma audiência com carácter de urgência à Ministra do Ambiente» com vista a esclarecer ao pormenor o andamento das negociações do caso Metalimex, a bem da população do concelho de Setúbal».

URAP

Está em circulação o n.º 68 da 3.ª série do boletim da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) cujo editorial é dedicado ao 20.º aniversário do 25 de Abril. Artigos sobre o crescente aumento do desemprego em Portugal e na Europa Comunitária, a situação dos reformados, Timor, a «frigideira» do Tarrafal e a situação na Jugoslávia fazem parte, entre outros, deste número do boletim.

SOS Natureza coloca marcos ecológicos no Porto

Com a presença das candidatas de «Os Verdes» ao Parlamento Europeu, aquele Partido colocou no fim-de-semana dois Marcos Ecológicos no Porto. Ambiente urbano, rio Douro, Recursos Hídricos e Protecção do Litoral são algumas das áreas problemáticas que «Os Verdes» pretendem assinalar no Porto, no quadro da Campanha SOS Natureza.

Subordinado ao tema «Para que o desconhecimento não sirva de pretexto à falta de intervenção», a Campanha SOS Natureza iniciou-se no dia 21 de Março (Dia da Arvore e da Floresta) e decorrerá até ao dia 5 de Junho (Dia Mundial do Ambiente).

Durante a campanha estão a ser identificados e devidamente sinalizados, com um Marco Ecológico, 50 chagas ambientais, que possam representar simbolicamente a quantidade, a diversidade e a gravidade dos problemas ambientais que afectam o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos deste país.

LISTA UNITÁRIA SOBE NOS TLP

A lista unitária foi a que mais subiu nas eleições para a Comissão de Trabalhadores dos TLP, que tiveram lugar no dia 7. A lista B, que concorreu com o lema «Por uma empresa moderna, ao serviço dos trabalhadores», aumentou de 1718 votos, nas anteriores eleições, para 2200, passando de 4 para 5 mandatos.

A lista A também elegeu 5 elementos (4 do PS e 1 da UDP), obtendo 2283 votos. A lista C, afecta ao PSD, manteve o único mandato que detinha, mas sofreu uma descida de 573 para 432 votos. Não se apresentou a escrutínio a lista antes apoiada pela ex-direcção do STTLP (afecta ao MRPP), que obtivera 965 votos e 2 mandatos. Nessas eleições a lista afecta aos socialistas tinha somado 1817 votos e tinha eleito 4 representantes.

Numa informação aos trabalhadores, divulgada pouco depois de conhecidos os resultados, a lista B apelou «ao bom senso e diálogo de todos os eleitos para enfrentarmos com sucesso as medidas lesivas que o Governo pretende impor-nos».

Os novos dirigentes da CT dos TLP deverão tomar posse em Maio.

TABAQUEIRA REDUZ SALÁRIOS E PESSOAL

Para protestar contra o encerramento unilateral das negociações salariais, trabalhadores da Tabaqueira e sindicalistas estiveram dia 7 concentrados frente à sede da empresa, em Lisboa, para protestar contra o encerramento unilateral das negociações salariais. A acção teve também como objectivo chamar a atenção da opinião pública para a actual situação social da empresa.

Mário Rui, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos, disse à agência Lusa que a administração encerrou as negociações salariais processando no vencimento um aumento de apenas 3,5 por cento. Acusou ainda a Tabaqueira de ter estado a reduzir o número de trabalhadores efectivos, oferecendo-lhes «pequenas indemnizações» para aceitarem a rescisão dos contratos, e de estar a criar situações de discriminação: «Todos os trabalhadores sindicalistas ou pertencentes à comissão de trabalhadores são discriminados, assim como aqueles que por motivo de doença ficam em casa com baixa», afirmou.

Mário Rui referiu que a Tabaqueira «dispensou» desde há três anos um total de 360 trabalhadores, passando de 1400 para 1040.

40 HORAS NA CPC

Cerca de 270 trabalhadores da Companhia Portuguesa do Cobre estão em luta pela redução do horário de trabalho de 41,5 para 40 horas semanais (que já é praticado relativamente a alguns trabalhadores da CPC), recusando-se a prestar serviço para além deste limite. A greve, segundo o sindicato dos Metalúrgico do Porto, tem a adesão de todos os trabalhadores que ainda não têm consagrada a semana de 40 horas.

ESCÂNDALO EM ÉVORA

A decisão da Inspeção-Geral de Saúde de não instaurar processos disciplinares aos ex-administradores do hospital de Évora foi considerada como «um escândalo» por Aires Ramos, dirigente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul. «Os chefes são responsáveis por tudo aquilo que acontece na sua área de intervenção», disse, à agência Lusa, Aires Ramos, que é também presidente do conselho distrital de Évora da Ordem dos Médicos e reagiu assim à notícia de que a IGS decidiu não proceder disciplinarmente contra os ex-administradores do hospital, apesar de um inquérito efectuado pela Procuradoria-Geral da República considerar que existem indícios da sua «responsabilidade civil e disciplinar» no caso das mortes de doentes hemodialisados por intoxicação aluminica. «A partir deste momento, cria-se um precedente em que os chefes se dizem cegos, surdos e mudos», acrescentou o dirigente sindical e da Ordem dos Médicos.

RECUPERAR A VALFRIO

Apesar da acção em contrário do Governo, os trabalhadores da Valfrío e as suas estruturas representativas consideram que há condições para superar as dificuldades existentes desde 1992 e recuperar aquela empresa setubalense de fabricação de frigoríficos e arcas congeladoras, afirma-se numa nota de imprensa do sindicato dos Metalúrgicos do Sul.

No dia 5 de Abril, a assembleia de credores votou favoravelmente a recuperação da Valfrío, defendida persistentemente pelos trabalhadores. «Mas, mais uma vez, a Segurança Social, por determinação do Governo, fugiu às suas responsabilidades e não esteve presente», acusa o sindicato, para quem esta é uma «atitude grave», pois se não prevalecesse a coerência dos outros credores, teria atirado para o desemprego 250 trabalhadores». E isto sucedeu, sublinha o sindicato, apesar de o Governo saber que, a verificar-se a falência, os credores (entre os quais se encontra a Segurança Social) pouco ou nada receberiam e, nos próximos dois anos, a Segurança Social iria pagar em subsídios aos trabalhadores mais de 500 mil contos.

Também o Ministério das Finanças «deu orientação imprecisa e apenas três horas antes» à representante da Fazenda Pública na assembleia.

União dos Sindicatos de Setúbal comenta aumento do desemprego

Os números provam desadequação da política

A curto prazo, mais 6300 postos de trabalho estão ameaçados, em apenas 7 empresas do distrito

Nos centros de emprego do distrito de Setúbal estão inscritos 44 251 desempregados, o que representa uma taxa de desemprego de 13,7 por cento, refere a União dos Sindicatos de Setúbal. Numa nota de imprensa distribuída segunda-feira, a USS/CGTP-IN acentua o facto de que «88 por cento destes trabalhadores desempregados já estiveram empregados e procuram novo emprego, o que é bem demonstrativo da enorme perda de postos de trabalho que se tem verificado nos últimos anos, tanto por encerramento e falência de empresas, como pela redução directa de efectivos».

Num «balanço sumário» que abrangeu apenas 10 sectores de actividade, a União registou, nos últimos 2 anos, a desactivação de 45 empresas de média e grande dimensão, e a eliminação de mais de 13 200 empregos (5292 por encerramento ou falência, 7916 por despedimento). «As perspectivas de mais desemprego a curto prazo são uma ameaça para mais de 6300 trabalhadores», alerta a USS, apontando apenas a situação em 7 empresas do distrito (Lisnave, Solisnor/Setenave, Siderurgia Nacional, Plasquisa, Torralta, Stand Robalo e Extra).

Respondendo a declarações públicas do ministro do Emprego, que salientou o facto de a oferta de emprego estar a subir, a União diz que, «olhando a evolução dos números, teremos que concluir que, ou o ministro não conhece os dados do seu Ministério, ou não tem o sentido do ridículo», pois «na verdade, no total do País existe 1 oferta de emprego para cada 95 pedidos e 1 colocação efectuada por cada 178 pedidos», enquanto «no distrito de Setúbal, esta relação é ainda mais acentuada, havendo 1 oferta de emprego para cada 303 pedidos e 1 colocação efectuada por cada 438 pedidos». Perante isto, «a subida de oferta que o ministro refere é de 1,2 por cento em relação ao mês anterior, o que representa a ridícula quantia de mais 37 ofertas, em todo o País, em relação ao mês anterior, quando a oferta caiu, em relação ao mês homólogo, 31 por cento no total do País, 47,5 por cento na região de Lisboa e Vale do Tejo, e 94,8 por cento no Alentejo».

«Os números continuam a provar a desadequação da política económica que, como os sindicatos têm denunciado, só agrava o desemprego estrutural, e a falta de uma política social que não está nas 40 medidas inúteis do Governo



A indústria naval é um dos sectores onde mais postos de trabalho estão ameaçados de extinção (foto do plenário em Almada, durante o «aviso» dos trabalhadores, dia 24 de Março)

nem se resolve com a edição de manuais para desempregados», conclui a nota da comissão executiva da União dos Sindicatos de Setúbal.

Vale do Ave

O alastramento do desemprego foi também um dos principais problemas que o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes foi apresentar ao Presidente da República, segunda-feira, em Guimarães. «A preocupação do PR com o ambiente, manifestada nesta presidência aberta, confirma a sua sensibilidade para os problemas da qualidade de vida, mas sem salários nem empregos também não há qualidade de vida», afirmou, à Lusa, Francisco Vieira. Para o coordenador do

sindicato, «as coisas estão necessariamente ligadas»: «no Vale do Ave não basta ter os rios limpos. Só se for para os trabalhadores ficarem todos a olhar para a água quando estiverem no desemprego».

O Vale do Ave tem uma taxa de desemprego de 11 por cento, refere a agência. Nos últimos três anos, 20 mil trabalhadores perderam os seus postos de trabalho na região e, nos próximos dois anos, deverão surgir mais 25 mil novos desempregados, de acordo com números da Operação Integrada de Desenvolvimento (OID).

Alentejo

A taxa de desemprego verificada na região do Alentejo, no

primeiro trimestre deste ano, cifrou-se em 11,4 por cento, mantendo a posição de área de maior desemprego do Continente, revelou o Instituto Nacional de Estatística.

A direcção regional do Alentejo do INE, citada pela Lusa, aponta uma taxa de 11,4 por cento, que «representa um acréscimo de 10,7 por cento relativamente ao trimestre anterior e um acréscimo de 15,2 por cento comparativamente ao trimestre homólogo de 1993». Aquela taxa torna a região Alentejo «mais distante da média continental, na medida em que os actuais 4,6 pontos percentuais que a separam da taxa média continental (6,8 por cento) suplantam a diferença homóloga de 4,1 pontos percentuais, verificada no quarto trimestre de 1993».

Mais 25 mil desempregados em Março

No fim de Março havia 398853 desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mais 10,6 por cento do que no mês homólogo de 1993. Do total, 167941 (42,1 por cento) eram desempregados de longa duração; 228103 (57,2 por cento) eram mulheres; e 107185 (26,9 por cento) eram jovens com menos de 25 anos.

Por regiões, havia 145245 desempregados inscritos na região de Lisboa (mais 13,8 por cento do que em Março de 1993), 124670 na região Norte (mais 4,9 por cento), 59198 na região Centro (mais 13,8 por cento), 40919 no Alentejo (mais 4,6 por cento), 16338 no Algarve (mais 16,9 por cento) e 12483 nas regiões autónomas (mais 54,4 por cento).

Em Março inscreveram-se nos Centros de Emprego do IIEFP 25102 novos desempregados, o que eleva para 86355 o total de pessoas sem trabalho que se apresentaram naqueles

centros no primeiro trimestre de 1994. Mais de um em cada três (34,7 por cento) novos inscritos em Março tinha terminado contratos não permanentes, um em cada quatro tinha sido despedido e mais de um em cada oito tinha concluído os seus estudos.

Nos centros do IIEFP havia 5690 ofertas de emprego, menos 20,8 por cento do que em Março de 1993, mas as 5102 novas ofertas surgidas no mês passado representam um aumento de 24,1 por cento em relação ao mês homólogo do ano passado.

No mês de Março foram eliminados dos ficheiros dos centros do IIEFP 19643 inscritos. Nos centros do Continente foram eliminadas 19202 inscrições, mais de metade das quais por falta de comparência a convocatórias ou falta de resposta a cartas de controlo da situação, enquanto cerca de um terço encontraram emprego ou criaram o seu próprio emprego.

CGTP acusa Cavaco de hipocrisia quando fala da família e dos reformados

O plenário nacional de sindicatos valorizou o êxito do «aviso dos trabalhadores». Formas de luta «mais intensas e globais» serão anunciadas no 1º de Maio.

Na passada sexta-feira, reuniram em Lisboa o Conselho Nacional e o Plenário de Sindicatos da CGTP. Na resolução político-sindical aprovada no plenário (o órgão mais importante da central entre congressos) considera-se que a jornada de 24 de Março «constituiu um significativo êxito sindical» e comprovou que «está plenamente assumida pelos trabalhadores a determinação de responder, com o vigor e as formas de luta adequadas, aos ataques movidos pelo patronato e o Governo contra os seus direitos e interesses».

Nesse documento, a confederação «reitera a sua firme determinação de continuar a recorrer a todas as formas de luta que se mostrem adequadas à situação e mereçam o apoio dos trabalhadores, para sustentar a acção reivindicativa com vista a encontrar respostas concretas para os seus problemas e anseios».

Para a CGTP, «impõe-se reforçar a exigência de uma alternativa política credível, que sirva os trabalhadores e o País, e prosseguir, no imediato, a acção reivindicativa centrada na luta pela melhoria dos salários, a revisão dos valores do salário mínimo e das pensões de reforma, pelo emprego e contra os despedimentos, pela redução dos horários de trabalho, pela defesa do sistema de segurança social e a melhoria da pro-

tecção social, pelos direitos individuais e colectivos, tendo presente o quadro próximo das comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril e do 1º de Maio, com todas as implicações político-sindicalis daí decorrentes».

Afirmando o seu empenhamento na realização de «um grandioso 1º de Maio», o Plenário decidiu que, «a não haver respostas satisfatórias» por parte do Governo e do patronato, nessa data «serão anunciadas formas de luta mais intensas e globais, que aglutinem a acção do movimento sindical e unam os trabalhadores».

No Ano Internacional da Família...

Ao divulgar aos jornalistas as conclusões do Plenário, Carvalho da Silva acusou o primeiro-ministro de hipocrisia por falar sobre o bem-estar das famílias e nada fazer para o promover, precisamente quando se comemora o Ano Internacional da Família.

Esta questão foi objecto de uma moção aprovada pelo Plenário, onde se critica o facto de o Governo ainda não ter aumentado as prestações familiares e continuar a tomar medidas que diminuem o valor das pensões.

Prestações importantes no

âmbito do apoio à família - nomeadamente, o abono de família, o subsídio de aleitação, as prestações a crianças e jovens deficientes e os subsídios de nascimento, casamento e funeral - ainda não foram actualizadas, quando os seus novos valores deveriam ter entrado em vigor em 1 de Janeiro. «Trata-se de uma atitude de frontal contradição com valores propagandeados sobre o bem-estar das famílias», protesta a CGTP, recordando que «no ano passado, o Governo determinou uma revisão destas prestações com

valores inferiores à inflação verificada».

A Intersindical Nacional acusa o executivo laranja de continuar a tomar medidas que implicam a diminuição do montante das pensões: «Com a modificação do cálculo das pensões, deveria ser publicada uma tabela de revalorização dos salários, por forma a corrigir a desvalorização provocada pela inflação. Na tabela agora publicada o Governo não considera a inflação verificada em 1993, o que vai determinar que o quantitativo das pensões seja ainda mais baixo.»

Administração local concentra-se amanhã em Lisboa

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local convocou para amanhã, às 16 horas, nos Restauradores, uma concentração nacional do pessoal do sector, na continuação da luta pelo aumento dos salários reais, pela segurança de emprego, contra os despedimentos e a precariedade.

«Fruto da nossa luta persistente, o Governo, através das palavras do primeiro-ministro, reconheceu a injustiça praticada com os salários na administração pública»,

afirma-se num comunicado do STAL, no qual se sublinha que «a situação económica e social dos trabalhadores da administração local não se compadece com esperas para negociar no segundo semestre».

Depois de lembrar que o ministro das Finanças «negou o pedido de negociação suplementar feito pelos sindicatos» e que Cavaco Silva «promete aumentos se...», o STAL apela aos trabalhadores para que exijam do Governo a passagem das palavras à acção e o início imediato de negociações.

Metalúrgicos

A federação sindical da Metalurgia e Minas anunciou anteontem diversas acções que se destinam a preparar uma nova jornada de luta no sector a nível nacional. O Conselho Nacional da FSMMP, reunido terça-feira em Lisboa, fez o balanço do «aviso dos trabalhadores» e concluiu que «a forte adesão do sector, quer nas greves, quer nas acções de rua, perspectiva as condições para preparar nova jornada de luta», que se mostra «inevitável», como se afirma na nota de imprensa distribuída no final da reunião.

Foi decidido convocar para 19 e 20 de Abril (em Lisboa e Porto, respectivamente) o plenário de activistas da metalurgia e metalomecânica; para dia 27 está marcado um plenário na Somincor; a 10 de Maio, em Coimbra, terá lugar uma reunião pública do plenário de activistas do sector automóvel.



Reunião da CGTP com o PCP, dia 6, no CT da Soeiro Pereira Gomes

Inter reúne com partidos

Delegações da CGTP-IN reuniram na semana passada com dirigentes do PCP e do PS, a quem expuseram a grave situação que vivem os trabalhadores portugueses, alertando para a necessidade de encontrar respostas políticas para o descontentamento social gerado por problemas nas áreas do emprego, salários, protecção social e direitos individuais e colectivos.

Na quarta-feira, dia 6, uma delegação da CGTP que integrava Carvalho da Silva, Manuel Lopes, Jerónimo Rodrigues, José Ernesto Cartaxo e Florival Lança, reuniu-se com o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e os dirigentes comunistas Domingos Abrantes, Jerónimo de Sousa e Henrique de Sousa.

Na véspera, o coordenador da CGTP, acompanhado de Manuel Lopes, Jerónimo Rodrigues e Américo Nunes, reuniu com uma delegação do PS, composta pelo secretário-geral, António Guterres, e pelos dirigentes António Vitorino, João Proença, Armando Vara e Carlos Cunha.

A CGTP pediu reuniões a todos os partidos políticos representados na Assembleia da República. Para ontem, estava marcado um encontro com a UDP.

CMT

O secretário-geral da Confederação Mundial do Trabalho foi recebido na passada sexta-feira pelo coordenador da CGTP. Depois do encontro com Carvalho da Silva, Carlos Custer «dirigiu palavras de grande apreço ao Conselho Nacional da CGTP-IN, enaltecendo o papel da central sindical na luta pela defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores portugueses e na luta mais geral de todos os trabalhadores pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho», refere um comunicado de imprensa da Inter, adiantando que as visitas se efectuaram a pedido do secretário-geral da CMT.

Espanha

Uma delegação da CGTP assistiu ao congresso da União Geral de Trabalhadores de Espanha, que decorreu em Madrid de 7 a 10 deste mês. Carvalho da Silva, Florival Lança e Jerónimo Rodrigues - anunciou o departamento de ir. formação da central portuguesa - associaram-se à homenagem a Nicolas Redondo, que deixou o cargo de dirigente máximo da UGTE, que ocupou durante quase duas décadas.

Emigrantes

Questões ligadas à rede consular, ao apoio às comunidades portuguesas, à livre circulação de trabalhadores e às comemorações do 25 de Abril foram levadas por uma delegação da CGTP ao secretário de Estado da tutela. Carlos Trindade, Manuel Correia e Augusto Silva entregaram a Luís Sousa de Macedo um dossier «com as principais preocupações detectadas junto das comunidades portuguesas, num recente périplo realizado pelo Luxemburgo, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha, Alemanha, França e Suíça», onde os representantes da Inter contactaram dirigentes do movimento associativo dos emigrantes e sindicalistas portugueses que militam em sindicatos daqueles países.

Manter vivo Abril

Ao assinalar os 20 anos da revolução democrática, a CGTP pretende pôr em relevo ideais, conquistas e direitos conquistados com o 25 de Abril, para que se mantenham, cumpram e aprofundem - afirmou o coordenador da central na sessão solene de abertura das comemorações, por parte da Intersindical Nacional. A cerimónia teve lugar no passado sábado, na sede da central, coincidindo com a

inauguração da exposição «O 25 de Abril e os direitos dos trabalhadores», e reuniu na Rua Vitor Cordon militares de Abril, dirigentes políticos e sindicalistas de várias gerações, que depois participaram num almoço-convívio na Voz do Operário.

Na sessão solene, Carvalho da Silva lembrou as fortes movimentações laborais que precederam a revolução, em particular as greves de 1973 e primeiros meses de 1974, e o importante papel do movimento sindical logo a seguir ao 25 de Abril. A luta dos trabalhadores esteve na base da conquista, com o 25 de Abril, do direito à greve, do salário mínimo nacional, do direito de associação e de manifestação, dos subsídios de Natal e de férias, do alargamento do direito de reforma a centenas de milhar de pessoas, dos 90 dias de licença de parto e da proibição do despejamento sem justa causa, recordou o coordenador da CGTP.



Vasco Gonçalves foi uma das personalidades que estiveram presentes na inauguração da exposição «O 25 de Abril e os direitos dos trabalhadores». Até 3 de Maio, na sede da CGTP, a exposição pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 10 horas às 18.30, e ao sábado, das 14 às 18 horas

JORNALISTAS SURPREENDIDOS

Ao revogar o despacho que concedia aos profissionais da informação descontos nos transportes, o Governo «está a brincar» com os direitos adquiridos pela classe, considera o presidente do Sindicato dos Jornalistas. A revogação do despacho que concedia aos jornalistas descontos de 50 por cento nos bilhetes dos transportes ou passes sociais foi publicada na edição de dia 4 do «Diário da República».

«Foi uma completa surpresa», confessou António Matos, adiantando que o SJ não esperava que o Governo tomasse tal decisão sem antes a discutir. Em declarações prestadas à Lusa no dia 5, o presidente do SJ manifestou igualmente «grande preocupação pelo facto do Governo não estar a ser transparente e não estar a discutir as questões com os profissionais». Na mesma edição do «Diário da República» é publicada uma portaria que cria o novo «Sistema de Incentivos do Estado aos Órgãos de Comunicação Social Regional», que incluem financiamentos a fundo perdido para reconversão e modernização tecnológica, formação e reciclagem profissional e bonificação das tarifas de porte de correio (porte pago). Apesar de reconhecer que os jornalistas da imprensa regional merecem ser apoiados, António Matos considerou que o Governo não deveria substituir um apoio universal por algo que só beneficia cerca de um terço da classe. O sindicato, entretanto, concluiu já as negociações com o Serviço de Transportes Colectivos do Porto que permitirão aos sócios do sindicato a manutenção do desconto de 50 por cento. Com o mesmo objectivo, decorrem negociações com a Carris, CP e TAP.

SETÚBAL

O Conselho Distrital da União de Sindicatos de Setúbal relegeu dia 7, por unanimidade, Rui Paixão, para coordenador da estrutura. Na reunião (a primeira desde o último congresso da USS/CGTP-IN, realizado a 18 e 19 de Março) foi ainda eleita a comissão executiva da União, que passou de 15 para 13 elementos. Neste órgão, os sindicatos dos Metalúrgicos e das Indústrias Eléctricas têm dois lugares cada, enquanto, dos restantes sindicatos com actividade no distrito, STAL, Função Pública, Rodoviários, Químicos, Ferroviários, Cerâmicos, Corticeiros e Comércio e Serviços estão representados por um elemento cada.

TEVISIL FECHA

O dono da firma de construção civil Tevisil confirmou dia 5 o encerramento definitivo da empresa que deixa no desemprego 300 trabalhadores, revelou a Lusa. O encerramento definitivo da Tevisil foi confirmado por Fernando Ferreira numa reunião com o Governador Civil de Viseu e com o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Viseu e Guarda, Baltasar Almeida.

No final da reunião, Fernando Ferreira necessitou de protecção policial para deixar o edifício do governo civil, sendo transportado numa viatura da PSP, para não ser agredido pelos trabalhadores que o esperavam na rua, relata a agência.

TORRALTA NO AMBIENTE

Um grupo de trabalhadores, com cinco meses de salário em atraso, aguardava, em Tróia, a chegada do Presidente da República, no primeiro dia (4 de Abril) da presidência aberta sobre Ambiente. Os 511 trabalhadores da Torralta estão desde Dezembro sem receber salários, facto que está a criar situações dramáticas nas suas famílias, explicou à Lusa um sindicalista. Joaquim Pires, do sindicato da Hotelaria do Sul, acusa a administração da Torralta de «má gestão» e critica os bancos credores por não libertarem os 250 mil contos de que a empresa necessita para resolver os seus problemas mais imediatos.

A Torralta, com instalações em Tróia, no Algarve e em Lisboa, tem uma dívida calculada em quase 20 milhões de contos e desde 1992 reduziu os seus quadros de 1600 para 511 trabalhadores. Os representantes dos trabalhadores acusam a administração de estar a «afundar» a Torralta para depois comprar a empresa em hasta pública por «meia dúzia de tostões». «Já há trabalhadores a pedir esmolas para os filhos junto da segurança social de Setúbal», contou Joaquim Pires, realçando o facto de existirem várias dezenas de casais a trabalharem na empresa, o que agrava ainda mais a situação das famílias.

EXTRA QUER DESPEDIR

Mais de 100 trabalhadores da fábrica de Explosivos da Trafaria (Extra) estão prestes a perder o seu emprego devido a uma reestruturação da empresa, revelou na semana passada José Abreu. O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul disse à agência Lusa que os trabalhadores da Extra foram informados quinta-feira de que podem inscrever-se até dia 15 para rescindir voluntariamente o contrato de trabalho. A empresa pretende reduzir para 31 os actuais 137 postos de trabalho.

Continua em Braga o negócio do desemprego

Os sindicatos há muito denunciaram as ilegalidades, mas «tudo continua pior e mais a saque»

Contam-se por várias dezenas os casos de trabalhadores que são «libertados» das empresas para passarem a receber o subsídio de desemprego, o que acceitam depois de ameaças e pressões psicológicas e de outro tipo, feitas por especialistas neste tipo de serviço contratados pelos patrões, acusa a União dos Sindicatos de Braga, numa informação que na semana passada distribuiu à comunicação social.

Só que, denuncia a USB, as mesmas empresas que «libertam» trabalhadores para os centros de emprego solicitam, de imediato, mais pessoal e, então, «o ridículo acontece»:

- trabalhadores que estavam ao serviço de uma empresa há vários anos vão para o desemprego e, logo a seguir, são chamados pelos centros de emprego para irem trabalhar para a mesma empresa, mas com contrato a prazo, categoria de aprendiz e um salário muito baixo;

- trabalhadores de categorias especializadas, que estão desempregados, são chamados pelos centros de emprego para trabalharem em empresas que

lhes oferecem contratos de 6 meses, categoria de aprendiz e salários de 35 contos.

«Tudo isto é feito indiscriminadamente a jovens e a mulheres e homens de 18, 25, 30 e 35 anos», protesta a União, contrapondo às perdas dos trabalhadores os ganhos do patronato:

- os patrões recebem subsídios e isenções de impostos pela criação de postos de trabalho,

- os salários dos trabalhadores admitidos através dos centros de emprego são pagos, pelo menos durante 12 meses, pelo fundos oficiais.

Para a União dos Sindicatos de Braga, esta é uma maneira de se gastarem milhões sem se criar um único posto de trabalho e «uma forma de escravatura através da corrupção», a pretexto da modernização e com o apoio do Governo e instituições (caso do IIEFP, acusado pela USB de dar cobertura às ilegalidades patronais).

«A USB já denunciou e documentou todas estas situações, há muito tempo, aos senhores ministros e a diversas instituições. Só que tudo continua pior e mais a saque», conclui a nota.

Trabalho infantil

O trabalho infantil no Norte do País «indicia uma significativa diminuição durante o primeiro trimestre de 1994», afirmou à agência Lusa uma fonte da Inspeção Geral do Trabalho, reportando aos resultados provisórios da campanha de vigilância que a IGT levou a cabo nos últimos três meses e que revelou uma desaceleração «qualitativa e quantitativa deste tipo de trabalho».

Segundo a mesma fonte, não só o número de casos detectados deverá ficar-se pelos 40 a 45 (contra 177 do primeiro trimestre do ano passado) como também as situações envolvendo crianças com idade igual ou inferior a 13 anos «parecem diminuir com particular intensidade».

Entre os casos detectados, regista-se grande número de jovens com idade igual ou superior a 14 anos, mas cuja situação não obedece à legislação em vigor que permite o «trabalho leve», faltando o cumprimento de condições como a escolarida-

de obrigatória e os testes de aptidão física.

«Pelo facto da IGT, quase desactivada técnica e humanamente, apenas ter encontrado 40 a 45 casos de menores de idade igual ou inferior a 13 anos, não pode tirar como conclusão que a exploração do trabalho infantil diminuiu», comenta a propósito a Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Braga.

Numa nota sobre a sua reunião de 5 de Abril, aquele órgão dirigente da USB afirma que «é público e notório que a IGT não actua em mais de 90 por cento dos casos que lhe são apresentados, e que mais de 45 casos podem ser detectados só num dos concelhos citados» no relatório. Para a USB, «é também chocante que se venha dizer, separadamente, que foram detectados dezenas de casos de jovens com idade igual ou superior a 14 anos, mas que não se confirmou se praticavam ou não trabalhos leves», o que «significa que, de facto, a portaria do Governo tratou de legalizar a exploração do trabalho infantil a partir dos 14 anos».

Ladricer pode voltar à greve

Em luta pelo pagamento dos salários em atraso, os trabalhadores da Fábrica de Ladrilho Cerâmico Ladricer (Taveiro, Coimbra) poderão iniciar uma nova greve, por tempo indeterminado, a 21 de Abril, revelou a Lusa, quando noticiou que os operários do sector de produção da empresa, cerca de uma centena, terminaram às 24 horas de domingo uma paralisação de cinco dias que teve uma adesão total.

A concretização de uma nova greve está dependente da receptividade que a administração da empresa revelar em relação a uma proposta aprovada sexta-feira em plenário e na qual os trabalhadores exigem o pagamento de um mês de salário (até anteontem) e o adiantamento de 20 contos a cada trabalhador (até 20 de Abril) por conta dos subsídios e remunerações em atraso, e ainda o pagamento do salário de um mês em atraso, antes do fim de Abril.

Na passada quinta-feira, o Governador Civil de Coimbra anunciou que vai marcar uma reunião com a administração da fábrica para sensibilizar os administradores para a adopção de uma «postura de diálogo» com os trabalhadores. Pedroso de Lima falava à agência Lusa no termo de uma reunião com representantes

dos trabalhadores, que se concentraram de tarde junto da residência oficial do Governador Civil, durante a greve de cinco dias iniciada na véspera.

Sexta-feira, os trabalhadores da Ladricer deslocaram-se à Secretaria de Estado da Cooperação, onde lhes foi transmitido estarem em curso negociações entre os ministros das Finanças português e angolano no sentido de solucionar o con-

junto de situações semelhantes à verificada com a Ladricer.

Segundo Jorge Vicente, da direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Similares do Distrito de Coimbra, diligências efectuadas no mesmo dia na Assembleia da República estão na origem da interpeção que o Grupo Parlamentar do PCP ia efectuar ontem aos titulares das pastas das Finan-

ças e dos Negócios Estrangeiros.

Jorge Vicente revelou que o adiantamento pela Secretaria de Estado da Cooperação de uma verba para pagamento de parte dos salários em atraso é uma das medidas que os trabalhadores defendem (uma vez que as dificuldades da empresa, segundo a administração, têm a ver com a falta de pagamentos do Banco Nacional da Angola).

Salários nas IPSS devem subir 6,8%

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública exigiu sexta-feira uma actualização de 6,8 por cento dos salários dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, equivalente à dotação a ser atribuída às instituições pelo Ministério do Emprego e Segurança Social.

A exigência da federação surge na sequência de um protocolo que foi assinado dia 8 entre o MESS e as IPSS, e ao abrigo do qual as instituições vão receber este ano uma verba de 47 milhões de contos, mais três milhões que no ano passado. Segundo a estrutura sindical, esta verba corresponde a uma actualização de 6,8 por cento relativamente ao protocolo anterior.

Vitor Duarte, da FNSFP, referiu à Lusa que aos 33 mil trabalhadores das IPSS continua a ser aplicado um acordo de trabalho de 1985, desajustado e desactualizado, nomeadamente quanto a salários, carreiras e horári-

os. O sindicalista lembrou que a situação tem levado os trabalhadores a recorrer a formas de luta, estando já marcada uma vigília de dirigentes e delegados sindicais para 19 de Abril e uma greve nacional de 24 horas para dia 27.

Cerveira

Os trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira convocaram para a passada sexta-feira uma greve contra os salários em atraso (6 a 9 meses) e a falta de diálogo dos responsáveis da instituição. Em comunicado enviado à Lusa, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte recordava que «80 por cento dos trabalhadores» subscreveram um abaixo-assinado, dando conta que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia e o seu Provedor recusam-se sistematicamente a recebê-los.

O Barreiro comemora o 25 de Abril, apresentado hoje, em Conferência de Imprensa, o programa das comemorações no Concelho. Nesta ocasião será também assinado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal do Barreiro e o Atelier (grupo de artistas plásticos que desenvolvem a sua actividade no concelho).

Entretanto, para assinalar os 20 anos do 25 de Abril, a Colectividade barreirense «Os Penicheiros» está a promover um jantar comemorativo que terá como convidado de honra o General Vasco Gonçalves. Neste jantar organizado pelos «Penicheiros» com o apoio da Câmara Municipal do Barreiro, haverá ainda um espectáculo onde participarão: Francisco Naia; João Pimentel; Rui Curto e o Grupo «Mão de Obra».

A CDU do Faial lamenta «o alheamento que estruturas governamentais e autárquicas manifestam em relação àquela que é, sem dúvida, a comemoração de maior significado na luta constante e consequente que o povo português mantém pela Liberdade e pela Democracia» — o 20.º aniversário do 25 de Abril. E sublinha: «Quando tanto se fala em autonomia regional, não se deve esquecer que esta só foi possível devido à Revolução do 25 de Abril e que não comemorar condignamente o 20.º Aniversário, é, de alguma forma, diminuir a importância da Liberdade, da Democracia e da própria Autonomia Regional».

Entretanto, a Comissão Coordenadora da CDU do Faial decidiu promover, durante este ano, uma série de iniciativas integradas num programa de Comemorações do 20.º Aniversário do 25 de Abril, a primeira das quais será a realização de um **almoço-convívio**, aberto a todos os democratas, que contará com **animação cultural e recreativa**.

Esta festa será no próprio dia 25 de Abril e terá lugar nas instalações do Clube Naval da Horta.

Moita dá formação desportiva através dum programa de acções de formação na área da educação física e desporto dirigido aos professores do primeiro ciclo do ensino básico. Estas acções, orientadas por técnicos do Departamento de Acção Socio-cultural da Câmara, decorrem todas as quintas-feiras, no Pavilhão Municipal, e destinam-se a apoiar os professores no ensino das modalidades desportivas previstas nos novos programas curriculares.

Grândola mobiliza investidores através de diversos contactos com investidores a actuar no Concelho, «visando o estreitar de relações, na procura de um modelo de desenvolvimento consentâneo com a realidade cultural e natural» do Concelho. O presidente da Câmara reuniu com todos os investidores turísticos da Península de Tróia (ACTEL, SALVOR, SOLTROIA, TORRALTA, CHT, TROIA B3), com o objectivo de estabelecer um protocolo conjunto para a elaboração do Plano de pormenor da área de desenvolvimento turístico de Tróia (UNOR 1), conforme prevê o PROTALI. Perante as dúvidas que surgiram relativamente às regras de delimitação e ocupação dessa área, foi decidido pedir uma audiência ao secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, prevista para a primeira quinzena de Abril e em que a Câmara se fará acompanhar por representantes dos investidores.

A imagem de Cristo da Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos foi pedida ao Município do Montijo pelo Comissariado Geral da Exposição «Encontros de Culturas — Oito Séculos de Missionaçã Portuguesa», para integrar a exposição a realizar em Lisboa entre Maio e Dezembro deste ano.

Esta imagem, que foi cedida ao Município por uma família do Montijo, é um «Cristo Crucificado Indo-Português» do século XVII, e compõe-se de uma cruz em madeira de sissó com embutidos fitomórficos e com a figura de Cristo em marfim, vestido de pendal arrendado, com serrilha e nó apertado à esquerda, penteado de risca ao meio com cabelos encaracolados, barba bifurcada com caracóis.

Este empréstimo é efectuado mediante protocolo, a assinar conforme deliberação da CM, e onde consta, nomeadamente, a recuperação da imagem de Cristo.

Marinha Grande delibera que «a Câmara desenvolva acções junto do Governo para que tome medidas adequadas de apoio aos sectores do Concelho em crise, para debelar ou, pelo menos, minimizar os graves problemas sociais que atingem as famílias de economia mais débil» e que reclame junto do Governo «que estude e elabore diagnóstico e defina as necessárias medidas para os sectores de fabricação de aços e limas, de modo a evitar o encerramento de empresas». A proposta foi apresentada pelos vereadores da CDU em reunião de Câmara e aprovada com a abstenção dos vereadores do PS e do PSD.

Grande Porto

Acumulam-se os problemas da água e do saneamento

Os problemas da água e do saneamento na área do Grande Porto foram abordados por autarcas da CDU em Conferência de Imprensa, tecendo críticas à intervenção autárquica até agora feita e alertando para a urgência de novos programas e apoios comunitários.

Estavam presentes quatro vereadores da CDU — **Honório Novo** (V. N. de Gaia), **Ilda Figueiredo** (Porto e SMAS do Porto), **Maria Eduarda Ferreira** (Valongo) e **Mário Rui** (Maia) e **Serafim Vieira**, da AM e SMAS de Valongo, que consideraram estar na ordem do dia «o problema das permanentes faltas de água aos moradores de vários municípios desta área, consequência, quer das más condições da rede municipal de abastecimento de água, quer do atraso nas medidas que é urgente implementar relativamente às captações da água actuais e futuras.»

São igualmente urgentes medidas na área de esgotos, visando o seu alargamento, bem como o tratamento dos efluentes domésticos e industriais, pois «é conhecida a situação de enorme carência em infra-estruturas de saneamento básico». Os índices, «que são dos piores da Europa

Comunitária», falam por si: ronda os 25% da população com acesso à rede municipal de esgotos em V. N. de Gaia, Valongo e Gondomar, mal chega a 50% dos moradores no Porto». Na generalidade dos casos, os esgotos domésticos e industriais são lançados directamente, sem qualquer tratamento prévio, nas linhas de água ou no mar, como em Matosinhos, no Porto e em V. N. Gaia, com consequência na poluição dos rios Leça, Douro e seus afluentes, e na poluição das águas da costa marítima», sublinharam os autarcas da CDU.

Despoluir o Douro

Por outro lado, «as escassas intervenções dos municípios na área do tratamento de esgotos têm sido realizadas de forma pontual, sem qualquer ordenamento global ou concertação

intermunicipal, o que não favorece a resolução urgente do problema da despoluição do Douro e seus afluentes, questão tanto mais importante quanto o montante de investimentos a realizar é de tal modo elevado que ultrapassa a capacidade de financiamento dos municípios, exigindo a participação da Administração Central e dos Fundos Comunitários, proposta que temos vindo a defender há vários anos», afirmaram os eleitos da CDU.

Impõe-se que «também os municípios ribeirinhos do Douro avancem rapidamente com os projectos necessários para a despoluição do Douro, através do tratamento adequado dos esgotos. Esta questão está a merecer a maior atenção dos autarcas da CDU no âmbito das responsabilidades assumidas nos Conselhos de Administração dos SMAS», sublinhou-se, acrescentando:

«De facto, o processo relativo à elaboração do projecto de construção do exutor do rio Douro, envolvendo os concelhos de Gaia, Gondomar e Porto foi, como é do conhecimento público, abandonado durante o anterior mandato, tendo sido

reactivado por iniciativa dos referidos eleitos CDU, esperando-se que, até ao final do ano, haja projectos prontos para serem apresentados a Bruxelas».

Em relação à água «impõe-se que não se adiem por ais tempo as medidas de fundo prometidas, o que implica o lançamento com urgência do concurso para a construção da Estação de Tratamento da Água do Douro e se avance com a substituição da velha rede de distribuição domiciliária da água.

Quanto «à tão falada criação da Empresa de Água para a distribuição em alta, é necessário garantir que os municípios tenham uma participação maioritária no seu capital social (51%), pois é preciso defender os interesses futuros dos municípios e dos cidadãos da região, quer relativamente ao património, quer quanto aos preços a pagar pelo consumo da água», acentuaram.

Entretanto, a CDU reafirma a sua confiança nos municípios para a gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e «rejeita claramente qualquer concessão a privados da sua gestão e funcionamento».

Rui Godinho na 4.ª Conferência Nacional do Ambiente

Autarquias não devem ser preteridas nas questões de água e saneamento

Rui Godinho, presidente substituto da CM de Lisboa e responsável pelo pelouro do Ambiente, criticou a nova legislação com que o Governo quer retirar competências às autarquias nos sistemas de água, saneamento e resíduos sólidos, em abandono da concepção de serviço público e abrindo caminho aos negócios privados nesta matéria.

Rui Godinho, presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa e vereador responsável pelo pelouro do Ambiente, criticou o Projecto de Diploma sobre o Regime de Exploração e Gestão dos Sistemas Multimunicipais e Municipais, «que consagra uma alteração importante no que respeita às atribuições das autarquias locais, ao retirar da sua competência a gestão dos sistemas multimunicipais de saneamento básico, entregando-a ao Estado». A alternativa a esta situação (e uma vez que não estão criadas as Regiões Administrativas) «deveria ser a atribuição destas competências às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e às Associações de Municípios». A nova legislação atira as autarquias para meras posições consultivas nesta matéria, «abrindo caminho, por hipótese e por absurdo, a que um conjunto de municípios de uma dada região seja obrigado a aceitar, contra-

vontade, o sistema multimunicipal que o Governo entender».

Rui Godinho, que falava na mesa-redonda sobre «Empresarialização do Ambiente» com que se encerrou na sexta-feira, dia 8, no Centro Cultural de Belém, a 4.ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, discordou também do «regime estabelecido para concessão de serviços municipais de saneamento básico, na medida em que parece apontar para a obrigatoriedade da concessão de todo um sistema (água, saneamento ou de resíduos sólidos), quando deveria ser considerada a possibilidade de concessão de determinadas partes ou órgãos de sistemas».

Entretanto, «Lisboa tem dois testes em andamento» a confrontar com esta nova legislação: um, é a LISTRATA, uma sociedade por quotas constituída entre a CML e a EPAL; a outra é o sistema multimunicipal para tratamento de resíduos sólidos entre quatro municí-

pios da Região (Lisboa, Loures, Amadora e Vila Franca de Xira).

«Interesse novo» do Governo

Quanto à participação das empresas privadas nas questões de água e do saneamento no nosso país, Rui Godinho afirmou: «Desde que estas disponham de *know how* que seja transferível e confirmem níveis elevados de eficácia e de qualidade na exploração dos sistemas, será positiva a sua associação aos municípios e ao sector público em geral, mantendo estes o controlo e a maioria do capital nas associações a realizar».

Considerando indispensável a participação da tecnologia nacional nesta questão, sublinhou: «Há que evitar criar situações que possam levar a que, no futuro, os recursos hídricos do País deixem de ser geridos quer pelos municípios, quer mesmo por portugueses, dada a evidente apetência das multinacionais do sector pelo mercado nacional».

Referindo «o abandono da concepção de serviço público» que a nova legislação governamental quer impor aos sistemas de água, saneamento e resíduos sólidos, Rui Godinho alertou para a ideia, nela

subjacente, «de que estas actividades podem ser transformadas em negócio, sujeitas realmente aos critérios de lucro», enquanto se perspectiva «a preterição do papel do Poder Local neste domínio, abrindo caminho ao controlo pelo Governo dos sistemas multimunicipais».

Este «súbito interesse do Executivo de Cavaco Silva» por uma área «que negligenciou ao longo dos anos» tem, para o presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa, uma explicação: «É motivado pela perspectiva de financiamentos do Fundo de Coesão das Comunidades Europeias, e pela evolução tecnológica e de mercado que tornaram esta actividade extremamente atractiva para o sector privado».

Assim, a perspectiva do Governo de *empresarialização* deste sector poderá corresponder «à canalização para o sector privado dos fundos comunitários, e à garantia de controlo de grande parte destes fundos pelo Governo».

A *empresarialização* «é no entanto possível com o controlo e responsabilidade das autarquias, que devem poder criar empresas municipais e intermunicipais neste domínio», considerou Rui Godinho, sublinhando «a necessidade de salvaguardar a intervenção autárquica neste domínio».

Em causa formação profissional da UGT

Comissões de inquérito viram comissões de branqueamento

Muito se tem falado sobre as comissões parlamentares de inquérito. Questionado tem sido, sobretudo, o seu papel e eficácia, considerados de reduzido alcance, num quadro onde à partida quase sempre se conhece o veredicto final. Desprestigiado sai o Parlamento e não falta quem, com razão, veja no funcionamento destas comissões uma grave perversão aos princípios que presidiram à sua elaboração e um atentado às atribuições que lhe estão cometidas. Favorecidos, sempre, saem os interesses do PSD ou do Governo. As críticas não esmorecem e o alvo continua a ser o comportamento dos deputados da maioria. São eles os responsáveis, acusa o PCP, de transformarem as comissões em verdadeiras comissões de branqueamento.

Na passada semana, a propósito da Comissão de Inquérito ao caso da formação profissional da UGT, Odete Santos, foi mesmo mais longe e disse que se alguém colhe o beneplácito do PSD e precisa de salvar a face o melhor que tem a fazer é solicitar que a Assembleia da República faça um inquérito para assim obter a ensejada brancura.

Em debate estava precisa-

mente o relatório final da comissão, que não foi subscrito pelos deputados comunistas, e cujas conclusões testemunham um tipo de trabalho que não dignifica as comissões de inquérito nem a Assembleia da República e que, ao invés do que se possa pensar, não branqueia ninguém, como na altura fez questão de sublinhar a deputada comunista Odete Santos.

Fundamentando a sua afirmação, recordou a "extrema pobreza" que caracteriza o relatório presente a plenário, quando a verdade é que a Comissão contou com "elementos riquíssimos" para produzir um trabalho diferente na averiguação ao comportamento do Ministério do Emprego e Segurança Social, principalmente o DAFSE (Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu) e da Administração Fiscal relativamente à concessão e utilização das verbas concedidas à UGT para formação profissional.

Odete Santos lembrou, nomeadamente, que tanto o relatório da IGF como o relatório da Sindicância forneceram elementos eloquentes que comprovam que o DAFSE, dirigido por quem, a partir de fins de 1987, passou a dirigir a formação profissional na UGT/Isefoc, favoreceu e fomentou o enriquecimento de empresas privadas como a Consulta e a Partex, à custa dos dinheiros destinados à formação profissional.

Provas irrefutáveis

O conteúdo dos documentos e dos depoimentos recolhidos no decorrer dos trabalhos da Comissão de Inquérito constitui uma demonstração inequívoca de como os dinheiros da formação profissional utilizados pela UGT foram malbaratados.

Na sua intervenção, Odete Santos chamou a atenção para este aspecto, pondo em evidência alguns dos factos que foram dados como provados. São eles:

Que o DAFSE não fornecia informações aos candidatos aos subsídios.

Que os candidatos não tinham outro remédio senão socorrer-se das tais empresas privadas que beneficiando da sua situação

privilegiada junto do DAFSE auferiam chorudos lucros como meros intermediários.

Provou-se que gabinetes como a Consulta e a Partex que detinham aquela posição privilegiada ainda quando foram apresentadas candidaturas para 1988 (um dos anos abrangidos pelo inquérito) obtinha do então Director Geral do DAFSE, hoje assessor da UGT/Isefoc, folhas oficiais de registo de entrada de candidaturas para que registassem os seus próprios dossiers quando lhes aprobevesse.

Provou-se que aqueles gabinetes beneficiaram do privilégio de ser incluídos nos candidatos

aos subsídios do Fundo Social Europeu.

Provaram-se as ligações estreitas entre funcionários do DAFSE e as empresas Consulta, Partex, e entre outras empresas como a Racioconta e a Parageste a Depron, empresas envolvidas nos dossiers da UGT.

Provou-se que em negociação directa com o Senhor Ministro do Emprego, a UGT apresentou um dossier agrupado em 1988, com aplicação de fundos de valor extraordinário (8 milhões de contos) por forma a que a UGT tivesse prioridade na concessão de subsídios, dossier que veio depois a sofrer grandes cortes por falta de capacidade de realização.

PSD não quer aprofundar averiguações

Ao rejeitar um projecto de resolução subscrito pelos deputados comunistas que previa o envio ao Ministério Público de toda a documentação elaborada ao longo do trabalho da Comissão de Inquérito, o PSD voltou a evidenciar a sua falta de interesse em apurar cabalmente os factos relacionados com a utilização pela UGT de verbas do Fundo Social Europeu e do Orçamento do Estado para cursos de formação profissional.

Ao adoptar esta posição - quando em causa estava apenas o envio para o Ministério Público de elementos susceptíveis de interessar a investigação penal em curso ou de instaurar novos procedimentos criminais -, o PSD mostra com efeito não ter vontade política para

levar até às últimas consequências a investigação das irregularidades apuradas pela Comissão, nem apurar a informação existente que indicia o envolvimento de empresas no empolamento de custos da formação profissional dos dossiers UGT/ISEFOC.

Como é o caso da empresa Deprom, sobre quem recai a acusação de empolar os referidos custos, através de prováveis irregularidades, ou da empresa Parageste (Informação e Gestão Lda), sob idêntica suspeita, aparecendo esta normalmente como subcontratada de uma outra empresa, a Consulta (Consultores de Gestão Técnica e Financeira, Lda), também ela indicada nas actas da Comissão de Inquérito como autora de eventuais irregularidades.

Vale do Ave

Desenvolvimento integrado precisa-se!

A situação no Vale do Ave voltou a estar no centro do debate parlamentar. Em presença, no essencial, duas visões distintas quanto à avaliação da realidade actual. De um lado, proveniente dos vários quadrantes da oposição, nomeadamente do PCP, a tese de que o Governo insiste numa estratégia económica errada e que não soube aproveitar devidamente os fundos comunitários para a região. Por parte do Governo, pela voz do ministro Mira Amaral, ouviu-se o discurso do optimismo, fundado em alegados sinais de "superação de debilidades".

Ora a verdade é que, excluídas meia dúzia de empresas, a situação no seu conjunto não é de molde a justificar o optimismo governamental, uma vez que, foi José Manuel Maia a lembrá-lo, a "região está mais pobre", a sua estrutura produtiva mais enfraquecida, os trabalhadores e a maioria do povo a viverem pior e o desemprego a aumentar, do mesmo modo que cresce o subemprego, os salários em atraso e o trabalho infantil, enquanto se degradam claramente os padrões e a qualidade de vida.

Também o PS, responsável pelo agendamento do debate, por intermédio de António Braga, reagiu às palavras do ministro, afirmando tratar-se do "discurso costumeiro e requeitado", para em seguida imputar ao Governo a responsabilidade pelos maus resultados dos 150 milhões de contos investidos na região, dado que a crise na indústria têxtil se mantém e "em certos domínios agrava-se".

No mesmo sentido foram as críticas formuladas por José Manuel Maia, ao lembrar que, se os patrões têm responsabilidades, por não terem investido nem renovado a tempo os equipamentos das suas fábricas, não é menor a do Governo se atendermos à "falta de medidas preventivas, atempadas e suficientes" e à "insistência numa estratégia prejudicial aos sectores produtivos".

Para o deputado comunista, que anunciou uma proposta do PCP defendendo a criação de

uma estrutura parlamentar para acompanhamento directo da situação no Vale do Ave, importa aprofundar e alargar as ligeiras melhorias conseguidas (rede de equipamentos escolares, formação profissional e rede viária principal), apostando no desenvolvimento, entendido como um todo, onde so-

breleva a dimensão social e a melhoria do bem-estar das populações.

"Importa assim atacar de forma coerente e integrada os problemas da região", preconizou José Manuel Maia, apontando desde logo o sector têxtil, mas também o ordenamento do território, a questão do tecido industrial centrado num único ramo de actividade, os incentivos e apoios à diversificação da actividade produtiva e o problema das acessibilidades.

Imprescindível, do ponto de vista da formação comunista, é ainda a adopção de medidas de protecção social, nomeadamente em matéria de abono de família, pré-reforma e reforma antecipada, compensações salariais por desemprego e outras.

Um retrato da crise

Mais de duzentas empresas encerradas, mais de dez mil trabalhadores com salários em atraso, agravamento do trabalho infantil, eis, de forma sumária, alguns dos traços que caracterizam no plano social a situação na região de Braga, muito particularmente no Vale do Ave.

Um quadro de verdadeira crise, recheado de problemas de natureza diversa, que pode ainda ser testemunhado pelos trabalhadores despedidos que recebem subsídios da segurança social, a ultrapassar a casa dos quinze mil, a que se juntam mais de vinte mil pessoas à procura do primeiro emprego.

Preocupante, na opinião de José Manuel Maia, que levou estes números à Câmara, é também o número de trabalhadores que já não beneficiam de subsídios e não conseguem novo emprego, situação que atinge sobretudo as mulheres com mais de 40 anos de idade.

A acompanhar o aumento do número de desempregados, ainda segundo as palavras do deputado comunista, o crescente aumento das dívidas à Segurança Social, totalizando cerca de 30 milhões de contos em Janeiro de 1993, valor que subiu para 33 milhões em Março do mesmo ano, atingindo os 40 milhões de contos em Fevereiro passado.

Significativo é, por fim, o número de postos de trabalho dependentes de decisão judicial - cerca de 12 mil -, o que quer dizer, atendendo à prática corrente (estatisticamente apenas metade das empresas em processo de falência consegue ser viabilizada), que grande parte daqueles está condenado a soçobrar.

Em defesa do vinho português

A Assembleia da República aprovou, faz hoje oito dias, por unanimidade, um projecto de resolução do PCP que apoia a defesa da vitivinicultura e dos viticultores nacionais face à reforma da produção de vinho encetada pela Comunidade Europeia. O diploma da autoria dos parlamentares comunistas visa assegurar a produção dos vinhos portugueses e contrariar as intenções da Comissão Europeia de obrigar os Estados membros, entre os quais Portugal, a queimar parte das suas vinhas. O líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, enalteceu na altura em declaração de

voto a aprovação do diploma, que considerou "não poder deixar de constituir um sinal da orientação que o Governo deve defender na negociação da reforma do sector vitivinícola". "O Governo não pode, agora, repetir o que fez em situações anteriores: trocar a defesa de interesses estratégicos para o País por negociações de circunstância", sublinhou Octávio Teixeira.

PSD rejeita rendimento mínimo

Idêntico destino não teve o projecto de lei que prevê a fixação de um "rendimento mínimo de subsistência" para os

cidadãos portugueses a viver em situações de miséria. Igualmente da autoria do PCP, o diploma foi rejeitado com os votos do PSD e CDS, merecendo o apoio das restantes formações parlamentares. Chumbado foi ainda o projecto de resolução do PCP para a constituição de uma Comissão Eventual para avaliação e análise da actual situação no Vale do Ave, que registou os votos contra dos deputados do PSD. Aprovado foi, entretanto, com os votos do PSD, PS e PSN, a proposta de lei que autoriza o governo a consagrar medidas relativas a ilícitos publicitários, que mereceu os votos contra do PCP e de Raul de Castro e a abstenção do CDS.

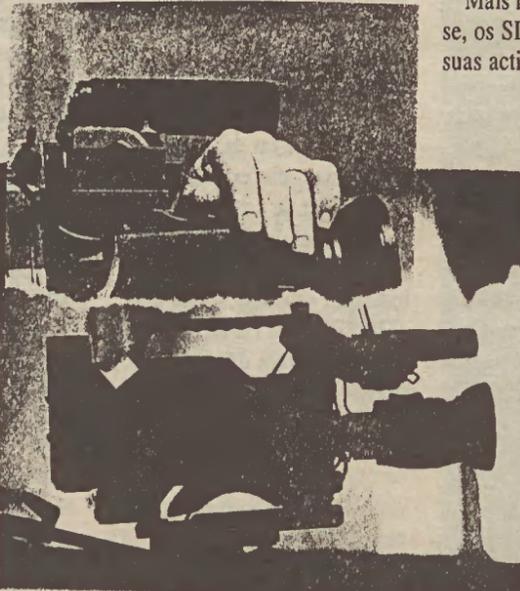
Actuação dos Serviços de Informações

Um quisto da democracia

Cerradas críticas à actividade dos Serviços de Informações de Segurança (SIS) marcaram a apresentação em plenário do Relatório anual sobre a actividade daqueles organismos elaborado pelo Conselho de Fiscalização eleito pela Assembleia da República. Para a bancada comunista, as ilegalidades e abusos envolvendo aqueles serviços configuram "um quisto na democracia portuguesa, actuando contra as liberdades fundamentais e os direitos dos cidadãos". Realizado na passada semana, no saldo do debate, para além de todas as acusações e reservas, ficou a apresentação de um projecto de lei do PCP para alterar a composição e competência do órgão fiscalizador dos SIS e um pedido de audiência do PS a Cavaco Silva sobre a lei-quadro, que aguarda revisão há vários anos, daqueles Serviços.

A necessidade de reformar com carácter de urgência a lei de enquadramento dos Serviços de Informações, do ponto de vista do PCP, ficou evidenciada pelo próprio Relatório, devendo baliar-se, por um lado, numa melhor e mais eficaz garantia das liberdades e direitos dos cidadãos, incluindo através da definição com mais rigor dos limites dos Serviços de Informações e dos sistemas de controlo das suas actuações, e, por outro, de uma efectiva fiscalização dos mesmos, através de uma "Comissão com uma base de constituição mais alargada e dotada de reais poderes, incluindo poderes de inspecção directa e sem pré-aviso".

Uma necessidade que no seu conjunto resulta, conforme



explicou João Amaral, do "mar de ilegalidades, abusos, violações de direitos fundamentais e desvio de funções" que têm caracterizado a actuação dos Serviços de Informações.

Preocupado com este quadro de actuações ilegais e abusivas, o parlamentar comunista questionou a propósito: "O que andam a fazer os Serviços de Informações Militares? Para que querem

o banco de dados? Que fichas organizam?"

A questão, para a qual exigiu explicações do Governo, afigura-se tanto mais pertinente quanto são conhecidos os episódios que envolveram num passado recente aqueles serviços - "um passado nada brilhante", nas palavras de João Amaral -, de onde relevam estranhas ligações com a Renamo e a Unita, o caso da operação terrorista em França protagonizada pelos GAL ou ainda as fichas de militantes do PCP e do PS encontradas na posse de um informador da «secreta» militar.

Mais recentemente, recorde-se, os SIS destacaram-se pelas suas actividades provocatórias contra trabalhadores, agricultores e estudantes, uma actuação que no entender de João Amaral está subordinada às ordens do Governo do PSD, em defesa das suas opções político-partidárias, "contra aqueles que lhes sofrem as consequências e legitimamente protestam contra essas opções".

Apesar de não branquear a situação e de no texto explicitar

mesmo algumas críticas, são todos estes casos polémicos e escandalosos que o Relatório escamoteia, passando-lhes por cima, como realçou João Amaral, facto que não ajuda em nada a repor a legalidade e a reconduzir os Serviços no caminho do respeito da Constituição e da Lei, "com salvaguarda absoluta da liberdade e dos direitos fundamentais dos cidadãos".

PCP reage às palavras de M. Monteiro

Um ataque indigno e soez à AR e aos deputados

O Grupo Parlamentar do PCP classificou de "indignas e soezes" as afirmações de Manuel Monteiro, presidente do CDS, a propósito de um alegado pagamento aos deputados pela elaboração de relatórios, considerando-as um ataque contra a Assembleia da República.

Em nota à imprensa, a formação comunista transcreve o parecer que foi votado no dia 23 de Março na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, o qual refere, nomeadamente, que a caracterização das acções previstas no artigo 50º do Regimento da Assembleia da República "não traz implícita quaisquer outras consequências que não seja a de as revestir da dignidade que lhes é própria".

Assim, de acordo com o texto aprovado - o único a ser objecto de votação - o ofício dirigido pelo PS a Barbosa de Melo "não pode ter qualquer outro desenvolvimento que não seja o de S. Exa tomar dele conhecimento".

Sucedo que votar contra este parecer ou abster-se (como o fez o CDS) - lembra o comunicado do Grupo comunista - seria indiciar a ideia de que tais trabalhos parlamentares deveriam ter uma remuneração suplementar.

Ora a opinião do PCP é que tais trabalhos parlamentares não devem ser objecto de qualquer remuneração específica, razão pela qual, na ocasião, votou a favor do parecer.

Assim sendo, para os deputados comunistas, está-se em presença de uma tentativa de manipulação da opinião pública por parte de Manuel Monteiro, que não hesitou em proferir acusações infundadas e falsas, atitude que repudiam, reiterando a sua determinação em continuar a opor-se a quaisquer "tentativas de acréscimo de remunerações dos deputados para além das que já estão legalmente previstas".

Exclusão social

Um flagelo a travar

O relatório sobre a luta contra a exclusão social, da autoria do ex-eurodeputado e actual Presidente da Câmara de Alcácer do Sal, Rogério de Brito, foi aprovado por unanimidade na primeira Conferência Parlamento Europeu/Poderes Locais, realizada a semana passada em Bruxelas.

O documento, cuja apresentação esteve a cargo de Barata-Moura, considera que não é possível uma abordagem séria dos conceitos de coesão económica e social ou de cidadania participada sem que, simultaneamente, se encarem medidas urgentes de combate aos crescentes processos de exclusão social.

Tendo em conta que a exclusão social é um fenómeno complexo, em cuja origem e desenvolvimento interactivam factores económicos, psicológicos, sociológicos, culturais, o relatório alerta para a necessidade de contrariar a ideia de que os "excluídos" são fundamentalmente "auto-excluídos", uma variação pouco imaginativa da velha tese de que os culpados da pobreza são os próprios pobres.

Com efeito, verifica-se que engrossam o caudal os "excluídos", os que a sociedade rejeita, mesmo quando se serve ou já se serviu deles; os que integram grupos particularmente vulneráveis e desprotegidos; os que, na sequência de situações adversas prolongadas, vegetam na banda da marginalidade, sem condições, sem

motivação, sem perspectivas para retomar uma comunhão mais estreita e dignificante com a colectividade.

Sendo estruturais as razões determinantes da exclusão social, terá de ser a sociedade, no seu conjunto, a desenvolver as medidas necessárias para atacar o flagelo. Ao Poder Local cabe, no entanto, um papel particular, já que é na sua esfera que o fenómeno se manifesta de forma mais imediata. Por isso, a Conferência considerou indispensável que o Poder Local disponha dos meios e das políticas para que, em articulação com outras organizações que actuam no terreno, e fomentando também a mobilização dos abrangidos, possa dinamizar as respostas adequadas. E porque mais vale prevenir do

que remediar, a Conferência defendeu a necessidade de "reconhecer e potenciar a capacidade de intervenção dos poderes locais", e de apoiar - designadamente através do recurso a fundos estruturais - políticas específicas que permitam aproveitar as capacidades endógenas das áreas e grupos afectados.

Para atingir os objectivos, como afirmou Barata-Moura ao intervir no plenário, o relançamento da actividade económica, uma política de emprego com forte incidência social, uma melhoria real na habitação e na saúde, uma educação integrada de diferentes valências e patrimónios, um reequacionamento das políticas de redistribuição - são, sem dúvida, caminhos a explorar. Face ao consenso verificado, sublinhou ainda o eurodeputado comunista, da Conferência saiu uma mensagem clara dirigida à sociedade europeia e às suas diferentes organizações, no sentido de que é urgente intensificar, alargar e materializar - com esclarecimento, com recursos, com determinação - um combate articulado contra este complexo flagelo da exclusão que gritantemente desqualifica a nossa existência de cidadãos e de humanos.

Show jirinovskiano no Conselho da Europa

As coisas correram mal para Vladimir Jirinovski em Estrasburgo. Foi ali com dois fins: utilizar a tribuna do Conselho da Europa como palco mundial e produzir um discurso que, sem conquistar a adesão dos deputados, lhes inspirasse respeito.

Atingiu o primeiro objectivo: falaram muito dele e foi manchete em dezenas de países. Mas quanto ao segundo alvo, o tiro saiu pela culatra.

Muitos deputados dos 32 países membros do Conselho da Europa esperavam contemplar e ouvir um ultranacionalista atípico, teatral, truculento, mas com um discurso minimamente coerente que justificasse o carisma expresso na votação obtida em Dezembro.

Jirinovski, afinal, desiludiu uma Assembleia representativa de um sistema, também desacreditado. Fez tudo errado. Descontrolou-se ao saber que o governo da França lhe limitava a liberdade de movimentos à cidade de Estrasburgo, sede do Conselho da Europa. Instalou-se no consulado russo, ruminando vinganças.

Antes da abertura da sessão, deambulou pelos corredores, concedendo entrevistas lunares. Depois, fez um esforço pouco inteligente para se inscrever num dos Grupos Políticos. Entrou primeiro na reunião dos liberais. Sentou-se sem cumprimentar e quando pediu a palavra e esta lhe foi negada ficou possesso. Começou a gritar. Conseguiu apenas que o presidente desse a reunião por finda. Saiu dali para ir pedir aos democratas-cristãos do Grupo dito Popular que o aceitassem no regaço dessa grande família da direita. Ouvia um não rotundo. Ensaçou depois uma sondagem junto do Grupo Democrático. Mas os *tories* britânicos e

os conservadores franceses de Balladur não quiseram vê-lo nas proximidades.

No plenário teve uma intervenção calamitosa. Esquecendo o tema, disparou a sua ruidosa artilharia verbal para todos os azimutes. Expressou-se como se fora um consul romano no regresso de uma guerra infeliz contra os sassânidas persas. De dedo em riste, anunciou que somente ele, grande vencedor das eleições, tinha a confiança do povo. Os seus colegas, sugeriu, estavam ali indevidamente, afinal...

Ninguém escapou à sua cólera, dos franceses aos britânicos, com passagem pelos turcos, que o apuparam. Berrou no microfone, fez profecias, evocou Carlos XII da Suécia, Napoleão e Hitler. Esbravejou contra o comunismo e daí caiu na apoloogia do liberalismo.

Faltou, porém, naturalidade à representação. Jirinovski pretendia que lhe cortassem a palavra e o presidente Martinez não lhe fez a vontade.

"É mais um palhaço do que um leão - dizia-me um deputado russo no final, considerando errado o alvo de uma manifestação de estudantes à porta do Palácio da Europa. - Temem este imbecil e esquecem o bombardeamento de Gorade pelos aviões americanos. O sorriso de Clinton oculta mais perigos para a humanidade do que as ameaças de Jirinovski."

Efectivamente, o grotesto show jirinovskiano desviou naquele dia totalmente a atenção da escalada da NATO na Bósnia. Nem se falou do assunto. Enquanto Jirinovski fazia barulho, mais bombas americanas explodiam na Bósnia.

Bósnia

No espaço de 24 horas, aviões da NATO atacaram pela segunda vez alvos militares sérvios que cercam o enclave muçulmano de Gorazde, declarado o ano passado "zona de segurança".

A consequência imediata deste segundo raide da NATO foi a intensificação dos ataques sérvios, segundo afirmou um responsável do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. A ONU e as diversas organizações humanitárias que actuam na Bósnia decidiram suspender os voos para Sarajevo, e todos os comboios humanitários que deveriam atravessar território controlado por sérvios. O líder político dos sérvios bósnios, Radovan Karadzic, decidiu suspender todos os contactos com os representantes da ONU e da União Europeia. A Rússia, que não foi consultada, advertiu a NATO sobre as imprevisíveis consequências destas acções militares. Em conferência de imprensa, o ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Andrei Kozirev, disse que os ataques aéreos poderão revelar-se contraproducentes, por fomentarem "não o fim das hostilidades mas uma escalada no conflito".

França

Paris e toda a região suburbana ficaram praticamente paralisadas por efeito de uma greve de transportes colectivos de amplitude raramente igualada. A meio da tarde de dia 7, nove das treze linhas de metropolitano estavam encerradas, as 236 carreiras de autocarros funcionavam a 10 por cento da sua capacidade e nas duas linhas da Rede Expresso Regional (RER), que liga Paris à zona periférica, circulava menos de um comboio em cada cinco. No centro de Paris, realizaram-se duas manifestações, contra a política social do governo e contra os projectos de reforma dos transportes colectivos, que os sindicatos denunciam como atentatórios do estatuto do pessoal e do serviço público.

Haiti

Dezenas de pessoas foram detidas ilegalmente e outras assassinadas por soldados e polícias, denunciaram os membros da missão civil da ONU e OEA que fiscalizam a situação dos direitos humanos no Haiti. Em comunicado, a missão das Nações Unidas e da

Ucrânia Comunistas vencem eleições legislativas

Os primeiros resultados da segunda volta das eleições legislativas de domingo passado, na Ucrânia, indicam uma clara vitória dos comunistas, que deverão obter entre um terço e um quarto dos 450 lugares do Parlamento (que irá entretanto funcionar apenas com 330 deputados, uma vez que as eleições foram anuladas em muitos círculos onde a participação dos eleitores não atingiu os 50 por cento exigidos por lei).

A votação nos comunistas foi particularmente significativa na zona oriental, uma das mais importantes regiões industriais do país, particularmente atingida pela crise em parte gerada pelo corte dos laços económicos com a Rússia.

Os comunistas concorreram às eleições integrados no Bloco de Esquerda, que engloba igualmente o Partido Socialista, o Congresso dos Cidadãos e o Partido Agrário - demarcando-se do actual presidente Kravtchouk.

A actual situação socioeconómica na Ucrânia é particularmente grave. Na região oriental, as restrições nos fornecimentos de energia proveniente da Rússia, devido às dívidas da Ucrânia, levaram à paralisação de toda a actividade provocando um desemprego em massa.

Mas é em todo o país que a degradação da situação se faz sentir.

Neste momento, a jovem República da Ucrânia está a perder população. Pelo terceiro ano consecutivo, o número de mortes ultrapassa o de nascimentos. Diferença que se acentua de forma drástica: mais de 20 000 mortes em 1991; mais de 100 000 em 1992; mais de 300 000 em 1993. Num quadro de empobrecimento geral - com salários em atraso, uma inflação a subir em flecha e a produção em queda livre - muitas mulheres e jovens casais renunciam a ter filhos. Paralelamente, assiste-se a uma diminuição da duração média de vida: 71 anos em 1990 e 69 em 1992 (os números de 93 ainda não são conhecidos). As situações de



Manifestação das vítimas de Tchernobyl, em Kharkov

fome são uma realidade - os ucranianos estão a consumir uma média de 9,5 kg de proteínas por ano.

A situação das crianças é particularmente difícil, e mais ainda se tivermos em conta as consequências de Tchernobyl para as crianças de Kiev.

No Verão de 1993, a organização das mulheres trabalhadoras esteve na iniciativa de piquetes de protesto frente ao Parlamento, e reuniu dezenas de milhares de assinaturas para

exigir ajudas adequadas para as crianças.

A quebra de produção é uma realidade. Mas - na opinião de Serguei Doroguntsov, presidente do Conselho dos Estudos das forças produtivas da Academia de Ciências - não explica tudo.

"O poder de compra baixou em 15 vezes desde a independência, enquanto a produção industrial «apenas» sofreu uma quebra de 50%. Há uma verdadeira pilhagem das riquezas através da fuga de capitais para

bancos estrangeiros (18 mil milhões de dólares). 90% das pessoas perderam tudo e possuem apenas 6% das riquezas produzidas. Uma nova camada de 10% de novos ricos apoderou-se de tudo o resto". Na opinião de Doroguntsov, "o poder pretende criar uma classe social de proprietários que deve vir a constituir o núcleo da nova estrutura política".

Uma situação contra a qual se pronunciou agora o eleitorado ucraniano.

Brasil Trabalhadores sem terra exigem Reforma Agrária

O ano de 1993 foi aquele em que o Brasil mais gastou com importação de alimentos. Segundo dados divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimentos (Conab), foram importadas 8,5 milhões toneladas de grãos, num país que chegou quase a ser auto-suficiente em trigo.

Dados que testemunham de que o Brasil é mais um de entre os - muitos - países, que políticas económicas nacionais e internacionais feitas à medida do grande capital, e contra os interesses da maioria das populações, geram situações de total dependência e de fome.

Um exemplo significativo também para o nosso país.

Em 1988, o Brasil importava apenas 15% do total de trigo consumido. Hoje, como é denunciado pelo jornal dos "Sem Terra", "graças à desastrosa política do governo, que privatizou seu comércio e tirou os pequenos e médios produtores da lavoura de trigo", são importadas quase 5 milhões de toneladas.

O mesmo ocorreu com o algodão, denuncia o "Sem Terra". O seu plantio "foi desestimulado entre os pequenos produtores do nordeste. E aí está o resultado: mais de um milhão de toneladas importadas".

Segundo a Conab, "as importações - defendidas por muitos economistas, porque o preço é mais

baixo que o do mercado nacional - representam a perda de emprego para mais de 400 mil trabalhadores na produção de trigo e de 300 mil, na produção de algodão".

Neste quadro, o Movimento dos Sem Terra (MST) defende que o que faz falta é "uma reforma agrária que poderia incorporar milhões de novos hectares na produção e gerar trabalho e renda para milhões de trabalhadores que hoje vivem migrando, de um lado para outro, sem terra e sem futuro".

Em meados de Dezembro de 1993, realizou-se em Salvador, Bahia, o VII Encontro Nacional do MST, que discutiu e aprovou um conjunto de propostas para viabilizar a Reforma Agrária.

Este conjunto de propostas - igualmente discutidas e aprovadas em Encontros Estaduais realizados em 18 Estados - constitui um documento pormenorizado, que abarca um amplo leque de realidades e problemas, e de alguma forma reflectem a amplitude das carências que marcam a vida nos campos brasileiros.

São propostas pelo MST, desde medidas de desapropriação a políticas de crédito, formação escolar e laboral, resposta a prementes problemas sociais, participação dos trabalhadores nas necessárias decisões, e abordadas ainda situações particulares, como é o caso da Amazônia ou das zonas semiáridas, incluindo "políticas para preservação do meio ambiente".

O documento sobre a Reforma Agrária começa por exigir a "participação dos trabalhadores rurais, através de suas organizações, em todas as instâncias de decisão relacionadas com a Reforma Agrária", e medidas de desapropriação, "priorizando os maiores latifúndios de cada Estado, as terras de multinacionais, de bancos e de grupos industriais".

Avança-se com propostas para construção de escolas, libertação de recursos "para atender todas as necessidades da comunidade assentada (energia eléctrica, água potável, habitação, saúde, etc.)", ou "garantir recursos às cooperativas e associações dos assentamentos para instalações de creches, de modo que as mães possam integrar-se no processo produtivo".

Entre as "Medidas Emergenciais" destacam-se, significativamente, de par do "atendimento social, alimentar, médico e esco-

lar para todas as famílias", a negociação imediata "junto com os governos estaduais e órgãos da justiça" da "suspensão de todas as acções de pistoleiros e de polícias" e a abertura de processos administrativos para apurar,

nomeadamente "os negócios de compra de terra sobre os quais pesam denúncias de corrupção", e "a forma de aquisição de extensas áreas de terras públicas por parte de pessoas jurídicas estrangeiras".

Quem mais come é o desperdício

As perdas médias do que se produz na agricultura brasileira, desde a colheita até chegar ao consumidor, eram em geral avaliadas até há pouco em 15%. Um número já de si chocante, em particular tendo em conta a situação de fome no Brasil.

Mais recentemente, um estudo de um investigador da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, levou à conclusão de que em alguns produtos o desperdício, ou seja, as perdas desde a colheita até ao consumidor, é muito maior, chegando mesmo a perder-se 40% de tudo o que se produz. Conclusão: no Brasil, quem mais come é o desperdício!

Estimativa das Perdas Agrícolas no Brasil

Produtos	Produção (em mil t)	Perdas (em mil t)	Índice de Perdas
Arroz	10 103	2121	21%
Feijão	2 915	903	31%
Milho	31 983	8955	28%
Tomate	2 177	871	40%
Batata	2 264	543	24%
Banana	8 250	3300	40%

Fonte: prof. João Batista Rezende/Fundação João Pinheiro (MG)

África do Sul

Diálogo contra violência

As organizações da juventude do ANC e do Inkatha; uniram-se, na sexta-feira santa, para uma manifestação pacífica, desfilando atrás de uma cruz feita com os toros calcinados de uma casa destruída em recentes confrontos. Cerca de 3000 pessoas desfilaram em silêncio pelas ruas de Durban, capital comercial da província do Natal, numa afirmação de vontade de paz, contra a violência que o apartheid gerou. E hoje há quem intente continuar a alimentar para impedir o decisivo avanço do país no caminho da democracia, a clara vitória eleitoral do ANC que todas as sondagens vêm a indicar.

Uma violência que faz parte da realidade quotidiana, e pende como ameaça sobre o período pós-eleitoral, quando todos os esforços deveriam estar concentrados na reconstrução do país, na resposta aos gravíssimos problemas sociais que afectam a maioria. Resposta por sua vez indispensável para quebrar o próprio ciclo vicioso da violência, inevitavelmente alimentado pela miséria e a degradação social.

Entretanto, de momento nada parece ter resultado da cimeira que, sexta-feira passada, o presidente De Klerk e Nelson Mandela tiveram com o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini e o chefe do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, que continuam a não aceitar retirar as reservas que têm posto às eleições de 26 a 28 deste mês.

Na véspera deste encontro - que poderá vir a ter novos desenvolvimentos ainda esta semana - o ANC reafirmara a sua determinação em continuar a dialogar com todas as partes, sublinhando ao mesmo tempo que não se renderá "a tentativas de chantagear o povo da África do Sul, a aci-

tar um adiamento das eleições através da criação de um clima de violência e terror".

"Foi tendo em conta os mais amplos interesses do país e o desejo de se chegar a um acordo abrangente de todas as partes que o ANC encetou negociações sobre os receios das minorias, como o futuro do reino zulu e o proposto estado autónomo africaner" - afirma-se no comunicado do ANC, que denuncia uma escalada de exigências que visam a destruição do clima propício à realização de eleições livres e justas no país.

Escalada de exigências que tem a ver com perda de privilégios e a perspectiva de uma fraca votação nas forças claramente de direita. Segundo diferentes sondagens, mesmo no bantustão de Kwazulu, domínio de Buthelezi, 50% das intenções de voto vão para o ANC, contra 27% para o Inkatha.

O previsível voto em massa no ANC, é o voto da esperança numa alteração radical das condições de vida desumanas que foram impostas à quase totalidade da população negra.

Soweto - o imenso bairro de lata negro às portas de Johannesburgo - é disso um exemplo. Dois milhões e meio de habitantes, com metade da população activa no desemprego. Três quartos dos jovens (metade da população de Soweto tem menos de 18 anos) não trabalha. Há seiscentas mil pessoas sem uma habitação decente.

Problemas que exigem uma resposta urgente. E que não será fácil resolver com a urgência que se impõe.

Para Charles Nqakula, secretário-geral do Partido Comunista sul-africano, em recente entrevista a "Révolution", é necessário "um programa para definir as etapas da

reconstrução". Um programa que represente a renovação da Carta da Liberdade, elaborada em 1955. "É necessário encontrar as respostas novas adaptadas às condições actuais do nosso país mantendo ao mesmo tempo os grandes princípios da Carta".

Charles Nqakula sublinha as necessidades prementes do povo da África do Sul. "Antes do mais, uma necessidade urgente de empregos: metade da população activa está no desemprego. Se dermos trabalho às pessoas, elas poderão então garantir um mínimo de vida decente". A que há que acrescentar - também em termos de prioridade - a habitação e a educação.

Transformações que exigirão créditos, investimentos. E participação dos próprios trabalhadores.

"Os políticos têm sempre tendência a tentar impor o seu ponto de vista - diz o secretário-geral do Partido Comunista sul-africano - mas os trabalhadores sabem reflectir, e também eles compreendem as questões económicas. Se os trabalhadores dispõem de novos direitos e participam plenamente na elaboração da nova política económica, podemos, por exemplo, aumentar a produção, mas com a sua concordância". Base fundamental para qualquer verdadeira transformação da realidade nacional.



Militante do ANC assassinado por homens do Inkatha, perto de Durban

Amnistia Internacional denuncia forças policiais

A Amnistia Internacional (AI) denuncia - em relatório nestes dias publicado em Londres - a atitude das forças policiais sul-africanas no Bophuthatswana e no Kwazulu, responsabilizando-as por numerosas execuções sumárias e torturas em ambos os bantustões.

A organização internacional de defesa dos direitos do homem afirma que "cerca de uma centena de civis negros" foram mortos no início de Março no Bophuthatswana, na sua maioria vítimas de "grupos para-militares de extrema-direita, da polícia do Bophuthatswana e da Unidade para a Estabilidade Interna (ISU) da polícia sul-africana".

Segundo a Amnistia, a ISU "disparou a matar para repor a ordem em algumas regiões", e está implicada na morte de 14 pessoas em Mabopane e Temba.

Esta unidade da polícia sul-africana também agrediu e feriu um número significativo de pessoas no Bophuthatswana durante prisões realizadas nas residências de suspeitos, afirma a AI.

A organização adianta que 800 membros da ISU foram colocados no Kwazulu-Natal após 29 de Março e que se tornaram responsáveis por "torturas e execuções sumárias" de membros do Congresso Nacional Africano (ANC).

A Amnistia Internacional termina o seu relatório exigindo a abertura de uma "investigação independente" sobre a implicação das forças de segurança nos actos de violência.

Já em 18 de Março passado, a divulgação do Relatório Goldstone mostrava claramente a implicação das forças da polícia e do exército na violência que grassa na África do Sul.

O documento, realizado pela Comissão Goldstone e divulgado em conferência de imprensa pelo próprio juiz que dirigiu a comissão e pelo presidente De Klerk, confirma algumas das denúncias do ANC e de outras organizações. Nomeadamente a de que os esquadrões da morte continuaram a assassinar membros do ANC depois da sua legalização, com ajuda e fundos da polícia; os ciclos de violência, em que estão implicados ocupantes dos albergues para trabalhadores em alguns ghettos, foram fomentados por assassinos pagos e equipados pela polícia; grande quantidade de armas precedente de grupos que o governo sul-africano tinha armado na Namíbia e Moçambique, foram distribuídos por membros do Inkatha para os ataques ao ANC; as forças de segurança treinaram membros do Inkatha.

O relatório cita como responsáveis por esta situação altos comandos da polícia.

Organização dos Estados Americanos (OEA) menciona 38 casos de detenção de pessoas e a existência de cadeias clandestinas. O comunicado denuncia a participação de militares e polícias nos sequestros e no desaparecimento de 20 pessoas.

Auschwitz

Seis mil jovens judeus, provenientes de 36 países, atravessaram o famoso portão com a inscrição "Arbeit macht frei" (O trabalho liberta), à entrada do campo de concentração nazi de Auschwitz, numa manifestação em memória do povo judeu exterminado durante a segunda guerra mundial.

Provenientes dos Estados Unidos, América do Sul e Europa Ocidental, mas também da Índia, dos países bálticos e da Rússia, os manifestantes da "Marcha dos vivos" ostentavam placas de madeira com os nomes dos familiares mortos durante o holocausto. Organizada pela quarta vez desde 1988, esta "Marcha dos vivos" decorreu sob a palavra de ordem da luta contra a vaga neonazi, anti-semita e racista.

Moçambique

As primeiras eleições gerais e multipartidárias em Moçambique foram marcadas para os dias 27 e 28 de Outubro de 1994, anunciou a rádio estatal.

A Rádio Moçambique citou um decreto assinado pelo presidente da República, Joaquim Chissano, datado de 11 de Abril.

O decreto 1/94 refere que as eleições multipartidárias são um aspecto fundamental no processo de paz em que todos os moçambicanos estão envolvidos.

Afirma ainda que cada moçambicano deve participar livremente no maior acto democrático que o país vai viver nestes últimos anos.

Turquia

Cerca de 50 mil pessoas manifestaram-se em Zonguldak, norte da Turquia, contra as medidas de austeridade decretadas pelo governo.

A maioria dos manifestantes eram trabalhadores das minas de carvão da região, subsidiadas pelo governo de Ancara. Pelo menos duas delas, que empregam 5500 trabalhadores, vão encerrar até ao fim do ano.

As medidas anunciadas incluem aumentos de 100 por cento nos produtos e serviços das empresas públicas, despedimentos de 50 mil trabalhadores, novas taxas e privatizações.

Guerra civil no Ruanda

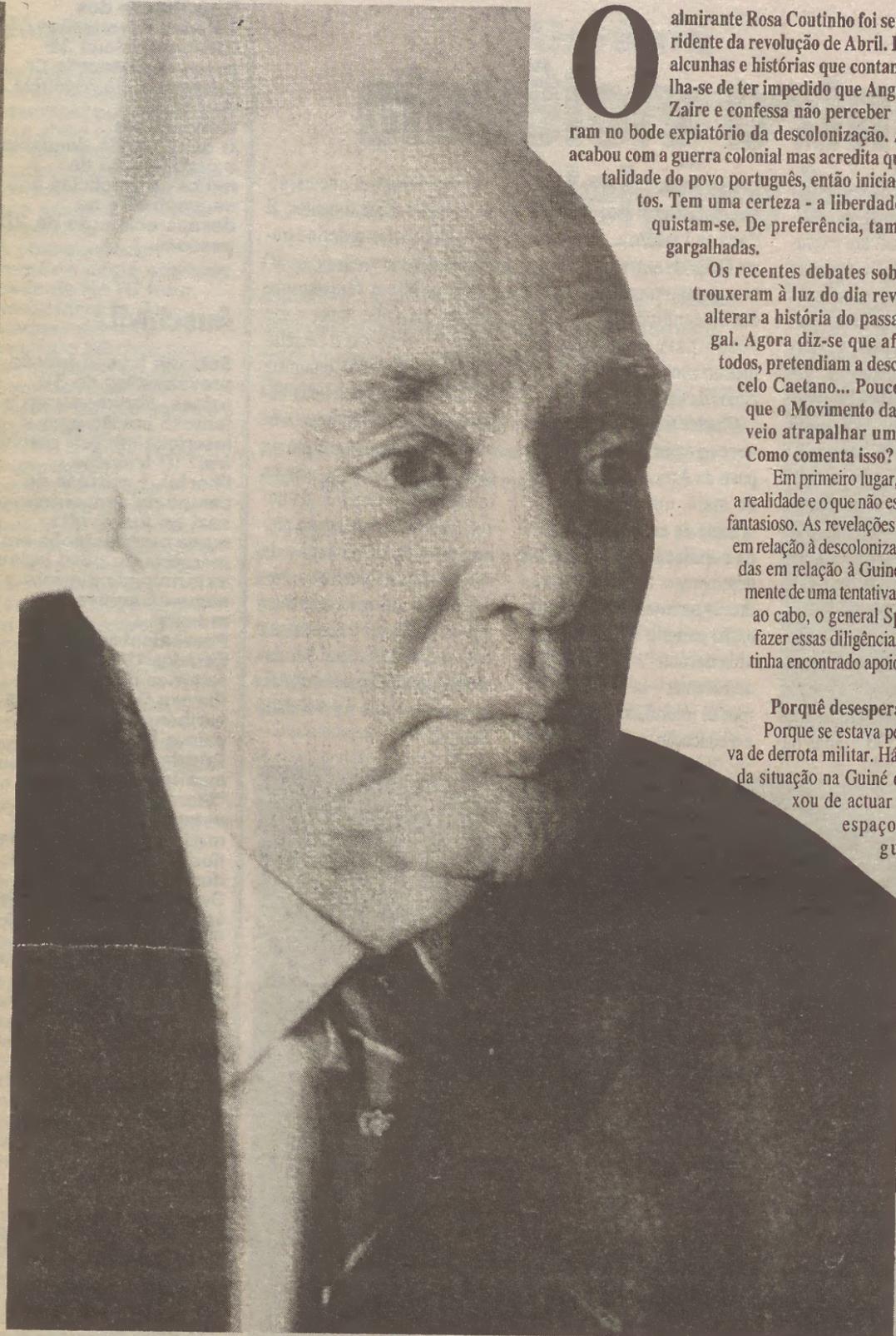
Assassinatos e pilhagens multiplicam-se nas ruas de Kigali, capital do Ruanda, neste momento devastada por uma violenta guerra civil.

Há oito dias, o avião que transportava o presidente do Ruanda, general Habyarimana, foi destruído por um "rocket" de origem desconhecida. Depois disso, a violência desencadeou-se, em grande medida promovida pela guarda presidencial. Vingança cega ou o prosseguimento de um golpe de Estado de que o assassinato do presidente teria sido uma primeira etapa?

Neste momento, Kigali está cercada por batalhões da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), oriundos da fronteira com o Uganda, e cujo objectivo expresso é neutralizar a guarda presidencial.

A guerrilha, que teve o seu início em Outubro de 1990, na fronteira do Uganda, de onde são provenientes muitos dos seus homens, que estavam no exílio, assinara o ano passado um acordo de paz, pelo qual iria dispor de representação ao nível parlamentar e do governo. Retomou o processo armado, após a morte do presidente, que desencadeou uma feroz perseguição a toda a oposição. Uma violência que atinge a população em geral, e cujas dimensões de momento se desconhece.

Num relatório divulgado em Genebra, o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Carlos Rodriguez, fala de "pogroms de purificação (étnica) na cidade". E afirma que o balanço dos confrontos é "particularmente elevado".



O almirante Rosa Coutinho foi sempre o rosto mais sorridente da revolução de Abril. Bem disposto, ri-se das alcunhas e histórias que contam a seu respeito, orgulha-se de ter impedido que Angola caísse nas mãos do Zaire e confessa não perceber porque o transformaram no bode expiatório da descolonização. Acha que a revolução acabou com a guerra colonial mas acredita que a mudança de mentalidade do povo português, então iniciada, ainda vai dar frutos. Tem uma certeza - a liberdade, as liberdades, conquistam-se. De preferência, também com umas boas gargalhadas.

Os recentes debates sobre a descolonização trouxeram à luz do dia revelações que parecem alterar a história do passado recente de Portugal. Agora diz-se que afinal todos, ou quase todos, pretendiam a descolonização. Até Marcelo Caetano... Pouco falta para concluir que o Movimento das Forças Armadas só veio atrapalhar um processo em curso. Como comenta isso?

Em primeiro lugar, há que distinguir entre a realidade e o que não está provado e parece até fantasioso. As revelações que têm vindo a lume, em relação à descolonização, só estão confirmadas em relação à Guiné. Tratou-se provavelmente de uma tentativa desesperada... ao fim e ao cabo, o general Spínola já tinha tentado fazer essas diligências dois anos antes e não tinha encontrado apoio do Governo.

Porquê desesperada?

Porque se estava perante uma perspectiva de derrota militar. Há uma evolução nítida da situação na Guiné quando Portugal deixou de actuar com impunidade no espaço aéreo. Quando os guerrilheiros do PAIGC começaram a ter alguma capacidade para dificultar a actuação aérea das forças portuguesas, regista-se uma viragem psicológica. Começa-se

O problema colonial foi um doente gangrenado que entrou de urgência no hospital; a equipa de serviço não teve outra alternativa, para o salvar, que fazer-lhe uma amputação

Mas desarmou alguns...

O que eu impedi foi a utilização, como armas de defesa, de pistolas-metralhadoras, que era justamente um dos meios utilizados nos ataques à população negra.

Esse foi o primeiro combate que eu tive de vencer.

Já lá vamos a Angola. Antes disso, gostaria que comentasse uma recente declaração de Almeida Santos, segundo o qual a primeira Lei sobre descolonização, de 1974, apareceu no Diário do Governo sem sequer estar assinada. Como é que é possível?

Custa-me a crer. A Lei que teve importância foi a de 7/74, promulgada em sequência do discurso de 27 de Julho do general Spínola. Essa legislação repõe o que constava do programa inicial do MFA e que tinha sido, de certo modo, apagado na própria noite do 25 de Abril por insistência de Spínola, apoiado por alguns outros oficiais.

Segundo Almeida Santos, a tal Lei atribuía ao Presidente da República poderes para negociar e assinar acordos para a descolonização...

Desconheço. Talvez houvesse essa intenção, resultante da chamada crise Palma Carlos. Sempre houve a intenção do próprio general Spínola de afastar o MFA do papel de fiscalizador do cumprimento do seu programa, designadamente de não dissolução da Comissão Coordenadora, que se manteve influente ao longo de todo o processo. O general procurou impedi-lo até ao 28 de Setembro, inclusive com o apoio de outros militares que faziam parte do MFA.

O que veio a ser conhecido como o documento *Engrácia Antunes* - um documento com o visto do general Costa Gomes que circulou nos quartéis - procurava consubstanciar essa ideia de que uma vez feito o levantamento militar, o papel dos militares estava terminado e deviam regressar aos quartéis. Muito logicamente, o MFA não aceitou isso.

É necessário ter presente que o MFA tinha assumido uma grande responsabilidade. Se, por absurdo, o 25 de Abril tivesse dado para o torto, e o Governo, num último assomo de coragem que até aí não tinha demonstrado, tivesse conseguido dominar o levantamento, quem seriam os sujeitos a inquirir e provavelmente a julgamento de alta traição contra a Pátria? Naturalmente, os jovens da Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães, não os homens da Junta. Estes conseguiriam safar-se às responsabilidades, porque alguns nem sequer se tinham comprometido. O general Diogo Neto, por exemplo, no dia 25 de Abril não sabia que ia para a Junta; o Jaime Silvério Marques foi preso no próprio dia pelos homens do MFA; o general Costa Gomes estava no hospital com a mulher; o general Spínola só participou quando foi tomar em mãos a rendição de Marcelo Caetano... O único homem da Junta que teve acções concretas no 25 de Abril e se comprometeu foi o almirante Pinheiro de Azevedo, que deu ordem aos fuzileiros para irem ocupar as instalações da PIDE/DGS na António Maria Cardoso.

Nesse hipotético processo, todos os outros provavelmente escapavam. Quem não escapava eram os homens da Comissão Coordenadora. Portanto, havia uma responsabilização de que não abdicavam.

Texto: Anabela Fino. Fotos: Sérgio Morais

As mentalidades

a perspectivizar e a temer um desastre militar, com todas as suas consequências.

Tem sido aceite que o sistema colonial era um todo, uma espécie de castelo de cartas. A retirada de uma carta faria ruir o castelo. A questão da Guiné é importante, nesta perspectiva, pois sabia-se que o que ali sucedesse teria consequências em regiões que nada tinham a ver com elas que faziam parte do mesmo sistema. Durante a própria descolonização feita a seguir ao 25 de Abril se veio a verificar isso com a questão de Timor. Na realidade, Timor nunca tinha preocupado os homens do MFA - não havia guerra em Timor. Os combates que havia em Timor eram das chamadas tropas de segunda linha, ou seja, de timorenses contra indonésios. Por isso, Timor nunca se perspectivou como uma necessidade de descolonização. Também não havia guerra em Cabo Verde e em S. Tomé.

O facto de Marcelo Caetano ter decidido, à última hora, iniciar negociações, mostra como ele estava apertado. Mas isso tem sido dito. Durante o ano de 1973, o regime começou finalmente a perceber que estava a perder apoios nos seus sectores fundamentais: entre os militares, de que são típicas as discussões com o general Spínola; na Igreja, em que os católicos progressistas se opunham à continuação da guerra colonial; e até entre os capitalistas portugueses, que o regime impedia de se desenvolverem.

Perante essa perspectiva, Marcelo Caetano - que era conservador mas não era parvo - deve ter pensado em algumas soluções. Só que já era tarde. Como costume dizer, o maior 'crime' da descolonização foi o de ter sido feita com dez anos de atraso. Desde os anos sessenta que se falava na necessidade de descolonização...

Mas essa descolonização de que então se falava não era propriamente o equivalente à autodeterminação e à independência...

É evidente que não. Nas referências que têm vindo a lume sobre essas iniciativas está claro que se pensava numa descolonização à rodésiana. Eu próprio me debati ainda com esse pensamento quando cheguei a Angola após o 25 de Abril e quando a descolonização já estava em marcha noutro sentido.

Debateu-se como?

Em Angola travei batalhas cujo alcance está ainda por reconhecer. A primeira situação com que me defrontei em Angola foi com a tentativa de confronto entre o sector de Luanda chamado "o asfalto" e o sector dos musseques, em que se pretendia reproduzir as acções dos colonos em 1961, ou seja, calar os pretos pelo terror.

Quando cheguei a Luanda, uma parte da cidade estava a arder em resultado desses confrontos, registados já durante o tempo do governador Silvírio Marques. A primeira decisão importante que tive de tomar em Angola foi a de criar uma barreira militar, na chamada linha L, impedindo que os brancos se deslocassem todas as tardes ou todas as noites aos musseques para matar indiscriminadamente a sua população.

Os brancos ou um sector determinado?

É muito difícil determinar quem eram. Claro que não eram todos os brancos, mas uma minoria. Mas existia. E o número de mortos da população negra nessa altura mostra como a situação se agravava. É dessa minha intervenção que resulta o boato de que eu mandei desarmar os brancos. O que é ridículo, até porque seria uma operação impossível.

Ainda segundo Almeida Santos, 70% da descolonização foi da responsabilidade da vertente militar da Comissão Nacional de Descolonização. Concorda?

Acabou por ser da responsabilidade dos militares, mas não unicamente da Comissão de Descolonização, da qual de resto eu nunca fiz parte...

Mas o senhor almirante é muito apontado como um dos grandes responsáveis pela descolonização...

Está bem, mas nunca fiz parte da Comissão. A descolonização é um ponto fulcral de todo o processo. Por isso, houve quem se tentasse salientar entrando na parte política da descolonização; por exemplo, o dr Mário Soares, que foi o primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros, participou nas primeiras reuniões internacionais para a descolonização, incluindo a de Moçambique. Mas rapidamente os políticos perceberam que a descolonização acabaria por ser um processo que lhes queimaria as mãos, e que só os militares estavam em condições para a fazer. Os próprios movimentos de libertação só queriam lidar com os militares com quem se tinham defrontado no terreno. Houve sempre a ideia, ao longo do processo, de que os militares é que tinham de tirar as castanhas do lume...

De todas as intervenções sobre esta matéria, fica sempre a sensação de que existe um sentimento de culpa e de que tudo poderia ter sido melhor se...

Ninguém diz o que teria feito, mas toda a gente critica o que se fez, sem atender sequer às condições em que a descolonização foi feita. Está



As conquistas da Revolução

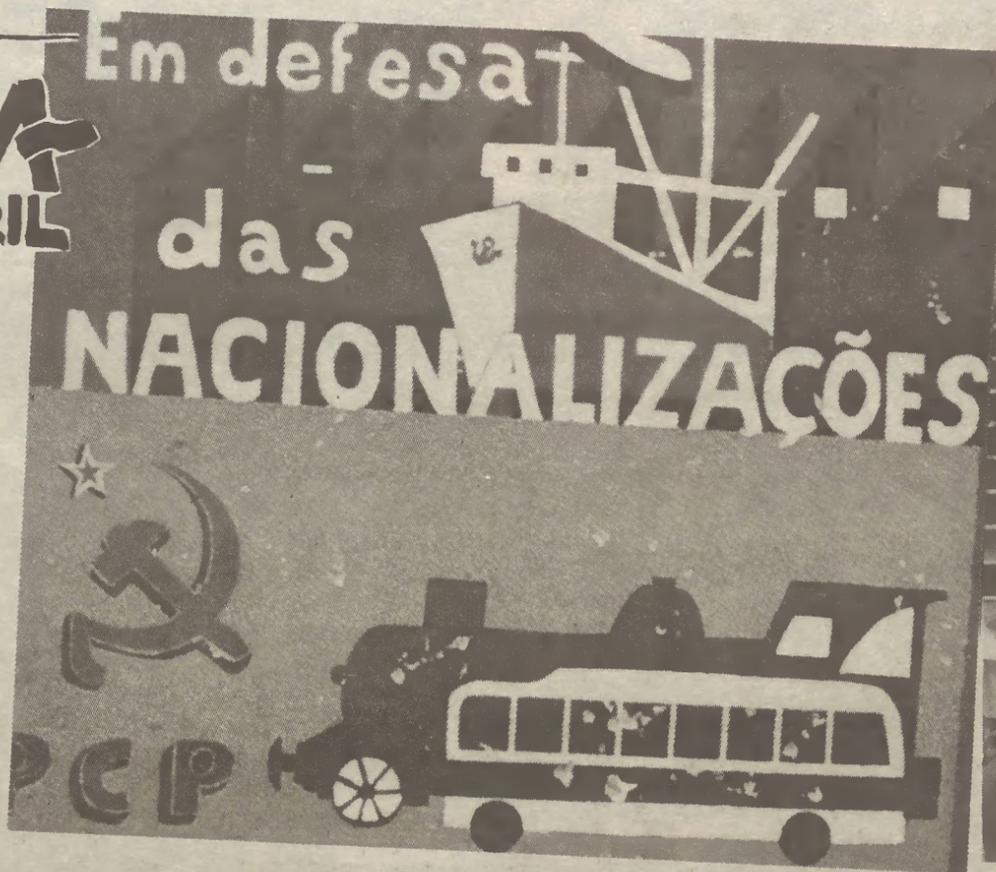
Se durante muito tempo se procurou reduzir o 25 de Abril à simples — embora extremamente importante — conquista da liberdade política (enquanto os governos de direita e os partidos que os apoiaram iam destruindo a Reforma Agrária, enfraquecendo as empresas nacionalizadas, acabando, finalmente por se lançarem na privatização desenfreada destas, vendendo-as ao desbarato, a interesses estrangeiros e capitalistas nacionais e procurando reconstituir velhos monopólios e construir novos), hoje, 20 anos depois, já nem se fala das conquistas da Revolução. Para ressuscitados fascistas, ajudados

por alguns arrependidos de Abril, o que se pretende é esquecer esse «pesadelo» que foram as grandes transformações revolucionárias que, obra do povo e do MFA em estreita e complexa aliança, lançaram as bases de uma vida nova e prometeram um país novo e mais justo. Julgar Abril, julgar o derrubamento do fascismo, julgar a descolonização, os seus obreiros portugueses e os esforçados combatentes pela liberdade africana — que alguns «democratas» de hoje já classificam de «terroristas», recuperando a velha linguagem do salazarismo —, é o objectivo abertamente posto em prática em várias televisões e outros órgãos de

comunicação de massas, numa operação de branqueamento do fascismo, numa deliberada lavagem ao cérebro do povo português, tentando apagar da memória colectiva o significado da Revolução, tentando que a consciência dos jovens não cresça com as veleidades de querer um país livre, independente, justo, onde seja possível acabar um dia com a exploração do homem pelo homem. A par da descolonização e da democratização do país, porém, o 25 de Abril — isto é dizer o povo e o MFA — realizou uma obra mais vasta de transformação revolucionária, desferindo profundos

golpes nos pilares em que assentava o fascismo — os monopólios e os latifúndios —, lançando as bases de um desenvolvimento económico e social de novo tipo em Portugal. Conquistas fundamentais, a Reforma Agrária e as Nacionalizações, acabaram consagradas na Constituição da República, lei fundamental do país, escrita em luta e reflectindo a luta que ia transformando a sociedade. As conquistas de Abril, destruídas em grande parte, numa Revolução inacabada, solicitam a nossa memória. O mesmo é dizer que solicitarão de novo o nosso empenhamento para reconquistá-las.

20
anos
VIVA
ABRIL



A passagem do 20º aniversário do "25 de Abril" e a campanha a que se tem assistido de mistificação, deturpação e falsificação do fascismo e da Revolução de Abril suscitam a necessidade de recuperar e recordar algumas notas sobre as nacionalizações.

1. As nacionalizações, e o Sector Empresarial do Estado que elas geraram, resultaram directamente do processo de transformações económicas e sociais operadas em Portugal na sequência da Revolução de Abril de 1974. As nacionalizações, conquista histórica do Povo Português e da Revolução de Abril, tiveram por origem a necessidade de defesa das próprias liberdades e de garantia de funcionamento do aparelho produtivo nacional.

De facto, depois do 25 de Abril de 1974 os grandes grupos económicos, que sustentaram o fascismo, manifestaram-se como uma força voltada frontalmente contra a Revolução.

Não acreditando (ou temendo-a) na viabilidade da democracia portuguesa, os grandes capitalistas procuraram liquidá-la o

que justificaram a forma e o tempo em que foram realizadas. Foram as exigências políticas objectivas de garantia de avanço do processo democrático que impuseram e permitiram dar início ao processo de nacionalizações e que veio a abranger os sectores básicos da economia portuguesa. Aliás, tendo em conta a estrutura dos grupos monopolistas, polarizada em torno dos respectivos bancos, a simples nacionalização da banca arrastaria irremediavelmente a nacionalização de vastos sectores da economia portuguesa e o desmantelamento da estrutura do capitalismo monopolista em Portugal. Se o derrubamento da ditadura fascista e a nova situação democrática haviam liquidado o poder político dos grupos monopolistas, as nacionalizações puseram fim ao seu poder económico e acabaram com os grupos económicos.

2. Simultaneamente com o profundo golpe que desferiram nas forças contra-revolucionárias e no capitalismo monopolista, as nacionalizações colocaram nas mãos do novo Estado democrático a propriedade e o controlo dos meios de

formações económicas. As nacionalizações, juntamente com o sector da propriedade social e cooperativa - designadamente na zona da Reforma Agrária - e com o controlo de gestão pelos trabalhadores, criaram condições para a democratização económica e social do País, para o desenvolvimento coerente e independente da economia nacional, para a satisfação dos mais profundos e justos anseios dos trabalhadores e da generalidade dos portugueses.

3. Para que isso se concretizasse, impunha-se uma vontade política inequívoca para a reestruturação e dinamização do SEE (tal como foi proposto pelo PCP e exigida pelos trabalhadores) com vista à correcção das deficientes estruturas financeiras herdadas pela generalidade das empresas nacionalizadas, ao cabal aproveitamento das suas capacidades económicas e tecnológicas, à maximização das suas potencialidades e à sua modernização. E exigia-se uma política económica que promovesse as dinâmicas próprias das diversas formações económicas e o racional e equilibrado aproveitamento das suas complementaridades.

global contra a viabilidade das empresas do SEE, contra o desenvolvimento económico e social, contra os interesses objectivos do País, dos trabalhadores, dos portugueses. O SEE foi objecto de intervenções pontuais dos diversos governos visando utilizá-lo para alcançar objectivos que nada tinham a ver com as suas actividades produtivas, sem que, entretanto, as empresas fossem devidamente compensadas pelos sobrecustos decorrentes dessa actuação. As empresas públicas foram transformadas em autênticas "vacas leiteiras" ao serviço da recuperação capitalista para: minorar a crise em sectores de actividade em que predominavam as empresas privadas; conter artificialmente a inflação; financiar os défices externos do País e os défices orçamentais do Estado e dos Fundos Autónomos; criar e desenvolver empresas e novos grupos económicos privados; servir os interesses pessoais e partidários de muitos membros de Governo e gestores. O que, juntamente com orientações quase sempre desencontradas e frequentemente contraditórias dos sucessivos governos e a inexistência de mecanismos de enquadramento institucional que

AS NACIONALIZ

mais rapidamente possível, sabotando a economia, cometendo fraudes e irregularidades de toda a espécie e financiando as forças contra-revolucionárias. Foram estes factores essenciais que pesaram na precipitação do processo e na decisão do Conselho da Revolução, em 14 e 15 de Março, de nacionalizar os bancos e as companhias de seguros, centros fulcrais do poder económico dos grupos monopolistas. Foram a derrota da conspiração contra-revolucionária do 11 de Março, o comprometimento do capital monopolista nessa conspiração, o conseqüente avanço das forças revolucionárias, a luta dos trabalhadores e a acção dos militares do MFA, que historicamente determinaram a necessidade objectiva das nacionalizações e

produção dos sectores básicos e estratégicos da economia portuguesa, abrindo uma perspectiva completamente nova à evolução da nossa economia e da nossa sociedade.

As nacionalizações transformaram o Sector Empresarial do Estado no sector determinante e potencial motor da recuperação e do desenvolvimento económicos. Sem que isso significasse a eliminação da iniciativa privada, antes dando a esta novas oportunidades e possibilidades de se alargar em múltiplos outros sectores de actividade libertando-a do jugo do capital financeiro monopolista. Estava assim aberto o caminho a uma dinâmica de desenvolvimento económico progressista, assente na simultaneidade e complementaridade de diferentes

Mas não foi isso que se verificou. Desde 1976, os diversos Governos que se foram sucedendo mostraram uma vontade política de criação de condições para a incubação e (re)constituição de novos (e velhos) grupos capitalistas, desenvolvendo uma política predominantemente caracterizada por uma ofensiva global contra as nacionalizações (e a Reforma Agrária e os direitos dos trabalhadores), com profundas e graves conseqüências na situação económica e financeira das empresas do SEE e que constituiu uma das principais causas da crise económica e financeira que então se abateu sobre o País. A ofensiva governamental que desde então foi dirigida contra as nacionalizações, de natureza político-ideológica e económica-financeira, constituiu ao longo dos anos uma ofensiva

preservassem adequadamente a autonomia de gestão empresarial e o controlo de gestão e limitassem as intervenções casuísticas do Governo, conduziram a elevados prejuízos para as empresas e a uma profunda degradação das condições da sua gestão. E, nalguns casos, a situação criada por estas políticas e por esta instrumentalização só não foi mais grave pela capacidade e espírito de sacrifício de alguns dos gestores e da generalidade dos trabalhadores do SEE.

A grave situação económica e financeira assim criada às empresas públicas serviu, ao longo dos anos, de pano de fundo para sucessivas campanhas de propaganda junto da opinião pública, de modo a criar um estado de espírito favorável ao desmantelamento do SEE, à eliminação do



“Cinco minutos para dispersar” já depois de Abril!



preceito constitucional da irreversibilidade das nacionalizações e ao desencadear do processo de privatizações em curso.

4. Os governos de Cavaco Silva, tirando proveito dos instrumentos essenciais que o PS colocou nas suas mãos com a eliminação do princípio da irreversibilidade das nacionalizações na revisão constitucional de 1989 e com a a lei-quadro das privatizações, têm-se orientado pela privatização acelerada da prática totalidade do SEE. No meio de escândalos políticos e financeiros.

Promovendo efectivas desnacionalizações com a transferência de empresas nacionais para o domínio de grupos estrangeiros, que pública e demonstradamente ultrapassam os limites de subscrição legalmente fixados, e em alguns casos com a participação de capitalistas nacionais como intermediários nessa estratégia de desnacionalização. Conduzindo ao desemprego muitas dezenas de milhar de trabalhadores das empresas privatizadas e pondo em causa direitos individuais e colectivos dos trabalhadores que permanecem.

Criando um factor de peso na obstrução a uma estratégia global de modernização da economia portuguesa e da sua inserção activa na divisão internacional do trabalho de acordo com o interesse nacional. Submetendo, de novo, a generalidade das pequenas e médias empresas nacionais, dos agricultores e dos próprios depositantes (veja-se o caso do cartão Multibanco) aos ditames dos bancos privados e à sua inesgotável gula por lucros crescentes. Possibilitando que sejam os próprios bancos agora privatizados alguns dos maiores especuladores contra o escudo...

Com as nacionalizações operadas com a Revolução de Abril, abriam-se as portas para um desenvolvimento económico e social beneficiando a generalidade dos portugueses e garante a independência nacional.

Com o processo de privatizações de Cavaco Silva escancaram-se as portas à dependência do País e ao agravamento das desigualdades e injustiças sociais. Até que o processo iniciado com o “25 de Abril” seja retomado.

■ Octávio Teixeira

AÇÕES



A anterior direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, eleita pela classe, tinha sido destituída, e os seus dirigentes presos ou privados dos direitos cívicos e políticos, com a imposição, por parte do Ministério das Corporações, de uma Comissão Administrativa. Era necessário reconquistar o Sindicato. Alguns camaradas mais experimentados iniciaram o trabalho de contactar jovens que se destacavam nas empresas e não tivessem ainda sido alvo das atenções e da repressão policial. Formada a lista unitária e após um penoso e apertado processo legalista e burocrático, o Sindicato é reconquistado em Fevereiro de 1973, através de eleições que contaram com elevada participação dos trabalhadores. Pulsava por toda a Cintura Industrial um forte movimento reivindicativo, sucedendo-se durante o ano as acções de greve, plenários espontâneos e concentrações à porta das empresas. As negociações do contrato colectivo (que tinham como árbitro representando os trabalhadores o camarada Carlos Carvalhas), a reivindicação de um salário mínimo justo e digno que tinha partido do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, e o forte movimento de solidariedade para com os grevistas da «Tomé Feteira», na Marinha Grande, polarizavam a luta crescente. Chegamos ao mês de Abril de 1974, começamos a fazer convergir os esforços e as acções para realizar um grande 1º de Maio, obviamente proibido pelo fascismo.

Acentuou-se a vigilância da Pide nas empresas e à porta do Sindicato, na

Calçada de Santos. Ainda assim eram elaborados panfletos e comunicados que audaciosamente passavam nas barbas da polícia e eram distribuídos na viagem de regresso, desde Moscavide a Vila Franca de Xira, em todas as fábricas.

«Por salários dignos. Pelo direito à greve. Liberdade. Por um grande 1º de Maio», constituíam as palavras de ordem centrais.

Era previsível que, no final do mês, iria haver prisões para impedir o êxito do 1º de Maio.

Só que veio o 25 de Abril. Por mérito e iniciativa dos jovens capitães. Mas arquitectado por muitas lutas.

Na fábrica, após a surpresa e identificadas as características do movimento libertador, recusámos o apelo do patrão para nos fecharmos em casa.

Correu que o Partido ia falar em Alhandra no dia seguinte. Lá fomos. Numa varanda do largo, o camarada Severiano Falcão divulgava a posição do Partido.

Um pelotão da Guarda Nacional Republicana cercou o largo, cheio de operários. O comandante da força gritou o aviso clássico pelo megafone:

«Têm cinco minutos para dispersar!»

Estávamos em 26 de Abril de 1974. E de certeza que só muito mais tarde aquele oficial percebeu a ordem serena do jovem tenente da Marinha, Ramiro Correia, que, à frente de um grupo de jovens marinheiros, vindos do quartel da Quinta das Torres, mandou dispersar... a GNR.

■ Jerónimo de Sousa

Canções de Abril

O TRABALHO

Das prensas dos martelos das bigomas das foices dos arados das charruas das alfaias dos cascos e das dornas é que nasce a canção que está nas ruas

Um Povo não é livre em águas mornas não se abre a liberdade com gazuas à força do teu braço é que transformas as fábricas e as terras que são tuas

Abre os olhos e vê sê vigilante a reacção não passará diante do teu punho fechado contra o medo

Levanta-te meu povo não é tarde agora é que o mar canta é que o sol arde pois quando o povo acorda é sempre cedo

Texto: Ary dos Santos
Música: Fernando Tordo



CHÃO NOSSO

Chão Nosso labutado pão-a-pão no teu ventre semeado dia em dia te daremos a vontade do nosso corpo inda acorrentado Contigo nos libertaremos das ofensas que não perdoamos

Chão Nosso desvendado sol-a-sol pelo fogo do arado pela mão oprimida da razão - luta de morte e de vida Chão Nosso da nossa batalha - Glória, glória a quem o trabalha

Chão Nosso fecundado de amor e suor amanhece em trigo o clamor dos servos escravos camponeses sem terra e de ti Chão Nosso se levantará liberto nas mãos obreiras nosso pão de cada dia

Texto: Francisco Viana
Música: Travante

VAI-TE EMBORA, Ó PAPÃO

Vai-te embora ó papão (bis)
De cima desse telhado;
Deixa dormir o menino (bis)
Um soninho descansado.

Ó meu filho dorme, dorme (bis)
Olha o papão que além está...
Ó papão vai-te embora (bis)
Que o menino dorme já.

Canção de Reço (Beira Baixa). Recolha: R. Gallop.
Por: Brigada Victor Jara



LIBERDADE

Viemos com o peso do passado e da semente Esperar tantos anos torna tudo mais urgente e a sede de uma espera só se estanca na torrente e a sede de uma espera só se estanca na torrente Vivemos tantos anos a falar pela calada Só se pode querer tudo quando não se teve nada Só quer a vida cheia quem teve a vida parada Só quer a vida cheia quem teve a vida parada

Só há liberdade a sério quando houver

A paz, o pão, habitação, saúde, educação Só há liberdade a sério quando houver Liberdade de mudar e decidir quando pertencer ao povo o que o povo produzir quando pertencer ao povo o que o povo produzir

Texto e Música: Sérgio Godinho

UM AMOR COMO O NOSSO

É na distância que se canta e decanta um amor como o nosso

Talhado no trono da certeza mas nunca atirado para a mesa como trunfo garantido que um passado atestaria

É na distância

Traço e sinal de uma união que cresce de um mesmo chão nesta partilha diária do rescrever da nossa terra

É na distância

Feito de um encontro adiado perdido e reinventado no intervalo fugaz que suspende a correria

Texto e Música: José Barata-Moura

A LUTA VAI SER DURA COMPANHEIRO

A luta vai ser dura companheiro mas nada mudará o rumo à História lutando pela paz no mundo inteiro nós temos a certeza da vitória.

A luta vai ser dura camarada mas nada se conquista sem canseira com o sangue vertido na jornada faremos palmo a palmo a sementeira.

Por cada voz calada mil vozes vão nascer gritando a força deste Povo que não se vai render.

A luta vai ser longa companheiro mas quem sabe esperar não desespera teremos de lutar de corpo inteiro pois temos o futuro à nossa espera.

A luta vai ser longa camarada mas cada passo em frente é mais um passo havemos de vencer a caminhada que um Povo não se vence pelo cansaço.

Texto: Alfredo Vieira de Sousa
Música: Pedro Osório
Por: Grupo Outubro

A Constituição de Abril

A Constituição da República, aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976, tornou-se um esteio fundamental do regime democrático nascido da revolução de Abril.

Não trazendo propriamente consigo novos avanços, transformações ou conquistas democráticas, a Constituição teve o grande mérito de acolher e consagrar, no essencial, os que tinham sido alcançados no processo revolucionário.

Assim, a Constituição consagrou, sem qualquer equívoco, não só as liberdades democráticas, mas também as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo de gestão, amplos direitos sociais e laborais e o processo de descolonização. Assumiu a condenação do fascismo em geral e expressamente em várias disposições. Apontou o caminho do socialismo como inerente à democracia portuguesa em sentido geral e em pontos precisos do seu articulado.

Outro grande mérito da Constituição foi a institucionalização de um edifício de poder político de carácter parlamentar-presidencial, baseado no princípio da separação, da independência e da complementaridade dos órgãos de soberania. Transitoriamente, este edifício compreendeu, além de órgãos representativos emanados do sufrágio popular, o Conselho da Revolução, como emanação da componente militar da revolução.

Democrática e progressista

A Constituição foi, no entanto, elaborada num dos períodos mais agitados e de mais intensa e perigosa conflitualidade de todo o processo revolucionário.

Um período ainda marcado por uma espantosa participação popular e grandiosas demonstrações de massas, que apesar da crescente resistência da direita, ainda conseguiram concretizar, em aliança com a parte mais progressista do MFA, importantes avanços do processo nos domínios da reforma agrária, das nacionalizações e outros.

Mas é um período já acentuadamente marcado pelo recrudescimento da acção contra-revolucionária que, em aliança com o PS e a parte moderada do MFA, multiplica as operações para travar o processo e assumir o seu controlo. Foram os acontecimentos do chamado "Verão quente de 1975" e depois o 25 de Novembro. Foi a revogação do pacto MFA-partidos e a substituição por um segundo pacto também de clara incidência na Constituição, designadamente no que toca ao papel dos militares e da permanência temporária do Conselho da Revolução como órgão de soberania.

Todos estes acontecimentos repercutiram fortemente numa Assembleia Constituinte onde o PS, que detinha a maioria relativa, condicionava o sentido das decisões, votando em aliança com a esquerda (PCP e MDP) ou com a direita (PPD e CDS). Neste quadro, foi a influência muito forte do próprio processo revolucionário e da componente militar que subsistia e sobretudo a permanente pressão das massas populares, a que os 30 deputados do PCP incansavelmente deram voz e expressão institucional, que permitiram que se chegasse a resultados geralmente positivos. Assinala-se, no entanto, que muitas soluções boas, propostas e defendidas pelo PCP, não vingaram e que várias matérias embora consagradas ficaram dependentes de legislação posterior, o que facilitou a contra-revolução legislativa.

Apesar disso, Álvaro Cunhal, em "A revolução portuguesa: passado e futuro", podia salientar:

"A Constituição, essencial, é democrática, é progressista e constitui um regime ao qual são inerentes, nos termos da própria Constituição, as grandes transformações e realizações revolucionárias do povo português depois do 25 de Abril".

A força do direito

Por isso mesmo, as forças da direita, que contavam colocar a Assembleia Constituinte puramente ao serviço do processo contra-revolucionário e obter um texto constitucional que esvaziasse de conteúdo as leis, ao verificarem que os trabalhos constituintes estavam a conduzir a um resultado completamente diferente, iniciaram uma intensa campanha para impedir a aprovação final da Constituição e a sua promulgação.

Começaram aqui as acusações à natureza "marxista" do texto constitucional e a exigência de que fosse submetida a referendo antes de ser promulgada. No entanto, tal e qual a batalha da elaboração da Constituição, a direita voltou a perder a batalha da promulgação. A Constituição foi promulgada pelo Presidente Costa Gomes no próprio dia da sua aprovação.

Com a entrada em vigor da Constituição em 25 de Abril de 1976 os trabalhadores e todos os verdadeiros defensores da revolução e das suas conquistas passaram a ter ao lado

Durante vários anos, assistiu-se a uma situação pouco comum em que eram os trabalhadores e as forças de esquerda e revolucionárias que defendiam a legitimidade constitucional e eram as forças da direita e conservadoras que a violavam e procuravam subverter. Foi assim nas batalhas em defesa da reforma agrária, das nacionalizações, das experiências das intervenções e das empresas em autogestão.

As mutilações e a importância

O ataque à Constituição tornou-se a obsessão das forças da direita que estabeleceram planos para a substituir ou alterar profundamente, incluindo por via plebiscitária, e que passaram a sustentar a necessidade de corrigi-la por via da lei ordinária.

É o próprio PS que desencadeia, calorosamente aplaudido pela direita, a primeira grande operação visando a aprovação de legislação ordinária abertamente contrária às soluções constitucionais. Foi aquilo a que os deputados comunistas designaram de contra-revolução legislativa e que envolvia a aprovação de um pacote de leis sobre comissões de trabalhadores, a delimitação de sectores e a reforma agrária, que franqueava estas conquistas da revolução à ofensiva da reacção.

A reacção agradeceu, mas não se deu por satisfeita, antes aproveitou para intensificar as suas campanhas para alterar a seu gosto a texto constitucional.

Dezoito anos passados sobre o 2 de Abril já foram feitas três revisões da Constituição: todas sob a liderança da direita, todas com a activa complicitade do PS, todas para piorar a Lei Fundamental.

Na primeira, foi sobretudo o sistema político a ser mutilado e adulterado. O desaparecimento do Conselho da Revolução foi aproveitado para fortalecer as competências do Governo, enfraquecer as competências do Presidente da República e facilitar a governamentalização do poder.

Na segunda, aprofundou-se a degradação do regime, desta vez tanto através de profundos golpes no estatuto de organização económica, com a abertura do caminho às privatizações e à reconstituição do capitalismo monopolista e a eliminação das garantias constitucionais da reforma agrária, como de alterações negativas no estatuto de organização política, especialmente com a redução da proporcionalidade na eleição da Assembleia da República.

Na terceira, feita para permitir a ratificação do Tratado de Maastricht, tratou-se de deixar as portas abertas a outras transferências de soberania.

Falando no XIII Congresso (extraordinário) do PCP, após a 2ª revisão, Luis Sá assinalou:

"Esta Constituição, apesar de gravemente amputada, continua a ser filha da luta popular e de gerações de democratas, tantas vezes com o



20 anos
**VIVA
ABRIL**



A experiência colhida nestes anos de Revolução confirma que a Reforma Agrária (RA) continua a ser um imperativo para o desenvolvimento e modernização de Portugal. Num curto depoimento não se pode desenvolver o que foi essa rica experiência dos primeiros passos da RA em Portugal, como ela avançou para os latifúndios, como nasceram as UCPs, os resultados no campo da produção, organização e gestão democrática, as Conferências da RA, a ofensiva destruidora e a luta corajosa e heróica dos obreiros da RA, etc., etc. *A história da Reforma Agrária portuguesa aguarda que seja escrita.*

Os primeiros passos do processo da RA nos campos do Alentejo e Ribatejo não começaram pelas ocupações. Os primeiros passos começaram na luta contra a

fazer? Muitos trabalhadores colocavam ao Partido: Como responder aos agrários? A ideia de avançar para as terras dos latifúndios ganha força, as condições estavam criadas.

No entanto, há um aspecto que importa pensar: se porventura os agrários não respondem com a sabotagem e respondem antes com o cultivo das terras, dar emprego e condições de vida, provavelmente a RA poderia não ter tomado exactamente a forma e o rumo que tomou. A acção agressiva dos grandes senhores da terra acelerou de certo modo o processo das ocupações, sem a lei da RA estar publicada (a lei 406A e lei 407A/75). Nos fins de 1975, dão-se as primeiras ocupações de herdades incultas do Distrito de Beja e no Distrito de Évora. O caminho estava aberto para o arranque mais profundo da RA.

A 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul

Em 9 de Fevereiro de 1975, realiza-se a 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do

forma democrática e muito avançada de trabalhar a terra. Elas nasceram de forma natural. Não foi nenhuma criação de gabinetes. As primeiras ocupações tomaram outros nomes, como «Comissões de Herdades» ou «Herdades Colectivas». Importa dizer que muitas herdades não tinham nada, só tinham mato e terra inculta. Enquanto que outras eram mais ricas, tinham gado, máquinas, água, sementes, instalações. Num processo de solariedade e de sobrevivência, muitas herdades pobres juntaram-se às mais ricas. As áreas aumentaram. Da evolução de todo este processo apareceu naturalmente o nome de UCPs, que mais tarde, por exigências da Lei, se passou a chamar UCPs/Cooperativas agrícolas. Têm profundo significado os nomes com que a maioria das UCPs se baptizaram: «Esquerda Vencerá», «Terra de Pão», «A Luta é de Todos», «Cravo Vermelho», «25 de Abril», «1.º de Maio», «Catarina Eufémia», «Vasco Gonçalves», «Boa Esperança» e assim por diante. As UCPs atraíram o entusiasmo dos

As Conferências da Reforma Agrária são outra criação avançada das UCPs. Elas foram verdadeiros balanços anuais da produção agrícola. Desempenharam um papel importante no terreno da **planificação, organização e gestão**. Realizaram-se 12 Conferências da RA, a 1.ª em 1976 e a 12.ª (última) em Outubro/89. Participavam milhares de delegados e convidados, trabalhadores, técnicos e agricultores, com a presença de numerosas delegações de países estrangeiros. As Conferências da RA terminavam com um grande comício de 20 (e mais) milhares de pessoas, muitas vindas dos vários cantos do País, onde eram apresentadas as principais conclusões da Conferência.

A ofensiva destruidora

A Reforma Agrária não foi um «fracasso», como os seus inimigos gritam. A RA foi

A Reforma Agrária



Este foi o cartaz da 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, com a presença de 30 000 trabalhadores. A conferência que marcou o arranque para a Reforma Agrária

sabotagem económica e social dos grandes proprietários, os quais agiram de imediato com grande agressividade contra a Revolução de Abril. Eles responderam com despedimentos, não dar emprego, não semear, não colher as searas nem a cortiça e a azeitona, deixar as terras incultas, deixar morrer o gado à fome, retirar máquinas e gado para outras regiões do País e outras formas de sabotagem.

Os trabalhadores agrícolas, ao mesmo tempo que criavam os seus

sindicatos, davam luta contra a sabotagem, exigiam trabalho, o cultivo das terras, acudiam ao gado a morrer de fome e às searas a estragarem-se, impediam a saída do gado e máquinas para fora da região. Nos primeiros meses da Revolução crescia nos campos do Sul o movimento de comícios, sessões, reuniões e manifestações, onde se discutiam, entre outros, os problemas agrícolas. A bandeira mais levantada era «Avante com a Reforma Agrária, a Terra a quem a Trabalha!» Perante a acção sabotadora dos agrários, começa a colocar-se esta questão vital: Que

Sul, em Évora, nos Pavilhões da J.N.P.P., com a participação de 30 000 trabalhadores. A Conferência, convocada pelo Partido, compreedia 4 secções. Participou na Conferência, como convidado, o camarada Álvaro Cunhal, então Secretário-Geral do PCP. Esta Conferência é uma Conferência histórica. Decorreu com grande combatitividade. Ela marcou o avanço da Reforma Agrária em Portugal. O grito unânime nesta conferência foi a «A Terra a quem a Trabalha!»

Em meados de 1975, estavam ocupados cerca de 500 mil hectares de terra (altura em que saiu a lei da RA), e nos fins de 1975 os trabalhadores tinham ocupado, sob o seu controlo, à volta de 1 milhão de hectares dos latifúndios. Foi um avanço de grande rapidez e determinação. Os trabalhadores agrícolas acuparam as terras não para se tornarem proprietários delas, mas para as pôr a produzir e acabar com o desemprego, defender a Revolução de Abril.

Nasceram as UCPs

As UCPs (Unidades Colectivas de Produção) são uma criação da RA, uma

trabalhadores e da juventude. Dezenas de milhares de trabalhadores, que tinham abandonado os campos à procura do pão noutros lugares, regressaram atraídos pela RA. Em fins de 1976 existiam 550 UCPs com 1 075 000 hectares e 71 900 trabalhadores, mais cerca de 50 000 postos de trabalho do que nos tempos dos agrários. Na RA foi abolida a exploração do homem pelo homem e posto fim ao desemprego. As UCPs constituem uma forma muito avançada de trabalhar a terra. Os seus órgãos dirigentes são escolhidos e eleitos democraticamente pelos cooperantes, aos quais prestam contas. Na vida das UCPs há um aspecto que escapa a muitos observadores: os trabalhadores não estão à espera do fim do mês para receber o seu salário das mãos do Estado ou de outra identidade. Eles sabem que o dinheiro para os salários e para os investimentos é produzido nas suas UCPs, não vem de outro lado. Isso eleva o sentido de responsabilidade dos trabalhadores, cria interesse, dinâmica e criatividade. Eles sabem que quanto melhor trabalharem e gerirem a produção mais riqueza há para salários e regalias, e para investir.

destruída pelos governos de direita, utilizando o aparelho de Estado e meios militarizados violentos. A RA tem um carrasco que se chama governo da direita ou com política de direita. A RA apavorou os inimigos da Revolução. Eles não pouparam meios para a destruírem quanto antes, começaram a atacá-la logo de «bebé», utilizando todos os meios violentos e inconstitucionais - centenas de GNRs, aviação, armas pesadas, cães, roubos, destruições, espancamentos, algumas mortes.

Todos os governos desde 1976 até hoje foram hostis à RA, participaram na sua destruição. Recordamos os responsáveis do MAP com as mãos sujas de crimes contra a RA, como António Barreto (que abriu caminho à ofensiva com a famigerada «Lei Barreto» 77/77), Vaz Portugal, Goulão, Cardoso e Cunha, Ferreira do Amaral, Basílio Horta, Álvaro Barreto, entre outros. Esta ofensiva destruidora causou milhões de prejuízos às UCPs e à agricultura portuguesa. Causou muitos sacrifícios, muitos sofrimentos aos trabalhadores de RA, alguns assassinados, como António

Falemos do Trabalho

dessa
questão
democrática



Casquinho e José Geral, em 27/9/79, em Montemor-o-Novo.

A RA foi resistindo e deu luta sem tréguas ao longo de todos estes anos. Foi uma luta corajosa, heróica e nobre dos obreiros da RA. É justo prestarmos-lhes a nossa homenagem.

O arranque para a RA continha um processo contraditório: os trabalhadores tinham ocupado a terra, formando unidades colectivas de produção, queriam produzir, mas não tinham o poder político. O poder político, militar e jurídico estava nas mãos de outras forças que se opunham ao avanço da Revolução de Abril. Essa é outra questão para aprofundar...

Passaram duas dezenas de anos e colocamos: venham ver como estão hoje de novo os campos do Sul! Os latifúndios foram reconstituídos. As coutadas e aramedos invadiram as terras que eram da Reforma Agrária, coutadas que são campos de recreio para grupos privilegiados. As herdades estão incultas, cheias de mato, o arvoredo com doenças.

Os latifúndios voltaram outra vez e com eles o desemprego, a desertificação intensa dos campos, o envelhecimento das populações rurais, a destruição da agricultura! É esta a «mudança da agricultura» que as forças anti-Reforma Agrária desejam!

A Terra a quem a Trabalha!

A Reforma Agrária trouxe uma profunda melhoria nas condições de vida e de trabalho para as populações agrícolas jamais vista no nosso país, como trabalho assegurado, melhores salários, férias, transportes e outras regalias, como Cantinas, Cooperativas de Consumo, apoio à 3.ª idade, creches, talhos, melhoria do comércio local e outras melhorias substanciais. Toda a linha das UCPs se orientava no aumento de produção, em assegurar trabalho e melhorar as condições de vida.

A Reforma Agrária, com este ou outro nome, continua ser necessária para o desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país. Não se pode querer desenvolvimento económico e social do Alentejo e Ribatejo tendo à nossa frente os latifúndios. É necessário continuar a luta para pôr fim aos latifúndios em Portugal. É necessária a formação de um governo democrático que acabe com os latifúndios e apoie a Reforma Agrária. Continua válida e actual a bandeira «Avante com a Reforma Agrária, a Terra a quem a Trabalha!».

■ António Gervásio

Naquela Avenida 25 de Abril surgiu agora um pano que diz: **Trabalhadores da A. G. Fernandes - Defesa do Emprego - salários em atraso.**

É em frente ao n.º 24. Trata-se de uma empresa têxtil, com algumas dezenas de trabalhadoras que chegavam de manhã cedo, tomavam café na pastelaria próxima e conversavam, antes de se sentarem perante as máquinas. Ciclicamente, camiões enormes, de transportadoras estrangeiras, vinham e carregavam aqueles vestidos, aqueles fatos e tantas peças de roupa que elas fabricavam.

Foi assim durante muitos anos.

Agora, em frente ao n.º 24 da Avenida 25 de Abril de uma cidade da região de Lisboa, as mulheres chegam à porta da empresa e já não sobem com aquela alegria de quem vai ocupar o posto de trabalho.

Têxteis, meu caro amigo. Uma área de produção em que dávamos cartas. Hoje, com esta coisa da adesão e de funcionarmos presos em cadeia, os interesses de outros capitais e países ditam leis. Aí estão as mulheres operárias, tão simples e tão complexas como outras mulheres, a ficarem à porta, a olharem para quem passa com aquele ar de luta e de resistência.

Democracia, meu caro, é para a maio-

ria ter **trabalho, ter salário, ter direito a uma casa, à saúde, à família.** Sim, à família. Os filhos, os pais, a casa, o ensino, a alegria de viver. Eles falam de família, os que a destroem paulatinamente e falam de pátria e destroem-na também paulatinamente. Destroem a nossa alegria, que passa pela alegria daquelas mulheres que chegavam à Avenida 25 de Abril, tomavam café, fumavam cigarros e lá iam, para o 1.º andar daquele grande prédio, ocupar as máquinas e fazer roupas que seguiam regularmente para o estrangeiro.

Ao fundo dessa avenida que em tempos teve o nome de uma figureta qualquer e que agora se chama 25 de Abril, existe ainda uma grande empresa que empregou 10 000 trabalhadores e hoje tem 4000. Dentro em breve poderá até desaparecer daquele mapa do rio e do quotidiano de tantas famílias da região.

Não há lágrimas nem tristeza que cheguem para contar tudo isto. Ver as grandes bases da nossa vida desaparecerem, ver outros que saem do anonimato e que progredem na vida, arranjam empregos de secretários de Estado, de ministros, de 1.º ministros, de presidentes de tudo e mais alguma coisa, e vê-los enriquecerem, falarem na televisão, darem

cobertura à corrupção, às negociatas, a assinaturas de contratos, programas; acordos e tantas coisas que nos retiram o emprego, a família, o direito à alegria e à esperança.

Está certo isto? Foi para isto que fizemos o 25 de Abril? Há ainda capacidade para nos indignarmos? Ainda e sempre haverá vontade de estarmos vivos, de lutarmos na empresa, no trabalho, no quotidiano às vezes cinzento e silencioso de quem resiste e está vivo.

Num serviço da Administração Local trabalha um homem novo, jovem, a bem dizer. Casou há dois anos, compraram uma casa, tiveram um filho, ele e a mulher. Ela trabalhava no Ministério da Educação e foi despedida. Ele corre agora o risco sério de não lhe renovarem o contrato. À hora do almoço fica sentado na secretária, no serviço. Terá medo de perder o lugar? De perder aquele sítio que ainda lhe dá algum dinheiro para viverem angustiadamente, dia após dia? O casamento está também em risco. A mulher anda nervosa, principiaram os problemas de relação, há desequilíbrio no casal. A criança está ali, no berço, e eles fazem contas e mais contas para pagarem a mensalidade da casa, para

comprarem o necessário à vida da família que constituíram.

Há muitos anos, milhares de jovens portugueses eram obrigados a ir à guerra. Alguns pediam para ir. Tinham em mira resolver a vida, o emprego, o futuro... A maioria regressava e emigrava; outros, poucos, juntavam dinheiro, estudavam, tiravam a carta, sonhavam comprar uma camioneta e fazer vida de negócio na terra... Tantas vezes se fala das coisas da guerra colonial e não se vê estes portadores da luta pela sobrevivência, mesmo ali, enquanto se matava. Militares do quadro que faziam comissões, após comissões, soldados e marinheiros e pára-que-distas que faziam tudo para ficarem na tropa, onde havia pequeno salário. Na terra, as coisas morriam, a agricultura, o trabalho quotidiano, e não havia condições para voltarem.

Têm sido anos e anos de sofrimento, de alegria e de mudança. Que a vida e as realidades não páram é uma grande verdade. Que uma das bases mais sólidas da vida é o emprego, o trabalho, a alegria de fazer, de produzir, é outra grande aquisição da humanidade. Que os direitos ao emprego, à casa, à educação, à cultura, são outras das bases

fundamentais da nossa existência, ninguém o nega. Então é necessário fazer como aquelas mulheres da Avenida 25 de Abril, que ali estão, bem próximo do pano que diz: «Trabalhadores da A. G. Fernandes - Defesa do Emprego - salários em atraso», firmes e determinadas a recuperar a alegria de produzir, de ganhar e receber um salário justo e adequado à vida da família e aos sonhos que todos temos direito a realizar.

Vimos da guerra, vimos de África, sobrevivemos a tanta morte, destruição, e ao abandono generalizado que foi a emigração. O país continua de pé, apesar de tantos inimigos da sua independência, de alguns que não exultaram com o 25 de Abril, com a democracia, com a descolonização, e que acabaram por ocupar postos de comando e recuperar muito do passado que perderam.

Continua o país, continua a vontade indomável de sobreviver às tempestades. Há muitos anos, numa prisão, numa prisão do fascismo, os homens daquela ala de cárceres de isolamento viam na sua frente o guarda da GNR, de sentinela e, na parede mais próxima, uma raiz que rodava com o vento e que resistia. «Não há machado que corte/a raiz ao pen-

samento», cantava o amigo do lado, à noite. A sua sombra, projectada nessa parede, era uma grande companhia, e fazia lembrar a raiz que não víamos mas que estava lá, na escuridão da noite. É assim a nossa vida. Momentos grandes de alegria, momentos tristes, de velha e nova destruição. Outros dias e anos chegarão. Outros amigos e amigas não-de distribuir cravos a militares e civis, na nossa memória e no futuro de Abril. Não nos esqueçamos dos cravos vermelhos que entravam, premonitórios, nas celas das prisões e inundaram logo depois a cidade e o país. O mundo não pára e haverá sempre homens e mulheres bons, no meio de alguma canalha. É a diferença entre o velho e o novo, que produzirá outras mudanças e transformações decisivas.

Tenhamos orgulho da democracia que conquistámos e do fim da guerra colonial, que afectava sobretudo os trabalhadores e os seus filhos. Por isso foi também uma questão de luta de classes. Por isso foi uma vitória irreversível de Abril. Agora, resta este povo, este país que nos merece e que temos de merecer, no sentido de que tem de ser independente e justo, propi-

cio à liberdade e ao desenvolvimento coerente e integrado de que necessitamos.

Para que haja trabalho, liberdade e direito à vida, à alegria de viver. Sem isso, fica uma democracia coxa, ao serviço de meia dúzia, e isso **poder do povo** não é, com toda a certeza.

■ António Modesto Navarro

20 Anos

VIVA ABRIL

CONQUISTAS DA VIDA

O direito à luta



LIBERDADES



PAZ



SAÚDE



GREVE



AÇO E TERRA



IGUALDADE

mais do que provado que, uma vez feito o 25 de Abril, se registou - o que era inevitável - uma progressiva desmobilização automática das forças portuguesas no Ultramar. Em Angola tive de me confrontar com esse processo, e Angola não era um teatro de guerra em situação crítica. Mas os soldados portugueses sentiram que o 25 de Abril os tinha libertado da sua sujeição a uma guerra colonial que não percebiam e que lhes transformava a vida. Depois do 25 de Abril, ninguém mais quis arriscar-se a morrer com o último tiro de uma guerra perdida.

Ora, esta realidade criou uma fraqueza intrínseca em quem tinha que negociar a descolonização.

Uma realidade que o senhor almirante vai viver de perto em Angola...

Fui para Angola em 25 de Julho de 1974, como presidente de uma Junta governativa que eu próprio formei, com cinco elementos, e que incluía, para além de mim, os três chefes das Forças Armadas e um representante do MFA. Grande parte da minha actuação em Angola foi nesse papel. Ao contrário do que é costume dizer-se, nunca fui Alto Comissário. Em 6 de Dezembro de 1974, quando a Junta foi dissolvida, aprovou-se uma Lei criando o lugar de Alto Comissário, a exemplo do que existia para Moçambique; nessa Lei ficou estabelecido que enquanto não fosse nomeado um Alto Comissário, desempenharia as suas funções o presidente da Junta governativa. Foi nessas condições que assumi o cargo para que nunca cheguei a ser nomeado. O primeiro Alto Comissário a ser nomeado para Angola foi o general Silva Cardoso, na sequência dos Acordos de Alvor.

Mas é o senhor que fica na história como um bode expiatório da descolonização de Angola...

O que é que eu hei-de fazer? Há aí toda uma mitificação proposital sobre a descolonização e sobre o meu papel nela.

É responsabilizado pelo êxodo dos retornados, por não acautelar os interesses portugueses...

Não esqueça que saí de Angola em 27 de Janeiro de 1975, e só então fui nomeado um Alto Comissário e formado um governo resultante dos Acordos de Alvor. A minha missão em Angola termina com a efectivação desses Acordos. Até aí sim, o meu papel foi decisivo.

Decisivo em que sentido?

No sentido em que travei combates ainda não esclarecidos. O primeiro já referi: evitar o genocídio nos musseques.

O segundo, evitar o que chamei a tentativa rodesiana: uma independência de Angola sob domínio branco, a exemplo da que existia então na Rodésia de Ian Smith.

O terceiro, evitar que Angola fosse entregue ao Zaire, pois as negociações que o general Spínola fez com Mobutu, directamente e nas minhas costas, e que conduzi-ram aos acordos do Sal, significavam que a descolonização de Angola e a sua independência iam ser colocadas sob o patrocínio do Zaire

A primeira situação com que me defrontei em Angola foi com a tentativa de confronto entre o sector de Luanda chamado o asfalto e o sector dos musseques



da no exército zairense que só actuaria em Angola com luz verde dos americanos.

O que se tentou evitar, como já tenho dito, foi uma situação como aquela a que foram conduzidos os franceses, descolonizando todo o seu império colonial e deixando para trás a Argélia, isto é, criando uma nova guerra colonial em perspectiva.

E nessas condições não teria sido possível a tal consulta popular, que tanto se critica por não ter sido feita, dando possibilidade à criação de partidos políticos que pudessem vir a ser interlocutores no processo de descolonização?

Durante o tempo em que estive em Angola criaram-se mais de 40 partidos políticos! Alguns de esquerda, mas a maior parte de direita.

Acontece que os Movimentos de Libertação, muito logicamente, não quiseram negociar enquanto não houvesse o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência. Não quiseram sequer fazer um cessar-fogo, mas isso não foi só em Angola, foi em todo lado. Só depois do 27 de Julho e da tal Lei 7/74 é que os Movimen-



Rapidamente os políticos perceberam que a descolonização acabaria por ser um processo que lhes queimaria as mãos, e que só os militares estavam em condições para a fazer

Por que é que Portugal aceita?

Porque não tinha outra alternativa. A outra alternativa era continuar a guerra e não havia meios para isso.

Se a descolonização tem sido feita sem ter havido uma subversão do Estado, poder-se-iam ter encontrado soluções que não se puderam sequer desenhar depois do 25 de Abril. Daí eu considerar que os maiores culpados da descolonização, da forma como foi feita - e foi-o da única maneira possível - foram os que não a fizeram quando ainda havia tempo.

O problema colonial foi um doente gangrenado que entrou de urgência no hospital; a equipa de serviço não teve outra alternativa, para o salvar, que fazer-lhe uma amputação. Depois, a família do doente salvo vem criticar essa equipa, esquecendo-se de responsabilizar os que deixaram chegar o doente àquele estado.

Os militares que tomaram conta da descolonização tiveram ainda a preocupação de que não houvesse uma saída desastrosa dos militares portugueses do teatro de guerra, que não houvesse uma evacuação como a dos americanos do Vietname. Não houve. Saímos em paz.

Ao olhar hoje para Angola, como avalia a situação?

Angola e Moçambique sofreram, durante estes 20 anos, guerras civis que são consequência da descolonização, mas uma consequência indirecta. As independências destes dois países, e a que se seguiram do Zimbabwe e da Namíbia, deixaram a nu a grande potência da África Austral - a África do Sul, com o seu regime de apartheid. As guerras registadas desde então em Angola e Moçambique são consequência de uma guerra não declarada feita pela África do Sul e desestabilizando todos os países da região. Nalguns casos abertamente, como em Angola, em que forças regulares sul-africanas invadiram o território e lutaram contra o MPLA, e no caso de Moçambique mais disfarçadamente, com comandos, armas, comunicações, ajudaram a destruir o país. Destruir. Não houve uma única acção da Unita em Angola, ou da Renamo em Moçambique, que não fosse de destruição; destruição de escolas, hospitais, do aparelho administrativo, e principalmente dos transportes. A guerra da África do Sul teve como principal objectivo a destruição dos transportes que permitissem ligar a África interior ao exterior sem ser através da África do Sul. E conseguiram-no, utilizando como instrumentos a Unita e a Renamo.

Não haverá paz em Angola e Moçambique enquanto a África do Sul não for um país democrático e multi-racial, o que parece estar à beira de suceder, vinte anos depois do 25 de Abril.

Depois do 25 de Novembro, os militares de Abril, como o senhor almirante, ou passaram à reforma ou foram postos na prateleira...

Com excepção de uns quantos spinolistas. Essa ala spinolista da revolução tem sido promovida, galardoada, premiada. Tudo o resto foi afastado.

Sente-se traído? Não em termos pessoais, mas nos objectivos e ideais da revolução?

Durante o processo revolucionário, as nossas ambições aumentaram. Aquilo com que nos teríamos contentado no 25 de Abril de 1974, já não bas-

nudam... devagar

e dos americanos. Orgulho-me de ter tirado Angola das mãos de Mobutu.

Que razões levaram o general Spínola a fazer esses acordos?

Ainda hoje não compreendo. A não ser a obsessão cega de fazer a descolonização sob patrocínio americano.

O que ganhava Portugal com isso?

Não ganhava nada. Pelo contrário, teria feito em relação a Angola uma operação muito suja. E como já tenho afirmado, a ter sido assim, em Angola não se falava hoje português.

Isso não impede que sobre o senhor almirante recaia o ónus de quanta desgraça aconteceu aos portugueses em Angola. Afinal, até se vivia bem em Angola em 1973, havia paz social...

E não havia perspectivas de derrota militar. Isso eu sei. O MPLA estava dividido e sem força; a Unita era uma criação artificial patrocinada pelo exército português, com trezentos guerrilheiros mal armados; e a FNLA, que realmente tinha uma força militar, era uma força basea-

Os maiores culpados da descolonização, da forma como foi feita - e foi-o da única maneira possível - foram os que não a fizeram quando ainda havia tempo



tos de Libertação aceitaram negociações para um cessar-fogo. Todos, em todo o sistema colonial português, à excepção da Unita, que assinou o cessar-fogo ainda antes da minha chegada a Angola e sem o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência.

Por outro lado, os Movimentos de Libertação negaram-se também a negociar a independência dos respectivos territórios, todos eles, a não ser que as negociações fossem exclusivamente entre eles e Portugal, sem interferência dos partidos políticos entretanto criados.

tava no dia 26. Ambicionou-se mais, desejou-se criar um país diferente. Ambicionou-se, e conseguiu-se em muitos aspectos, o que é fundamental para uma revolução ter êxito: modificar as mentalidades. Mas sou obrigado a reconhecer que as mentalidades não mudam com tanta facilidade como isso e que são necessárias gerações para que a mudança seja efectiva. O impacto do 25 de Abril na modificação da mentalidade portuguesa está ainda a decorrer e vai prosseguir. Essa é para mim a mensagem de Abril, a mensagem para as gerações presentes e futuras.

Considero que foi a guerra colonial que permitiu a revolução de Abril, mas paradoxalmente foi o fim da guerra colonial que abriu o caminho à contra-revolução.

Hoje, é preocupante ver que os jovens pouco ou nada sabem do 25 de Abril. É importante que saibam que houve uma época em Portugal em que a solidariedade, a liberdade de cada um, associada à justiça social, foi um objectivo que parecia estar ao alcance de todos os portugueses.

Vivemos agora em liberdade, mas o povo português, e em particular a juventude, tem de estar consciente de que a liberdade não se esgota no direito de votar e que nos faltam ainda muitas liberdades (a liberdade de não passar fome, de ter uma casa, de ter saúde, de ter trabalho, de poder envelhecer com dignidade...).

E sobretudo que a liberdade não se dá nem se recebe - conquista-se.

Almirante vermelho, uma alcunha de que não se livra. Por quê?

Não me perguntem a mim! Não me importo nada, até me honra muito. Se existe um bispo vermelho no Brasil, uma duquesa vermelha em Espanha, por que não há-de haver um almirante vermelho em Portugal?

Palavras e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

Às sete horas a vida

Se tivesse o direito de inventar, a partir da verdade mais verdadeira, poderia começar assim: não sou bonito nem feio, tenho cerca de trinta anos e uma história amachucada; no escritório onde trabalho sirvo às vezes de passa-culpas, não por ser submisso ou complacente mas porque eles batem sempre em quem é mal pago. E o dinheiro nem me chega para os transportes e o tabaco.

Além disso, sou reservado, ou melhor, deixo quase de falar quando me sinto em atmosferas «superiores» ou hostis.

Mas logo à tarde, às sete em ponto, estarei no Café, à espera dela; e toda a melancolia destas muralhas de veneno se evapora só de o pensar.

Acham-me triste, com cara de doente, mal vestido já eu sei que ando, fazem-me sentir que sou diferente.

Mas quando ela aparece e saboreia a bica que deixei para ela, já quase morna, e me dá os lábios a beber, a tarde é um deslumbramento.

Aqui dentro do escritório há sombras e palavras secas, uma troça muito balouçada de quem pode reger existências alheias, até o ar está crivado de críticas e conselhos.

Mas no Café saberei notícias dela, pegar-lhe-ei nas mãos como se fossem (e são) um oceano de dons, tão brandas, tão mornas e com jeito para tudo.

Quando a chuva, surpreendida pelo sol, brilha no passeio defronte, sinto-me mais desterrado em meio dos pobres desgraçados que me humilham, capachos eles próprios de tecnocratas — e dou-me conta de que já só faltam duas horas para sair.

Às vezes ela chega atrasada, todos os amores têm senões, mas sempre chega, ficamos abraçados, acendem-se palavras que apenas murmuramos e uma suavidade de folha de seda eterniza o instante.

É então que eu vivo.

Identificação a quanto obrigas

Ainda a propósito da obrigatoriedade de uso e porte do bilhete de identidade. Com a aprovação da proposta do Governo, ainda pendente na Assembleia da República, qualquer cidadão que se encontre ou circule em qualquer lugar público pode ser interpelado por um agente policial exigindo-lhe a identificação. E se o iníeliz cidadão, que por acaso tinha saído de casa só para comprar o jornal de domingo e ir lê-lo para o café da esquina, não trouxe consigo o malfadado BI (ou o passaporte, mas deste nem se fala, demasiado grande para caber no bolso), corre o risco de ser forçado a deslocar-se ao posto policial mais próximo e aí permanecer durante horas, ser-lhe exigida a indicação da residência ou local onde possa ser encontrado, e até ser compelido a sujar o indicador numa almofadinha de tinta e deixar as suas impressões digitais numa qualquer ficha policial ou a deixar-se fotografar, de frente e de lado, para ilustrar aquela mesma ficha.

Esta é uma situação que parece caricata mas que é perfeitamente possível face ao que dispõe a proposta governamental. E tudo isto seria possível com, pasme-se, a mera invocação pelo agente policial de «razões de segurança interna».

Ora, a lei de segurança interna (Lei nº 20/87, de 12 de Junho) define assim segurança interna: «a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática».

Não é difícil perceber que dentro deste conceito cabe quase tudo e que o cidadão irá ficar dependente da avaliação que cada agente policial, em concreto, tiver do que sejam «razões de segurança interna». O que, bem se vê, é muito pouco para que se encontre garantida a segurança e protecção das pessoas contra actuações ilegítimas e abusivas das forças policiais.

E o que dizer da liberdade de deslocação, do direito à privacidade e do direito à liberdade e segurança de todos os cidadãos, reconhecidos e tutelados pela Constituição?

Não é aceitável que uma lei transforme todo o cidadão em suspeito, restrinja a sua liberdade de se deslocar por e para onde lhe aprouver, o force injustificadamente a permanecer retido (detido?) em qualquer posto policial durante 6 horas.

Não é aceitável do ponto de vista da liberdade e segurança dos cidadãos. Não é aceitável porque a Constituição não o permite, designadamente quando estabelece o princípio da proibição do excesso das medidas de polícia. Isto significa que as medidas de polícia devem respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e que aqueles direitos só podem ser sacrificados no mínimo, na medida estritamente necessária, exigível e proporcional ao interesse público a defender.

Então pergunta-se: estas medidas propostas pelo Governo são necessárias, ou mesmo essenciais, para prevenir e combater a criminalidade? Não se vê como. Hoje, o Código de Processo Penal permite já aos órgãos de polícia criminal a identificação de qualquer pessoa, desde que esta se encontre em lugar aberto ao público e que seja habitualmente frequentado por delinquentes. Ainda, se aquelas pessoas forem suspeitas, isto é, se sobre elas existirem indícios de que cometeram ou se preparam para cometer um crime, ou que nele participaram ou se preparam para participar, elas podem ser conduzidas ao posto policial mais próximo para serem identificadas e podem aí, se necessário, ser sujeitas às tais provas dactiloscópicas e/ou fotográficas, e ser «convidadas» a indicar residência onde possam ser encontrados e receber comunicações.

A diferença entre o que se encontra previsto no Código de Processo Penal, e que nesta matéria hoje está em vigor, e o que se propõe na proposta de lei, ainda em debate na especialidade, é que o primeiro dirige-se aos cidadãos sobre os quais recaiam fundadas suspeitas da prática de actos criminosos, enquanto esta última se dirige a todos os cidadãos, indiscriminadamente, de forma arbitrária e prepotente.

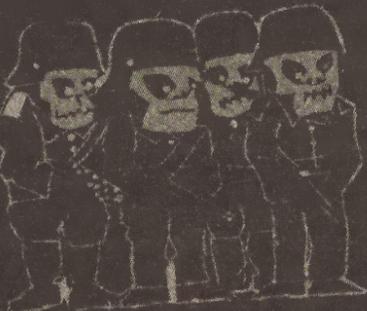
Transformado num alvo permanente de suspeita, dependente do bom senso (ou mau senso) das forças policiais, o cidadão passa a ter razões para, além da insegurança gerada pelos índices de criminalidade, se sentir inseguro relativamente aos poderes públicos. Ainda mais quando exemplos mais ou menos recentes de abusos e violências policiais não prenunciam a boa aplicação da lei ou o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Para terminar, quase apetece dizer: Bilhete de Identidade? Não, não uso!...

■ Armada Fonseca
Assessora Jurídica
do Grupo Parlamentar do PCP



Pedro Ramos de Almeida
**O Processo
do** (Relatório
sobre Portugal)
Salazarismo



edições
Avante!

colecção
DOSSIER

Pedro Ramos de Almeida O Processo do Salazarismo

Preço: 945\$00

Neste livro poderá o leitor encontrar uma explicação muito completa da estrutura do fascismo português, uma breve cronologia dos mais importantes acontecimentos da luta antifascista até 1963, uma denúncia vigorosa da repressão fascista e da crueldade da guerra colonial, uma exposição sobre os interesses económicos que sustentavam o regime fascista e aos quais ele servia.

VÉR TICE

Revista de intervenção cultural / a ciência / a arte / e a sociedade

A Revolução de Abril 20 anos depois

por Álvaro Cunhal

1. A ditadura fascista — governo terrorista dos monopólios e latifundiários
2. A crise geral da ditadura e a situação revolucionária
3. Os objectivos da revolução antifascista e o levantamento nacional
4. As forças motoras da revolução democrática e as contradições ao nível do poder
5. Golpes contra-revolucionários e terrorismo bombista
6. A revolução de Abril — transformação democrática da sociedade portuguesa
7. Política de verdade e política de mentira
8. A destruição das conquistas de Abril, contra a democracia, contra Portugal
9. As cinco vertantes da democracia e da política antidemocrática
10. Valores de Abril no futuro de Portugal
11. Componentes fundamentais de um programa democrático

Outros textos

- A juventude e o 25 de Abril, **Mesa-redonda com Ana Vicente, João Afonso, Filipe Rosas, Nuno Ramos de Almeida, Pedro Maia, Sandra Monteiro e Sara Trindade.**
- Esta lei, poema por **Maria Velho da Costa**
- O 25 de Abril e a Justiça Administrativa, **Guilherme da Fonseca**
- A economia portuguesa e o 25 de Abril (Breves traços de um processo), **Fernando Sequeira**
- Os médicos e o 25 de Abril, **António Galhordas**
- Notas para um debate sobre o «Estado Novo», o 25 de Abril e a descolonização, **Sérgio Ribeiro**
- Memória do 25 de Abril, **Avelino Gonçalves**
- Poema constituinte, **EM de Melo e Castro**
- Poesia portuguesa contemporânea: o dito e o não dito, **Manuel Frlas Martins**
- O teatro em Portugal: breve caracterização, **Maria Helena Seródio**
- Ondas e marés da política e do mercado, **Rui Mário Gonçalves**
- Saudades do dia, **Modesto Navarro**

Também neste número

- «Pensar aquilo que é», tarefa e problema da filosofia, **José Barata-Moura**
- A (re)educação do corpo «anormal» no Estado Novo (1942-1951), **Rul Gomes**
- A desigualdade Norte-Sul — Desafio crucial na viragem para o terceiro milénio, **Miguel Urbano Rodrigues**
- A problemática do desenvolvimento local: apontamentos sobre o quadro teórico-conceitual, **Domingos Afonso Braga**
- Ninguém merece a Sida. Aspectos psico-sociais da infecção pelo VIH, **Maria Isabel Andrade**
- Freud e «o» político, **Rafael Godinho**
- Prosa poética e poema em prosa no *Livro do Desassossego*, **Adelto Gonçalves**
- O «Comércio Livre» e as condições ambientais, **José Folque**
- 10 Anos de existência da UNAE, **Vasco Cabral**.

Redacção: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A, 1100 Lisboa. Tel.: 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Contra a

Numa crónica publicada recentemente no «Avante!» a propósito do lançamento pelo Círculo de Leitores do livro «Portugal — 20 anos de democracia», Carlos Brito já tinha chamado a atenção para aquilo a que chamou o «sectarismo indecoroso» patente na obra coordenada pelo membro da Comissão Política do PS, António Reis. Mas não há nada como ler para crer. Chegada que nos foi à mão, tratamos de lhe dar uma primeira leitura.

Fomos ao elenco de autores convidados para logo retermos o cuidado que houve na selecção: nem um colaborador que, no que toca às questões políticas, institucionais, económicas, sociais e culturais pudesse reflectir pontos de vista, opiniões, análises à esquerda da área de influências do Partido Socialista. Inclusive entre os vários deputados do PS que aparecem como responsáveis de alguns dos capítulos ressalta quem, como curriculum especial para escrever sobre o tema se resume a ser membro da Comissão Parlamentar de Administração do Território, Equipamento Social e Poder Local e porta-voz do PA para a área dos transportes e habitação (como podia ser de outra qualquer). Critérios...

Mas só por isto não viria mal ao mundo se a substância dos temas abordados reflectisse uma atitude objectiva perante a História. Puro engano.

Quanto aos factos mais próximos que antecederam a Revolução de 25 de Abril, o leitor menos atento ou mais desconhecedor dos acontecimentos da época ficará com a ideia de que o derube da ditadura fascista (termo que



António Reis evita, contribuindo assim para o branqueamento do regime) foi fruto sobretudo de manobras de bastidores, do livro do General Spínola, de um movimento de quadros intermédios da instituição militar que não teria sofrido influências directas e indirectas da movimentação popular cuja contestação, segundo António Reis, estaria controlada pela ditadura.

E, assim, de uma penada, apaga-se, entre muitos outros importantes factos, o Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, em 73, fortemente reprimido, que mobilizou milhares de pessoas e teve uma ampla repercussão nacional e internacional; faz-se desaparecer o forte movimento popular que se desenvolveu e cresceu em torno das «eleições» de 1973; esquecem-se as amplas comissões unitárias do movimento democrático que só em Lisboa, tinham, em princípios de 1974, 46 comissões de base que reuniam periodicamente mais de 600 activistas; passa-se por cima do facto de, à época, somente em três dos 18 distritos do Continente não haver qualquer actividade do Movimento Democrático; omitem-se as campanhas contra a carestia de vida ou a guerra colonial lançadas em todo o País entre finais de 73 e princípios de 74, que levaram por exemplo à edição de cerca de 200 000 tarjetas e autocolantes entre 22 e 29 de Março de 1974; olvida-se a movimentação da juventude então existente; esquece-se inclusive que o movimento democrático tinha um boletim periódico «Força do Povo» de que eram editados entre 5 a 10 000 exemplares e até um outro em francês, dirigido para o estrangeiro; apagam-se os contactos entre o movimento democrático e o MFA; olvidam-se as lutas da classe operária expressas, por exemplo, nas greves da Sorefame e da Cometa em Janeiro/Fevereiro de 74; esquece-se a ampla preparação do 1.º de Maio de 74 que esta-

■ Lino de Carvalho

mistificação da História é preciso recordar...

va em curso e que levou à prisão de 48 democratas no dia 6 de Abril e muitos outros no dia 18 desse mesmo mês; afirma-se que o PCP «não se mostrava capaz de encetar sólidas acções ofensivas» quando é conhecido — e António Reis até o reconhece — que o PCP era a força determinante na actividade da oposição democrática, nas lutas estudantis, nas greves operárias.

Percebem-se as omissões. É que o PS praticamente não existia, António Reis defendia então a organização de um movimento de cúpula em contraponto à ampla movimentação de base, e os dirigentes mais próximos da orientação socialista estavam, na sua generalidade, longe desta que foi uma exaltante época de luta para milhares de democratas que, evidentemente, contribuiu decisivamente para o enfraquecimento da ditadura e para o incremento da tomada de consciência dos militares do Movimento das Forças Armadas.

Mas passemos adiante no livro.

Toda a análise dos capítulos «processo de democratização» e «os meios de comunicação social» é feita segundo a óptica e a leitura oficial do PS. Só três exemplos que uma primeira viagem pelo livro não dá para mais: a forma como, de

maneira insidiosa ou explícita, se procura amalgamar de forma simplista, os casos «República» e «Rádio Renascença» ao PCP; as justificações que se pretende fazer passar para a vasta conspiração contra o PCP (a que o PS não foi alheio) no Verão de 1975 que levou à destruição de muitos Centros de Trabalho e à perseguição de muitos militantes e simpatizantes; a omissão oportuna sobre o papel que o PS (ou altos dirigentes socialistas) desempenhou na promoção do ambiente que levou à tentativa de golpe do general Spínola no

dia 11 de Março para, no dia seguinte depois da derrota do golpe, emitirem um comunicado e declarações de profissão de fé na defesa das nacionalizações e do processo revolucionário.

Vamos um pouco mais adiante.

A Reforma Agrária não é apresentada como um movimento social dos campos do Sul visando erradicar o latifúndio e as injustiças a ele inerentes — onde, evidentemente, o PCP não enjeita o papel determinante dos militantes comunistas — mas exclusivamente como uma operação inserida no «âmbito de uma estratégia de tomada do poder» por parte dos comunistas.

São três áreas do livro que uma primeira leitura fez ressaltar mas que são suficientes para ilustrar só por si claros exemplos de deturpação e mistificação da História onde traços preconceituosos de anticomunismo atravessam grande parte dos artigos que compõem a obra.

Carlos Brito tem razão. Os editores (e António Reis) não estão de parabéns. E eu vou pedir de volta os 4550\$00 que paguei pela obra.

Telecomunicações portuguesas (II)

Compradores

A mudança de atitude governamental de, primeiro (1992), pretender privilegiar o capital privado português, para depois (fins de 1993), passar a privilegiar uma grande multinacional do sector, significa apenas que a realidade dos grandes grupos empresariais portugueses, é exactamente aquilo que a esquerda política consequente deste País sempre tem afirmado: são testas de ferro ou simplesmente capatazes dos grupos internacionais, trocando o interesse nacional pela manutenção do seu muito alto nível de vida. Poderá a CE (ou UE) transformar-se cada vez mais, uma comunidade de corporações empresariais sem pátria (transnacionais) e contra os Povos?

Mercado

A necessidade de uma «postura mais dinâmica e agressiva da empresa perante os novos mercados», nomeadamente perante o futuro mercado aberto das telecomunicações (2003), não está ligada à privatização. As empresas portuguesas de Telecomunicações, de capitais públicos ou maioritariamente públicos, quando geram burocracia, corrupção, nepotismo e incapacidade de competição concorrencial, fazem-no pela dependência total dos seus órgãos de gestão face ao poder político, situação que também acontece em muitas empresas do sector privado. Há empresas de capitais públicos na Europa, que conseguiram evitar esta gangrena, mediante um estatuto que as salvaguarda da manipulação dos partidos políticos do Poder. Conseguiram, pois, essa tal dinâmica e agressividade para os desafios do mercado aberto.

Tecnologia

Não é indispensável a entrada de uma multinacional do sector, no capital da Telecom ou da empresa em que estiver integrada. As empresas multinacionais possuidoras das tecnologias de ponta e da sua utilização, regem-se pela lei do lucro. Daí que não é só como «patrões» que ganham dinheiro. Também vendem a sua tecnologia a terceiros conjuntamente com os conhecimentos de utilização («know-how»), sob formas diversas, nomeadamente por associações de empresas para objectivos programados («joint-ventures»), desde que o lucro lhes

seja interessante. A grande diferença para as telecomunicações portuguesas, está em que na venda do capital da Telecom (ou o que dela resultar) a uma multinacional (mesmo que só em regime de concessão de exploração), é esta que define a estratégia segundo os seus interesses imediatos de lucro, ao passo que numa associação, deverá ser o interessa nacional a comandar a estratégia. A soberania e o factor social (serviço público) poderão ser salvaguardados.

ponsáveis do sector e o ministro da tutela têm dado aos órgãos de comunicação social, as modificações da política delineada são constantes e contraditórias e a pressa a única certeza.

1988 (ano de abertura do sector na CEE) e 2003 (ano da abertura para Portugal) não justificam o que se quer fazer em 1994/95.

Os trabalhadores

Por último, é de referir os interesses dos trabalhadores do sector das Telecomunicações.

O lema do Governo é sempre o mesmo: **Privatizar os lucros! Estatizar os prejuízos!**

E privatização em todas as partes do mundo originou sempre: redução de postos de trabalho; retirada de direitos e garantias aos trabalhadores; desmantelamento do serviço público (factor social).

É por isso que, quando o Governo diz ir extinguir a Telecom Portugal, os TLP e a Marconi (em fases diferentes), criando uma nova empresa com o

ao serviço

Calendário

A política nacional de Telecomunicações é um objectivo de interesse fundamental para quem trabalha no sector, neste caso, a Telecom Portugal, e para todos os portugueses.

A programada abertura ao capital privado da nossa empresa ou da empresa em que estiver inserida, independentemente da sua própria análise e justificação, parece estar a ser preparada com

de quem? (*)

o objectivo sófrego de ser realizada dentro da legislatura de 91/95 (AR) e não com a serenidade que a uma operação política tão melindrosa e tão transcendente para o País exige.

Deveria ser programada com

todo o discernimento que implica uma acção que mexe com a soberania nacional, estrategicamente decisiva para o desenvolvimento do País e essencial pelo serviço público que proporciona. A programação devia ser estabelecida alheia a interesses de grupo e dispersa no tempo, independentemente das legislaturas. Tal não está a acontecer. Os vários grupos financeiros («lobbies») sabem que uma mudança de governo poderá originar uma mudança de estratégia. Eventualmente o grupo ou grupos melhor posicionados para serem contemplados por este governo, poderão ser preteridos por outros seus rivais, se acaso houver mudança de governo em 1995. O exemplo do acontecido no concurso para as digitais, em 1986/87, é ilucidativo.

Pela análise das muitas entrevistas que os vários res-

nome de Portugal Telecom, avançou logo que dos 22 000 trabalhadores do sector, 7000 estavam a mais e que os estatutos das actuais empresas seriam alterados. Só razões eleitoralistas levaram os responsáveis do Governo e das empresas, no final de 1993, a amenizar o discurso sobre postos de trabalho, que vinham mantendo desde o princípio de 1993.

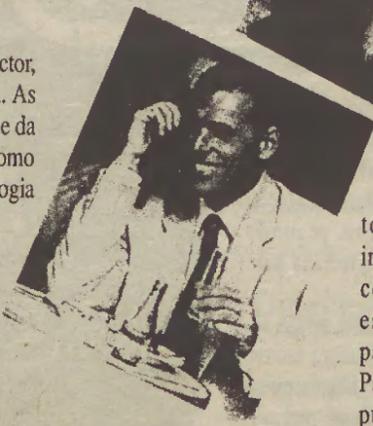
São também os trabalhadores e as suas organizações os primeiros na linha de defesa do País. Quando os governantes falam numa «nova» empresa operadora de telecomunicações, abrangendo as actuais áreas da Telecom, TLP e CPRM, os trabalhadores dizem que uma empresa de tal dimensão e as necessidades enormes de investimento que acarreta, pela garantia do serviço público que deverá continuar a prestar (factos social), pelo embate que terá que travar com transnacionais gigantescas e que com ela vão competir, terá inexoravelmente que ser pública, se quiser defender o desenvolvimento e a independência de Portugal. Só o Estado poderá dar tal dimensão, pois não há capitais privados só portugueses, para abarcar tamanho objectivo. Comparações com algumas situações do que se passa lá fora, terão que ser analisadas com a realidade concreta de cada país.

A defesa do País, dos seus postos de trabalho e dos seus direitos — as linhas mestras dos trabalhadores das Telecomunicações.

Conclusão

Poder-se-á dizer que não há argumentos técnicos, económicos, comerciais, comunitários, etc., que tornem a privatização do sector indiscutível, sendo mesmo, nas condições portuguesas condenável. As únicas razões são políticas, melhor dizendo, uma política de defesa dos interesses de uma classe, a alta burguesia, uma minoria sem sentido pátrio, disposta a vender o País e os portugueses, em troca do seu «riquíssimo» bem-estar.

* Documento adoptado pela CT da Telecom e entregue na Presidência da República



Há fome no Alentejo

Mais de 41 000 desempregados e a multiplicação da fome fazem hoje, da Alentejo, uma região de catástrofe. A destruição da Reforma Agrária, o regresso do absentismo latifundista, o encerramento de empresas e a falta de investimentos transformaram a terra transtagana numa imensa planície de angústia. Para vergonha do País e do Governo que o dirige, cujo respondeu ao problema cortando os Programas Ocupacionais que, mesmo insuficientemente, iam minorando os dificuldades. As autarquias lutam e protestam, os organismos oficiais colocados no terreno reconhecem o drama e a fome alastra, à espera dum Governo que só discursa.

Confrontados com a dimensão e gravidade do problema, as autarquias alentejanas desdobram-se em iniciativas, alertas e protestos. Os municípios da Margem Esquerda do Guadiana entregaram uma carta ao Presidente da República durante a sua visita ao Alqueva, e outras posições se têm sucedido, nomeadamente por parte da Associação de Municípios de Cuba, Alvito e Vidigueira, da Câmara Municipal de Beja e da sua Assembleia Distrital. Entretanto o Governo suspendeu este ano os Programas



Uma carta ao ministro

«A situação de desemprego em Beja começa a ser desesperante. À Câmara Municipal de Beja, nos últimos meses, passaram a afluir dezenas de pessoas, homens e mulheres, de várias idades, com várias formações profissionais e académicas ou sem qualquer formação que, ao procurarem o emprego que não temos capacidade para oferecer, nos confessam a situação de extrema pobreza e mesmo fome».

É assim que começa a exposição feita pelo presidente da Câmara Municipal de Beja, Correia Marques, ao ministro do Emprego e da Segurança Social, que pormenoriza, a seguir: «Há famílias inteiras que, tendo ido para o desemprego há alguns meses, esgotaram já algumas poucas reservas próprias e as possibilidades de ajuda de familiares e amigos. Há trabalhadores que estão a regressar da emigração interna por terem sido despedidos e se acolhem agora no seio das famílias, engrossando ainda mais este já significativo «exército» de desempregados. Há trabalhadores desempregados de concelhos limítrofes que procuram na capital do distrito uma solução, precária que seja, para o seu drama.»

Ocupacionais e reduziu drasticamente os subsídios de desemprego, o que veio agravar fortemente a situação.

O drama vem de trás, como explica o Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Évora, quando afirma: «Mais importante do que ocupar temporariamente os trabalhadores desempregados com o subsídio de desemprego, será o de transferir as verbas necessárias ao desenvolvimento da região, de forma a aplicar medidas estruturais que criem emprego e eliminem a alta taxa de desemprego».

Mas se o Alentejo necessita de medidas estruturais que relancem a economia e promovam o desenvolvimento, a situação presente é muito mais aguda e dramática: traduz-se em fome efectiva, que alastra diariamente e exige apoios imediatos do Estado. Só que as medidas até agora tomadas pelo Governo vão, exactamente, em sentido inverso, agravando ainda mais o drama. Um exemplo flagrante disso está na alteração introduzida em Janeiro passado ao Decreto-Lei 79-A/79 sobre a protecção no desemprego, estabelecendo nova interpretação para o conceito de «emprego conveniente», ao dar a primazia às aptidões físicas dos desempregados e não às suas habilitações literárias, como acontecia antes. Os sindicatos acusam, por isso, o Governo de pretender «utilizar nos Programas Ocupacionais trabalhadores que usufruem de subsídio de desemprego, deixando de fora os desempregados sem qualquer tipo de protecção». Entretanto a União dos Sindicatos do Distrito de Évora alerta para o facto de existirem entidades públicas e privadas com trabalhadores a recibo verde, «falsos trabalhadores independentes», ou trabalhadores com contratos a prazo em serviços permanentes, preparando-se agora «para os despedir para absorver desempregados subsidiados, com os quais terão menos encargos».

É neste quadro geral de prepotência e exploração em que a política governamental mergulhou o País que o Alentejo se debate com a miséria e a fome. Mas perante a gravidade do drama, é criminoso não tomar medidas urgentes que lhe acudam.

E assinala: «Sem a preocupação de estimar com rigor o número dos que buscam trabalho sem o encontrar, tornou-se evidente que o flagelo social do desemprego atinge proporções preocupantes, não só pela quantidade como pela profundidade do drama que, a não ser encarado com medidas urgentes, poderá ter desenvolvimentos imprevisíveis.»

«É neste quadro — recorda o documento — que surge a inoportuna medida do IIEFP de não realizar este ano os programas "POC", que, não constituindo medida estruturante para a promoção do emprego, tem proporcionado o desenvolvimento de algumas actividades e tarefas de outro modo não realizadas e, durante nove meses, subsidiar desempregados em maiores dificuldades.»

E acrescenta: «Numa altura em que vão começar a entrar no país dois milhões e meio de contos por dia, não é concebível manter em situação de extrema penúria centenas e centenas de famílias.»

Finalmente o documento reclama «a adopção urgente de medidas de emergência, nomeadamente o retomar dos programas POC e outras, sem o que nos veremos compelidos a apelar à solidariedade internacional.»

**Carreira Marques,
presidente
da CM de Beja**

**A situação
é de calamidade
pública**



**Carreira Marques,
presidente da Câmara
Municipal de Beja,
afirmou-nos que as
consequências do
desemprego no Distrito**

configuram um drama cuja urgência não é de meses ou dias, mas de horas. «Há quem já peça, pessoalmente, aos autarcas um conto de réis para dar de comer à família», exemplificou, acrescentando: «a situação é de absoluto desespero, como o testemunham a CARITAS e o Governo Civil». E defende para a zona uma política de excepção.

Falando connosco ao telefone, Carreira Marques recordou que a crise que grassa pelo Alentejo atinge já a incrível taxa de mais de 20% de desemprego. A destruição da Reforma Agrária, o regresso do absentismo nos campos e o encerramento em cadeia de unidades industriais são, no Distrito de Beja, expoentes dramáticos da crise socioeconómica que aflige o País.

«As pessoas já aparecem na Câmara a pedir, em conversa reservada com os autarcas, um conto de réis para alimentar a família no próprio dia», afirmou-nos Carreira Marques, o que ilustra bem «o desespero duma população tradicionalmente avessa a expor a miséria ou a recorrer ao peditório».

O dramatismo da crise no Distrito de Beja «é reconhecido pela CARITAS e pelo Governo Civil, que já lançam alertas públicos», configurando «uma situação de emergência a que urge responder sem demora», sublinhou-nos o presidente da Câmara Municipal de Beja, que aqui fez uma separação de águas: «Trata-se de uma situação pontual de fome e miséria efectiva, a que urge dar resposta imediata, num quadro de calamidade pública. As medidas estruturais de que o Alentejo continua à espera, mantêm-se a montante do problema».

A suspensão dos Programas Ocupacionais (POC) decidida este ano pelo Governo veio agravar a situação. «Trata-se de Programas promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional para desempregados de longa duração - recordou Carreira Marques. - Funcionam de 1 de Março a 31 de Outubro, mas este ano o Governo suspendeu-os, colocando, ao mesmo tempo, desempregados subsidiados em número inferior ao solicitado pelas diversas instituições». E acrescentou:

«Perante o dramatismo da situação, é urgentíssimo que o Governo reponha este ou qualquer outro programa, porque estamos a falar de fome efectiva. A urgência não se mede por dias, mas por horas, e a decisão de prestar auxílio se for tomada hoje, é diferente de ser tomada amanhã, pois hoje já permitirá que numerosas famílias possam comer».

Entretanto, «é necessária uma política de excepção que atraia o investimento e a fixação de empresas e actividades industriais, como já se fez para outras zonas do País. O Governo conhece a gravidade da situação e sabe das medidas que deve tomar», considerou Carreira Marques, afirmando: «Nós, autarquias, temos vindo a promover o associativismo empresarial e o desenvolvimento universitário, mas isso não chega, o Governo tem de dar incentivos fiscais e outros que atraiam e fixem os investidores. Não pode limitar-se a chegar aqui com discursos neoliberais, como ainda há dias aconteceu na OVI-BEJA, dizendo disparates do género «são os mercados que vão ditar o que vamos produzir», o que só não desencadeou o risco geral porque a situação não tem mesmo graça nenhuma. E frisou: «Os problemas do Distrito de Beja e do Alentejo não se resolvem com discursos, mas com investimento e a colaboração de todos.»

■ António
Orcinha
Membro
do Conselho
Nacional do PCP

O plano hidrológico espanhol

Há longo tempo que Espanha tem em preparação o seu Plano Hidrológico Nacional (PHEN). Com ele pretende fazer uma obra colossal, desviando água de onde a tem em excesso para onde sofre de carência e seca.

Esse projecto representa, em resumo, transferência de caudais do Douro para o Tejo e deste para o Guadiana.

Entretanto, tornou-se público o modo perfeitamente insatisfatório como este processo se está a desenrolar. Há interesses vitais portugueses que não estão a ser salvaguardados. Há reacções e pedidos de esclarecimento pertinentes, mas as respostas são o silêncio do Governo.

O Governo Cavaco Silva e a maioria do PSD nem confrontados com as notícias na comunicação social e com as iniciativas na Assembleia da República vêm ao terreno debater o problema ou trazer informações.

No dia 19 de Janeiro de 1993, o Grupo Parlamentar de «Os Verdes», procurando obter informações, fez um requerimento ao Governo.

Em 30 de Janeiro de 1993, fez uma declaração política exigindo ao Governo português o assumir das suas responsabilidades.

O PSD recusou também um debate no plenário da Assembleia da República com a presença do Governo, tendo por objectivo, e a propósito do Plano Hidrológico Espanhol, debater a situação dos recursos hídricos em Portugal e as grandes opções que se colocam.

Em 26 de Fevereiro de 1993, o Grupo Parlamentar do PCP fez um requerimento, que requeria ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, os seguintes esclarecimentos:

a) Tem o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais conhecimento do Plano Hidrológico Espanhol?

b) Entende o MARN que tal plano colide com o convénio existente entre o Estado português e o espanhol sobre o aproveitamento em comum dos rios fronteiriços e que pode ter repercussões negativas nos caudais que correm em território nacional e, com consequências nos nossos aproveitamentos hidroeléctricos e na construção futura de albufeiras?

c) Que medidas ou diligências tem o Governo em curso junto do governo espanhol sobre o Plano Hidrológico citado?

d) Tem o Governo em estudo ou em curso de elaboração algum Plano Hidrológico para Portugal?

e) Quais são as barragens que se prevêem iniciar-se a construir até ao final da década?

f) Que medidas pensa o Governo esperar para fazer face ao segundo ano de seca?

g) Para quando uma política da água em Portugal?

A este requerimento também o Governo não passou «Cavaco».

Em Junho de 1993, o Partido Ecologista «Os Verdes» avançou uma iniciativa legislativa, que era a criação de uma comissão nacional de caudais entre bacias hidrográficas, referindo-se aos rios Douro, Tejo e Guadiana.

Apesar do grande «chifrim» feito através dos órgãos de comunicação social nacional e regional e das várias iniciativas junto do Governo e na Assembleia da República, o Governo português tem continuado a impor a sua prática de impedir a livre informação e a discussão públicas das grandes questões nacionais.

No debate realizado em meados do ano passado na Assembleia da República, o PCP, através do deputado Luís Peixoto, questionava e exigia ao Governo explicações.

A dimensão do empreendimento que a Espanha se propõe fazer justificava há muito que o Governo português viesse à Assembleia da República prestar informações das consequências para Portugal do Plano Hidrológico Espanhol. Das contrapartidas que o Governo português entende deverem ser negociadas caso não se concluisse pela impossibilidade, à luz do direito internacional ou por justificação técnica haver interesse de impedir tal Plano.

O Plano Hidrológico Espanhol coloca-nos perto de três grandes questões:

Primeira questão: Saber quais as consequências da redução de 7% dos actuais caudais do Douro que chegam a Portugal, particularmente no que se refere à produção de energia eléctrica (alguns especialistas apontam uma redução de 2% da capacidade de produção e

aproveitamentos hidroeléctricos constituídos pelo lado português.

Tejo e Douro

Segunda questão: Tem a ver e é porventura a mais perigosa, com o desvio dos caudais do Tejo num volume tal que poderão ser afectados de uma forma bastante mais ampla de que no Douro os recursos disponíveis no lado português.

Terceira questão: Pretende-se com a necessidade de se saber qual a valorização da componente hidroeléctrica do Alqueva e das contraparticipações que se vão reclamar de Espanha pela utilização de Alqueva, e do troço português do Guadiana para reforço dos caudais do Chança e consequente solução da necessidade de água do sul de Espanha.

Contudo, Espanha não poderá evidentemente pôr em prática o seu Plano sem negociar com Portugal.

Os elevados volumes de água que presentemente afluem à fronteira portuguesa, são suficientemente importantes e estratégicos para que o nosso país, para que o Governo português não deixe de considerar esta questão como uma questão central nas relações luso-espanholas.

Em torno do Plano Hidrológico Espanhol têm-se levantado muito as questões do Douro e do Guadiana, do norte e do sul de Espanha, mas o Tejo aparece como esquecido ou pelo menos (menos lembrado).

Para tornar mais saliente a importância do rio Tejo e as nossas preocupações com as consequências da aplicação de um tal Plano. A Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP, em colaboração com os deputados do PCP no Parlamento Europeu, promoveu no passado dia 5 de Abril uma importante iniciativa sobre o Plano Hidrológico Espanhol e a sua relação com o Tejo.

Tratou-se de uma acção de sensibilização, informação e debate sobre os problemas do Tejo, o estado ecológico da sua rede, a regularização e possível navegabilidade, bem como as implicações da aplicação do Plano Hidrológico Espanhol.

A iniciativa contou com a participação de Luís Peixoto, deputado do PCP à Assembleia da República, Sérgio Ribeiro deputado do PCP e de novo candidato ao Parlamento Europeu, e a convite deste a deputada espanhola Laura Gonzalez.

Foram envolvidas na colaboração as Organizações Concelhias do PCP e as Câmaras Municipais de Constância, Golegã, Chamusca e Junta de Freguesia de Pernes, outros eleitos da CDU, membros da Coli-

gação CDU, dirigentes de forças locais, regionais e um número muito significativo dos órgãos da Comunicação Social Local.

Foram sete o conjunto das iniciativas que completaram o programa da visita/debate, que tendo início em Pernes aproveitando para debater também um problema do Alviela como foi e bem referido por Sérgio Ribeiro «todas as oportunidades são boas para lembrar as questões do rio Alviela».

Em Torres Novas, junto ao rio Almonda trocaram-se impressões sobre o estado da sua água e os problemas mais preocupantes. José Ribeiro Sineiro, membro da Associação de Defesa do Património, o vereador, da CDU, Carlos Tomé e outros dirigentes locais do PCP fizeram o ponto da situação, dizendo que a situação do rio Almonda se encontra numa «situação mais favorável», algumas medidas que

foram tomadas, um ano mais chuvoso, mas sobretudo o encerramento de unidades industriais levou à melhoria do rio. No entanto outros perigos se avizinham, que é preciso não descansar, com referia Sérgio Ribeiro: «Estes problemas ambientais têm que ser acompanhados momento a momento».

Em Tomar, no Mouchão junto ao rio Nabão foi o encontro com os dirigentes locais, os eleitos da CDU e os órgãos da comunicação social.

Em Constância, no salão da Câmara Municipal, foi organizada a recepção com a presença do executivo da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal, feito o ponto da situação acerca das questões da foz do Zêzere e do seu aproveitamento turístico, do Tejo e das implicações se com a aplicação do Plano Hidrológico Espanhol o seu caudal for afectado em quantidade e qualidade.

Na Câmara Municipal da Golegã foi um encontro com um bom acolhimento do executivo da Câmara, rodeado do Presidente da Junta de Freguesia, Presidente da Assembleia Municipal e vários técnicos e dirigentes ligados aos Serviços, Agricultura, Direcção Regional do Ambiente, Reserva Natural do Paul do Boquilobo. As preocupações levantadas foram muitas e particularmente aquelas que se prendem com o Tejo e um vasto conjunto de projectos que poderão ser postos em causa, caso o Tejo venha a ser afectado com o Plano Hidrológico Espanhol.

No concelho da Chamusca, a Câmara Municipal, optou por organizar o encontro na bela localidade ribeirinha do Arripiado, onde decorreu também o jantar que, de uma forma bem acolhedora e muito simpática foi servido na colectividade local. Aqui também o Plano Hidrológico Espanhol e uma possível modificação do caudal do rio e a pioria da qualidade da água, pôe em causa o Plano de Recuperação desta localidade e do seu aproveitamento.

O debate final foi organizado na cidade de Santarém, na Sala de Leitura Bernardo Santareno. Na mesa, presidida por António Orcinha, estavam Sérgio Ribeiro, deputado do PCP ao Parlamento Europeu, Laura Gonzalez, deputada ao Parlamento Europeu e membro do

Partido Comunista Espanhol, Luís Peixoto, deputado à Assembleia da República e membro da DORSA do PCP, e Eugénio Pisco, membro do Comité Central e da DORSA do PCP e responsável pela Organização Concelhia de Santarém.

Preocupações

Após um breve balanço do trabalho realizado durante todo o dia, as informações, as preocupações e as opiniões manifestadas, foi lançado o debate com a intervenção da deputada Laura Gonzalez.

A apreciação e as preocupações coincidem, a falta de informação e debate, quer do Governo português, quer do Governo espanhol parecem ser uma orientação concertada.

Um gigantesco projecto que também em Espanha não tem um estudo global do impacto ambiental e suas consequências, o Plano Hidrológico Espanhol conta com grande oposição dos grupos ecologistas espanhóis.

Laura Gonzalez classificou este Plano como um «Plano» para servir os grandes construtores civis (só no rio Tejo e afluentes são 17 barragens), também satisfazer interesses dos Bancos que vão financiar as obras.

Luís Peixoto alertou para os perigos que o Tejo corre, a água que os espanhóis necessitam é fundamentalmente para o abastecimento de Madrid e do sul de Espanha. As consequências para o rio Tejo são, no essencial, um caudal mais diminuído.

Nós estaremos apenas dependentes do interesse que os espanhóis tenham na exploração hidroeléctrica das barragens do rio Tejo são, tudo indica que um processo de privatização em Espanha também faça diminuir esse interesse, ou seja eles, possivelmente, irão transferir para outros caudais o interesse eléctrico e vão deixar de se interessar na manutenção destas barragens. Isto significa que assim que os espanhóis não tiverem interesses nas barragens dos rios que desaguam em Portugal eles são livres de transferir a maior parte da água para onde precisam dela.

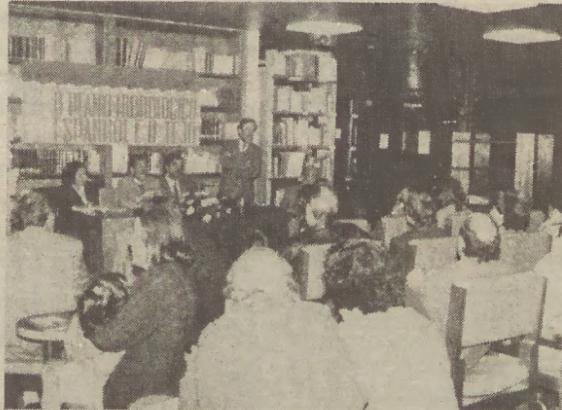
Sérgio Ribeiro refere que a situação ainda é mais preocupante quando olhamos o quadro comunitário de apoio e verificamos que há um total esquecimento das chamadas vias de transporte fluvial.

É preciso, particularmente neste Distrito, falar, discutir, reivindicar para despertarmos o Governo para situações importantes e urgentes.

O estado espanhol tem os seus interesses e a nós o que nos preocupa é a demissão do Estado português acerca destes problemas.

Do conjunto de intervenções do debate ressaltaram as preocupações e era assinalado o interesse deste trabalho ser continuado. Foi igualmente proposto que o PCP com o seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República e os deputados ao Parlamento Europeu prossiga com iniciativas.

Ao nível europeu poderão ser encaradas também iniciativas conjuntas com outros sectores, nomeadamente com os espanhóis e com a própria deputada presente neste debate.



A DOR Santarém promoveu um conjunto de iniciativas sobre o Plano Hidrológico Espanhol, a última das quais foi um debate na Sala de Leitura Bernardo Santareno, cuja mesa foi presidida por António Orcinha, membro do Conselho Nacional do PCP e responsável pela Organização Regional.

Total desinteresse do Governo português?

Ou acordo secreto entre o Governo português e o governo espanhol?

O PCP e a luta clandestina

O debate realizado na semana passada, no C.T. Vitória, sobre o PCP e a luta clandestina, inserido no ciclo promovido pelo Sector Intelectual da ORL do PCP, tinha na mesa os camaradas Helena Medina, do Executivo da DORL e do CC, que moderou o colóquio, Carlos Aboim Inglês, da Comissão Central de Controlo do CC, que fez a intervenção introdutória, Aurélio Santos e Sérgio Vilarigues, da C.C. Controlo, António Gervásio, do Conselho Nacional, José Ernesto Cartaxo, do CC, e Ivone Dias Lourenço, da Redacção do "Avante!".

O camarada Aboim Inglês iniciou a sua intervenção frisando que não se tratava de fazer a história dos 48 anos e da experiência de clandestinidade de milhares de camaradas, mas sim olhar globalmente a vida do PCP, com os olhos na actualidade, procurar tirar algumas ideias fundamentais sobre o significado da clandestinidade no nosso Partido e para o nosso Povo. E desenvolveu em seguida uma primeira ideia: **a clandestinidade não foi um posto, a clandestinidade foi uma necessidade derivada da existência de um regime fascista. O único Partido que conseguiu adaptar-se e forjar condições para responder à necessidade de continuar a luta pelos interesses do povo - foi o PCP**. A isto não é estranho o facto de o PCP ser o Partido da classe operária.

Desde logo uma outra ideia essencial se extrai: **a clandestinidade não foi um fim em si, mas um meio para chegar às massas; a clandestinidade não era possível sem uma ampla ligação às massas**. É grande obra e mérito deste Partido, rigorosamente clandestino, ter sabido aliar a estrita e rigorosa clandestinidade e um núcleo reduzido à mais ampla e diversificada ligação às massas, ter conseguido sobreviver e ser uma grande força animadora da resistência, da luta e organização, aproveitando todas as vias e formas, fortalecendo-as, ligando-se às massas e delas também recebendo apoio.

O camarada referiu ainda o que, em sua opinião, constituiu outro mérito do Partido e em grande medida dos poucos milhares de membros com que o PCP contava quando veio o 25 de Abril - o ter sabido, num curto espaço de tempo, transformar esse Partido, que 48 anos tinha lutado na clandestinidade mais rigorosa, num larguíssimo Partido de massas.

António Gervásio falou sobre a Luta e resistência do proletariado agrícola do Sul contra o fascismo. E começou por afirmar: "O proletariado agrícola do Sul (refiro-me sobretudo ao Alentejo) foi um dos grandes bastiões da resistência contra a ditadura fascista, uma resistência que foi crescendo de forma organizada a partir dos anos de 40 até à Revolução de Abril.

"A luta dos assalariados agrícolas contém muitos ensinamentos e um deles, é que, **quanto mais forte for a organização do Partido, mais forte e segura é também a luta dos trabalhadores e das populações**.

"A seguir a 1950 até ao derrube da ditadura fascista, poucos eram as localidades mais expressivas nos campos do Sul que não tivessem organização ou ligação ao Partido."

E mais à frente, depois de se referir às várias fases da luta durante ao longo das décadas e do papel determinante do Partido em cada uma delas, desde a constituição das comissões de unidade, das reuniões e plenários de trabalhadores e dos comités de greve até às reivindicações do trabalho garantido, do salário mínimo e do horário das oito horas para o campo, o camarada recordou:

"A luta desenvolve-se. As 8 horas passaram para a primeira linha. Realizaram-se centenas de reuniões e plenários pelos campos do Sul. Criou-se uma rede de comissões de unidade a nível dos concelhos, distritos e uma regional. Entretanto, surge a R.P.L. que teve um papel muito importante no esclarecimento. Milhares de pessoas compraram rádios para ouvir a RPL. O silêncio fascista foi de certo modo quebrado. A luta das 8 horas ganha uma extraordinária adesão. **Estavam maduras as condições para arrancar para a sua conquista**.

No início de 1962, o nosso Partido lançou a palavra de ordem nas suas organizações camponesas e no jornal "O Camponês" apelando aos trabalhadores agrícolas do Sul.

No dia 1º de Maio de 1962 ninguém trabalha mais que as 8 horas no campo! O apelo teve uma adesão massiva e determi-

nante. O movimento das 8 horas galopa de rancho em rancho, de terra em terra, com as suas comissões de unidade, espalhando-se por todo o Sul, abarcando cerca de 200 mil trabalhadores. Muitos ranchos de fora aderiram à luta e outras abalaram.

Pela 1ª vez, na história de Portugal, os trabalhadores agrícolas conquistaram as 8 horas no campo.

Fizeram muitas prisões e espancamentos, mas o movimento de massas era mais forte e venceu!"

E fez questão de sublinhar:

"Na sua resistência, os trabalhadores agrícolas sempre procuraram associar a luta reivindicativa económica à luta política contra o fascismo, contra a repressão, contra a guerra colonial, pela Paz, pela democracia, pela Reforma Agrária e o fim dos latifúndios. Aliás, a conquista das 8 horas no campo foi uma grande luta política."

E, já no fim da sua intervenção, afirmou:

"A R.A. está na sequência do processo de transformação democrática aberto com a Revolução de Abril. Está na sequência da luta que vinha de trás. A R.A. sendo uma conquista da revolução, ela é também uma realização histórica em que os trabalhadores agrícolas do Sul são os seus principais aboimados."

José Ernesto Cartaxo referiu as lutas dos trabalhadores particularmente na década de 60 e 1ª fase de 70, e o seu contributo de capital importância para o derrube do regime fascista, e a importância de em 1968 terem sido eleitas um conjunto considerável de Direcções Sindicais da confiança dos trabalhadores, o que levou à criação, em 1/10/70 da Intersindical.

Destacou ainda o papel do Partido na luta pela unidade do movimento sindical, pela independência em relação aos partidos, patronato e governo, pelo seu carácter revolucionário, aliás questões já defendidas pelo Partido em 1946.

Nas vésperas do 25 de Abril, referiu José Ernesto Cartaxo, registava-se um poderoso ascenso da luta em torno das reivindicações.

Nos 4 meses que antecederam o 25 de Abril, encontravam-se em luta 100 000 trabalhadores, 60 000 em greves e paralisações, como por exemplo a Sorefame, Cabos Ávila, a Mague, e muitas outras.

Ivone Dias Lourenço falou em seguida sobre o papel das mulheres na luta clandestina e em particular em duas estruturas essenciais: nas tipografias e noutras estruturas técnicas, e nas casas clandestinas - "as camaradas das casas do Partido", salientando o seu espírito de sacrifício, dedicação, disciplina; o arrotar com a separação da família e dos filhos; o isolamento, o desconforto e por vezes fome; o engenho e arte necessários para aparentar uma vida normal, sem deslizes conspirativos que pusessem em perigo os camaradas e as instalações; a capacidade de atenção e vigilância; a capacidade para suportar a ansiedade - dias seguidos sem saber se o companheiro estava vivo ou não, se estava preso ou livre, se a polícia ia ou não entrar em casa... Isto mês após mês, ano após ano.

Mais adiante referiu-se às mulheres que voltaram da clandestinidade depois da Revolução de Abril e que tomaram, no geral, o seu lugar, orgulhosamente, em novas tarefas - como se sabe, algumas tão aparentemente modestas como as que antes tinham tido.

Ivone tinha começado a sua intervenção colocando o que na sua opinião constituíram os grandes motivos pelos quais as mulheres foram para a clandestinidade: por um "empurrão" da vida, pela luta; por convicção prévia e consciência política; por razões afectivas, pelo companheiro, e ainda quis sublinhar outra razão que, em sua opinião também pesou: "pela sedução do homem comunista".

Aurélio Santos interveio sobre o papel dos intelectuais afirmando que no relacionamento do PCP com os intelectuais, no período da clandestinidade, podem considerar-se dois aspectos principais: por um lado, as formas que tomaram neste sector, preocupações gerais do Partido na clandestinidade, como sejam a ligação às camadas mais activas da sociedade portuguesa e sua mobilização e participação na luta antifascista; por outro lado, as contribuições específicas dos intelectuais para a configuração tomada pela democracia portuguesa.

Além das referências aos importantes apoios dados por muitos intelectuais às actividades clandestinas do Partido, desde a participação pessoal na clandestinidade (como Soeiro Pereira



Gomes e Dias Coelho), à luta contra a repressão e em apoio dos presos políticos (designadamente por parte de muitos advogados e médicos), foi em especial destacado o papel dos intelectuais na luta contra o obscurantismo, uma das mais odiosas armas do regime fascista. Nas suas actividades e obras, muitas vezes afrontando e sofrendo a repressão (o caso do livro "Quando os Lobos Uivam" é exemplar), os intelectuais deram inestimável contribuição para a difusão e dimensão de massas que tomou no nosso país a denúncia dos comportamentos fascistas e reaccionários e das injustiças sociais, a crítica da sociedade capitalista e a manutenção da esperança e do valor da intervenção dos homens para construir o seu futuro. Para essa contribuição - foi sublinhado - teve uma importância decisiva o alcance, a influência e o prestígio da acção do PCP na sociedade portuguesa, como principal força que combatia a opressão e o obscurantismo fascista, bem como a sua presença orgânica efectiva na sociedade, inclusive entre os intelectuais, o que lhe permitia um contacto pessoal e uma acção comum e unitária de muitos intelectuais com os comunistas. "Isso explica por que muitos intelectuais assumiram concepções nossas, como uma visão social e ética da vida e da acção política, e das lutas e conquistas sociais como expressão e dimensão necessária da democracia.

Sérgio Vilarigues, o último camarada a intervir, começou assim:

"Alguns dizem que o 25 de Abril nasceu... deu-se... Eu creio que nada nasce sem gestação, muitas vezes difícil e dolorosa. E não é possível resumir em poucas linhas a imensidão de questões abordadas sob a forma de histórias verdadeiras, deliciosos testemunhos vivos da luta e do Partido.

"Para um Partido revolucionário nas condições de uma estreita clandestinidade poder influir politicamente nas massas, precisa possuir organização partidária minimamente estruturada que seja capaz de distribuir os seus militantes pelos locais onde se encontram as massas e de fomentar e criar, por sua vez, formas de organização extrapartidárias, unitárias, capazes de influenciar e guiar as massas na luta por objectivos parciais concretos, imediatos, sejam de que carácter forem. Mas não só isso, precisa também de criar e manter uma imprensa revolucionária para transmitir às massas as orientações necessárias às suas lutas e as experiências das mesmas com vista a armá-las melhor para os combates futuros."

Foi o que o PCP sempre procurou fazer através de toda a sua história, especialmente a partir da reorganização de 1940-41, continuou assim Sérgio Vilarigues que sublinhou:

"O PCP não se limitava a proclamar a necessidade da existência de uma imprensa sem a mordada da Censura e de outros meios de propaganda e agitação incluindo Rádio - agia, criado-os."

E salientou em seguida:

"Em qualquer situação e momento um partido revolucionário da classe operária e dos trabalhadores como é o PCP tem de procurar estar sempre sobre os acontecimentos para estar em condições de imprimir uma direcção, o acompanhamento e o desenvolvimento dos mesmos, encontrar respostas prontas e correctas para os problemas que a vida coloca em cada momento dado, quer de organização, quer políticos e de direcção."

E referiu muitos exemplos vivos. Em 5 de Novembro de 1941, os operários têxteis da Covilhã lançam-se na greve e realizam manifestações de rua pela satisfação das suas justas reivindicações, apoiados pela população. Imediatamente sobre o acontecimento, a Direcção do Partido fez seguir para a Covilhã um membro do Secretariado do CC para contactar a organização local do Partido, transmitir-lhe o seu apoio total e orientações, assim como aos trabalhadores por meio de exemplares de um pequeno manifesto de que era portador (Avante nº 4 - VI Série de Novembro 1941).

As greves de 8 e 9 de Maio de 1944, novamente na região de Lisboa, com maior incidência no Baixo Ribatejo e na zona salaia, foram cuidadosamente preparadas e organizadas com todos os pormenores pela Direcção do Partido com alguma antecedência. Foi criado um comité de greve dirigente composto por quadros destacados do Partido, entre eles 3 membros efectivos do CC e um suplente em contacto directo e diário com o Secretariado do CC.

Nas mil e uma lutas que iam tendo lugar, não apenas nos anos 40 até Abril de 1974, mas também nos anos 30, em praticamente todas elas o PCP esteve presente, numas com mais força e até muitas vezes só, como força política, noutras com menos força, mas sempre presente.

QUEM SÃO

Foi apresentada na semana passada a lista completa dos candidatos da CDU - Coligação Democrática Unitária - às próximas eleições para Parlamento Europeu a realizar a 12 de Junho, tal como o «Avante!» teve oportunidade de noticiar. Anunciado foi também o mandatário nacional da candidatura, o actual deputado europeu, José Barata-Moura. São algumas notas biográficas dos 25 candidatos efectivos e oito suplentes, bem como do mandatário nacional, que agora se divulgam.

Breves notas biográficas

EFFECTIVOS

1º - LUÍS SÁ — 42 anos. Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa. Mestre em Ciência Política. Militante do PCP desde Junho de 1974. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Deputado à Assembleia da República, eleito pelo Círculo Eleitoral do Porto, onde é membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus e da Comissão de Administração do Território, Poder Local, Ambiente e Equipamento Social. Foi membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Foi membro da Comissão Nacional de Eleições entre 1977 e 1987. Autor de, entre outros, "Soberania e Integração na CEE", "Regiões Administrativas - o Poder Local que falta", "Introdução à Teoria do Estado", "O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político" (no prelo).

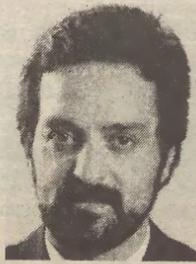
2º - JOAQUIM MIRANDA DA SILVA — 43 anos. Economista. Membro do Comité Central do PCP. Ex-Vereador da Câmara Municipal de Portalegre. Ex-Membro da Assembleia Municipal de Portalegre. Deputado à Assembleia da República entre 1980 e 1986. Membro das Delegações Parlamentares Portuguesas no Conselho da Europa, União Interparlamentar e EFTA. Deputado ao Parlamento Europeu desde 1986. Vice-Presidente do Grupo Comunista e Afins entre 1986 e 1989 e Vice-Presidente do Grupo Coligação de Esquerda a partir de Outubro de 1990. Presidente do Grupo Coligação de Esquerda desde Março de 1993. No Parlamento Europeu é Membro Efectivo da Comissão dos Orçamentos; Membro Suplente da Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação; Membro Suplente da Sub-Comissão de Segurança da Comissão dos Assuntos Externos e da Segurança. Foi Membro da Comissão Delors II. Membro Efectivo do Parlamento Europeu na Assembleia Paritária do Acordo celebrado entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Económica Europeia (ACP/CEE).

3º - SÉRGIO RIBEIRO — 58 anos. Professor Universitário. Doutor em Economia. Assessor do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Militante do PCP. Deputado do PCP no Parlamento Europeu, sendo Membro Efectivo da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, Membro Suplente da Comissão dos Direitos da Mulher, Membro do Inter-Grupo do Parlamento Europeu para as Questões de Timor-Leste. Foi membro das Assembleias Municipais da Amadora e de Ourém. Foi Deputado na Assembleia da República. Foi Consultor Chefe de Missão do BIT/OIT em Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e outros países africanos. Foi Director Geral do Emprego. Fundador do Conselho Português para a Paz e Cooperação (a cuja presidência pertence). Dirigente associativo em colectividades culturais, desportivas e de solidariedade. É colaborador e foi responsável pela secção de Economia em jornais e revistas. Foi co-proprietário e editor responsável da Prelo Editora. Foi co-director do Notícias da Amadora. Foi candidato CDE (1969). Foi árbitro de vários sindicatos. Tem vários livros publicados, nomeadamente sobre a integração europeia.

4º - ISABEL CASTRO — 39 anos. Bancária. Frequência dos Cursos de Psicologia e de Antropologia Social. Dirigente do Partido Ecologista "Os Verdes". É membro do Conselho Nacional e da Comissão Executiva desde 1985. Responsável pelas Relações Internacionais. Eleita em 1989 para o Secretariado da Coordenadora do PEV, cargo que exerceu até 1991. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa desde 1989; reeleita em 1993. Deputada à Assembleia da República pelo Círculo Eleitoral de Lisboa em 1991. Membro do Conselho de Administração da Assembleia da República. Membro das Comissões Parlamentares de Educação; Assuntos Europeus; Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

5º - HONÓRIO NOVO — 43 anos. Licenciado em Engenharia Electrotécnica. É professor efectivo, leccionando no Colégio de Gaia (Trancoso) e na Escola Secundária Infante D. Henrique (Porto). É militante do PCP desde 1976. Foi membro do Organismo de Direcção do Sector Intelectual da Organização Regional do Porto. É membro do Conselho Regional da Organização Regional do Porto do PCP, do Secretariado e do Executivo da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP. É desde Abril de 1990 Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, tendo sido o cabeça de lista da CDU nas eleições autárquicas em 1993. Enquanto estudante, participou nas crises académicas de 1969 (Coimbra) e 1971 (Porto), tendo sido Presidente da Direcção do Coral de Letras da Universidade do Porto. Foi Presidente da Direcção do TEP-Teatro Experimental do Porto e durante vários anos membro da Comissão Coordenadora das Comemorações Populares do 25 de Abril no Porto.

6º - AMÉLIA PARDAL — 29 anos. Licenciada em História. É militante da JCP. Membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP. É Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Juventude. Foi membro da Direcção do CNJ entre 1990 e 1992. Foi membro da Direcção da Associação



Luís Sá



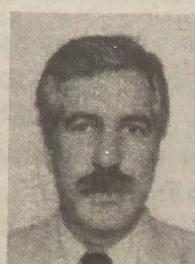
Joaquim Miranda S.



Sérgio Ribeiro



Isabel Castro



Honório Novo



Amélia Pardal



Maria Carmo Tavares



Carlos Fraião



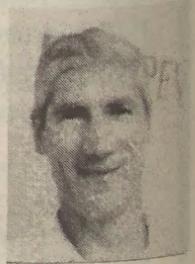
Domingos Lopes



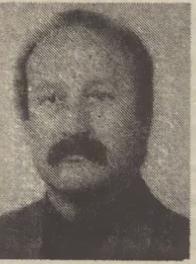
Carlos Amaro



Manuela Cunha



José Cruz



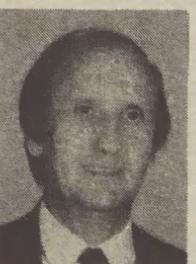
Manuel Camacho



Dulce Rebelo



Rui Nepomuceno



Carlos Vale



Virgílio Alves



Heloísa Apolónia

ção de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa entre 1987 e 1989. Foi membro do Senado Universitário e da Assembleia da Universidade de Lisboa. Foi dirigente associativa na Escola Secundária D. Pedro V entre 1980 e 1982.

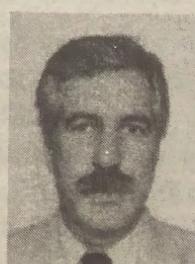
7º - ALICE VIEIRA — 50 anos. Jornalista. Licenciada em Filosofia. Escritora. Membro do PCP. Candidata às Eleições para a Assembleia da República em 1991. Autora de inúmeras publicações.

8º - BLASCO HUGO FERNANDES — 63 anos. Engenheiro. Presidente da Intervenção Democrática (ID) e membro da sua Comissão Política. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa, eleito pela Coligação "Com Lisboa", ex-Secretário da respectiva Mesa e Membro da sua Comissão Permanente para as Actividades Económicas. Dirigente nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação e do Movimento Português contra o Apartheid. Membro da Comissão Coordenadora Nacional da CDU. Pertenceu à Comissão de Homenagem ao General Humberto Delgado e da sua Comissão de Candidatura à Presidência da República. Vice-Presidente do Comité Internacional CILRECO (Paris) e membro do Forum para um Contrato de Geração Norte-Sul (Bruxelas). Foi membro do Gabinete do Ministro do Trabalho nos primeiros cinco Governos Provisórios. Foi Vogal da Comissão Nacional da FAO. Integrou Delegações Governamentais à OIT. Foi Vice-Director da Revista Seara Nova. Foi membro Comissão Nacional dos Congressos da Oposição Democrática (1969 e 1973) e integrou Comissões Arbitrais por parte de sindicatos. Foi Co-Coordenador dos Cadernos de Política Económica-Economia Política (PEEP) e dirigente da Cooperativa "Devir" (Lisboa). Foi candidato pela Oposição Democrática nas eleições para a Assembleia Nacional (1969 e 1973). Em 1989 foi candidato pela CDU ao Parlamento Europeu. Autor de vários livros, ensaios e artigos sobre temas económicos e sociopolíticos.

9º - ANTÓNIO FERRARIA — 46 anos. Agricultor. Independente. Presidente da Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria. Membro da Direc-



João Duarte



Fátima Garcia



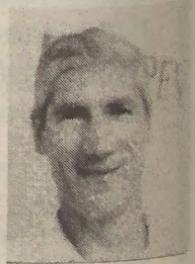
Francisco Almeida



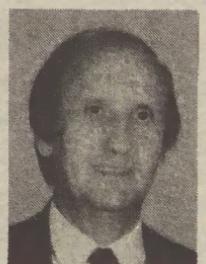
João Duarte



Fátima Garcia



Francisco Almeida



João Duarte



Fátima Garcia



Francisco Almeida



João Duarte



Fátima Garcia



Francisco Almeida

ção Nacional da Confederação Nacional dos Agricultores (CNA). Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria. Fundador e dirigente da Associação dos Agricultores da Serra e Norte Estremadura. Dinamizador da luta dos Agricultores do Distrito de Leiria. Foi membro da Assembleia Municipal de Porto de Mós.

10º - JOSÉ SARAMAGO — 71 anos. Escritor. Membro do PCP. Durante 12 anos desempenhou funções de Director Literário numa editora portuguesa. Fez crítica na Revista Seara Nova. Trabalhou no jornal "Diário de Lisboa", como comentador político, tendo também coordenado o suplemento cultural daquele periódico. Fez parte da primeira Direcção da Associação Portuguesa de Escritores. Foi Director-Adjunto do jornal "Diário de Notícias". Desde 1976 vive exclusivamente do que escreve. As suas obras estão traduzidas em várias línguas e recebeu os seguintes prémios literários: Associação de Críticos Portugueses (A Noite, 1979); Cidade de Lisboa (Levantado do Chão, 1980); Pen Club Português Município de Lisboa (Memorial do Convento, 1983); Pen Club Português, Prémio D. Diniz da Casa de Mateus e Prémio da Crítica do Centro Português da AICL (O Ano da Morte de Ricardo Reis); etc.

11º - RUI NAMORADO ROSA — 53 anos. Docente e Investigador Universitário. Doutorada pela Universidade de Oxford, é especialista em Física Aplicada nos domínios da Energia, Ambiente e Materiais. Militante do PCP desde 1962. Membro das Comissões do PCP para o Ensino Superior e para as Questões de Ciência e Tecnologia. Membro do Conselho Nacional de Educação, Vice-Reitor e Professor Catedrático da Universidade de Évora e Professor Convidado da Universidade Técnica de Lisboa. É membro do Conselho de Redacção da Revista Vértice e foi membro do Conselho de Redacção da Gazeta de Física. É membro de diversas sociedades científicas e associações profissionais nacionais e estrangeiras. Foi sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Física e da Organização dos Trabalhadores Científicos, tendo integrado os respectivos Órgãos Sociais. Foi Investigador da Junta de Energia Nuclear e Investigador-Coordenador do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial. É autor de mais de meia centena de trabalhos científicos e de outros vinte trabalhos de ensaio e divulgação publicados.

12º - MANUEL FREITAS — 45 anos. Afinador têxtil. Membro do Comité Central do PCP. Coordenador da Direcção Nacional da Federação dos Sindicatos Têxteis, Vestuários e Calçado. Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. É membro da Comissão de Acompanhamento da OIT do Vale do Ave e faz parte da CODDAVE. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Cooperativa de Construção e Habitação "Juntos Venceremos". Eleito dirigente sindical após o 25 de Abril de 1974. Foi Presidente da Assembleia Geral e da Direcção do Sindicato Têxtil do Porto. Foi eleito para o Secretariado da Inter-sindical no 1º Congresso em 1975, onde se mantém até hoje como dirigente. Fez parte da Representação da Intersindical em 1975 na Conferência da OIT.

Mandatário nacional

José Barata-Moura

45 anos. Professor Catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutor em Filosofia. Membro do PCP. Deputado do PCP no Parlamento Europeu desde Outubro de 1993, sendo Membro Efectivo da Comissão dos Transportes e Turismo, Membro Suplente da Comissão de Política Regional e da Comissão de Ambiente. Membro Efectivo da Delegação para as Relações com os Países da América Central e México e Membro do Inter-Grupo do Parlamento Europeu para as relações com Cuba. Foi Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa (1981-82). Pró-Reitor da Universidade de Lisboa (1990-93). Entre 1963 e 1987 actividade como autor, compositor e intérprete de canções políticas e de canções para crianças. Cerca de 20 discos editados; duas obras de literatura infantil. Vários livros editados no domínio da filosofia.



José Barata-Moura

Os candidatos CDU às eleições para o Parlamento Europeu



Alice Vieira



Blasco Hugo Fern.



António Ferrara



José Saramago



Rui Namorado Rosa



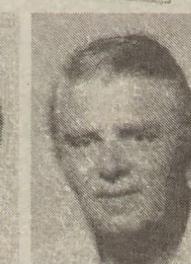
Manuel Freitas



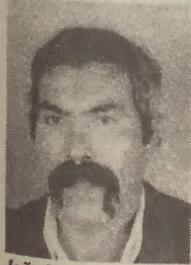
Alexandrino Saldanha



António Babo



Herberto Goulart



João Lopes



Óscar Jordão Pires



Manuela Silva

13º - ALEXANDRINO SALDANHA — 45 anos. Empregado bancário. Militante do PCP desde 1975. Membro do Executivo e do Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP. Foi candidato à Câmara Municipal de Lisboa pela Coligação "Com Lisboa". Foi Delegado Sindical e membro da Sub-Comissão de Trabalhadores da Dependência de Alvalade do Banco Português do Atlântico (1974-75). Foi Delegado Sindical e membro da Sub-Comissão de Trabalhadores da Dependência de Almirante Reis do BPA (1976-79). Membro da Comissão de Delegados do BPA e do Conselho Geral e Congresso do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas nos mandatos de 1978-82, 1982-85 e 1985-88. Foi candidato aos Corpos Gerentes do Sindicato dos Bancários pela Lista Unitária em 1982 e 1985. Foi Vice-Presidente da Direcção do Sindicato dos Bancários de 1988 a 1991 e de 1991 a 1994, eleito numa lista de convergência entre comunistas e socialistas. Candidato por uma lista de convergência entre comunistas e socialistas a Vice-Presidente da Mesa do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas para o mandato 1994-99.

14º - ANTÓNIO BABO — 42 anos. Advogado. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Militante do PCP desde 1977 e tem colaborado com os organismos do PCP em matéria de Direito Autárquico e Direito Urbanístico. Foi Mandatário das Listas da CDU nas eleições de 1989 e 1993 aos Órgãos Autárquicos do Concelho do Seixal. Participou enquanto estudante nos movimentos estudantil e associativo. Exerceu funções docentes na Faculdade de Direito de Lisboa de 1977 a 1982. Lecionou Direito Urbanístico nos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia Municipal das Faculdades de Engenharia da Universidade de Coimbra, Universidade de Évora e Universidade do Minho em 1988 e 1989 e na Pós-Graduação em Renovação Urbana do ISCTE. Tem estudos publicados em revistas nacionais, nomeadamente na revista Poder Local.

15º - HERBERTO GOULART — 59 anos. Economista. Membro da Comissão Directiva da Intervenção Democrática (ID), de que foi fundador em 1987. Representante da ID na Comissão Coordenadora Nacional da CDU. Fez parte da Comissão Executiva da CDE de Lisboa de 1970 até ao 25 de Abril de 1974. Foi candidato da CDE pelo Distrito de Lisboa nas eleições de 1973. Foi membro do Secretariado e da Comissão Política do MDP/CDE até 1987. Foi Vice-Presidente do MDP/CDE e candidato pelo Círculo de Lisboa nas eleições à Assembleia Constituinte e em sucessivas eleições para a Assembleia da República. Foi deputado na AR de 1980 a 1982. Tem exercido a actividade profissional como Quadro Superior ou Administrador em várias empresas (Cerâmicas Lusitânia, CUF, COPAM, CETEL, NORMA, COVINA e Serviços Municipalizados de Loures). Pertenceu à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures. Foi membro da Assembleia Municipal de Loures e Vereador em 1990 e 1991. É colaborador da Câmara Municipal de Loures junto da Presidência e representa-a em organismos de gestão de Fundos Comunitários.

16º - MARIA DO CARMO TAVARES — 46 anos. Analista química. Militante do PCP desde 1974. Membro do Comité Central do PCP. Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN desde 1977. Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores dos Químicos do Centro e Ilhas desde 1975. Dirigente da Federação dos Sindicatos da Indústria Química, Farmacéutica e Gás. Representante da CGTP em várias instituições públicas da Segurança Social (IGF, IEFS) e do Conselho Económico e Social. Pertenceu à Comissão Organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos em 1975. Fez parte em 1973 da Comissão Negociadora da 1ª Portaria dos Analistas.

17º - CARLOS FRAIÃO — 45 anos. Advogado estagiário. Membro do Comité Central e do Conselho Nacional do PCP. É eleito na Assembleia Municipal de Coimbra. É membro do Núcleo Redatorial de Coimbra da Revista Vértice e foi Secretário da sua Redacção entre 1971 e 1973. Foi Presidente do Coro Misto da Universidade de Coimbra em 1968/69 e 1969/70. Foi Presidente da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra em 1970/71. Foi fundador e membro da Direcção da Cooperativa Académica "Clepsidra". Integrou a Comissão Organizadora do 3º Congresso da Oposição Democrática e do seu Secretariado Nacional.

18º - DOMINGOS LOPES — 44 anos. Advogado. Militante do PCP desde 1973. Membro do Comité Central do PCP. É membro da Secção Internacional. Participou nas lutas estudantis de Coimbra nos anos de 1968/71. Em 1971 foi eleito para a Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra. Nesse mesmo ano foi preso pela PIDE e expulso da Universidade de Coimbra; de 1972 a 1974 participou no movimento associati-

vo e nas lutas estudantis em Lisboa. Participou activamente no MDP/CDE. Após o 25 de Abril foi eleito para a Direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, para o Conselho Directivo da mesma Faculdade e para o Senado Universitário. Foi membro da Direcção Nacional da União dos Estudantes Portugueses.

19º - CARLOS AMARO — 57 anos. Engenheiro Agrónomo. Militante do PCP. Membro da Comissão de Agricultura junto do Comité Central. É Técnico Superior do Instituto de Estruturas Agrárias e de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura. Foi membro da Comissão Central de Dinamização Agrícola. Foi Adjunto do Secretário de Estado do Fomento Agrário dos IV e V Governos Provisórios. Foi técnico representante do Ministério da Agricultura nas Comissões Arbitrais de Arrendamento Rural no Distrito de Lisboa. Foi co-responsável pelos estudos relativos ao sector agrícola no Plano Director Municipal de Santiago do Cacém, dos Planos Integrados de Desenvolvimento dos Distritos de Évora e Beja e do Estudo de Ordenamento do Litoral Alentejano. Tem colaboração dispersa em jornais e revistas sobre temas da política agrícola portuguesa e comunitária, assim como participação em debates e iniciativas diversas sobre os mesmos temas. Apresentou uma comunicação sobre "A Reforma Agrária em Portugal" num Curso-Seminário realizado na Universidade de Granada, integrada em recente publicação editada por esta Universidade. Foi candidato nas listas da CDU à Câmara Municipal de Oeiras nas eleições autárquicas de 1993. Foi dirigente associativo, estudantil e activista da Oposição Democrática.

20º - MANUELA CUNHA — 37 anos. Curso de Literatura da Sorbonne e de Animação Cultural tirado em França. Membro da Comissão Executiva do Partido Ecologista "Os Verdes" desde 1987. Membro da Presidência da Comissão Permanente dos Partidos Verdes da Europa Comunitária. Foi membro da Assembleia Municipal de Almeirim de 1985 a 1987. Fez parte do Conselho Nacional do MDM de 1986 a 1992. Teve grande participação no Movimento de Luta pelo Direito ao Aborto em França e nas lutas estudantis nesse país onde residia, assim como no Movimento Pacifista e Anti-Nuclearista Francês.

21º - JOSÉ CRUZ — 47 anos. Empregado bancário. É membro da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP. Foi Chefe de Redacção do Jornal do Algarve e correspondente de vários órgãos de comunicação social do Algarve. Desempenhou os cargos de 1º Secretário na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António e de Vereador na Câmara Municipal. Foi deputado na Assembleia da República.

22º - JOÃO LOPES — 44 anos. Marítimo. Membro da Comissão Nacional de Pescas junto do Comité Central do PCP. Membro da Assembleia Municipal do Concelho de Sesimbra. É Director da Mútua dos Pescadores. É membro do Conselho Directivo da Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas. Membro dos Conselhos Consultivos da Direcção Geral das Pescas e Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra. Membro do Secretariado para os Problemas do Porto de Pesca de Sesimbra. Foi dirigente da Colectividade Musical Sesimbrense. Foi Coordenador do Centro de Formação Profissional de Pesca de Sesimbra. Foi Presidente da Direcção da Cooperativa de Pesca "Direito ao Trabalho". Foi Presidente do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal. Foi Vogal ao Conselho Directivo da Junta Autónoma dos Portos de Setúbal e Sesimbra. Foi membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Seguradores.

23º - ÓSCAR JORDÃO PIRES — 55 anos. Advogado. Militante do PCP. É colaborador da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP para as Questões da CEE e problemas do Desenvolvimento Regional. Foi participante da Oposição Democrática. Participou nas movimentações estudantis de Coimbra em 1961, tendo sido preso na altura. Foi Vereador da Câmara Municipal de Guimarães entre 1976 e 1982. Foi várias vezes candidato à Assembleia da República. Foi candidato às eleições para o Parlamento Europeu em 1987 e 1989.

24º - MANUELA SILVA — 46 anos. Licenciada em História. Membro do Comité Central do PCP. Membro da Comissão Executiva da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP. É membro do Conselho Directivo da Escola C+S Fernando Pessoa de Santa Maria da Feira. Dirigente do Sindicato dos Professores do Norte, coordenando o Executivo Aveiro/Norte deste Sindicato. Foi militante da JUC e dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto. É membro da Direcção e do Conselho Nacional do MDM. Foi membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira entre 1976 e 1989. Cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira em 1989 e 1993. Várias vezes candidata à Assembleia da República pelo Círculo Eleitoral de Aveiro.

25º - MANUEL CAMACHO — 38 anos. Engenheiro Técnico Electrotécnico. Membro do Comité Central do PCP. Vereador da Câmara Municipal de Aljustrel. Presidente da Associação de Municípios do Distrito de Beja. Vice-Providor da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel. Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa do Pessoal das Minas de Aljustrel. Co-fundador do Grupo de Teatro Amador de Iniciação Teatral Aljustrelense.

SUPLENTE

1º - DULCE REBELO — 68 anos. Investigadora. Docente universitária. Vice-Presidente do Conselho Geral da Intervenção Democrática. Membro do Conselho Nacional do MDM. Integra as Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CDIM) em representação do MDM. Membro da Comissão Coordenadora Nacional da CDU. Foi membro fundador do Movimento de Educadores para a Paz. Integrou a Representação Portuguesa ao Congresso Mundial de Mulheres em 1975. Foi candidata à Assembleia da República pelo Círculo Eleitoral de Lisboa em 1987. É autora de vários livros e ensaios.

2º - RUI NEPOMUCENO — 57 anos. Advogado. Membro da Comissão Executiva da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP. Foi por diversas vezes candidato nas listas da CDU. Foi um dos 50 proponentes da lista CDE/Funchal em 1969. Foi colaborador do Jornal "O Comércio do Funchal". Foi membro do Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados. Foi Presidente do Clube de Futebol "União".

3º - CARLOS VALE — 59 anos. Gerente comercial. Militante do PCP desde 1961. Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP. É membro da Assembleia Municipal de Castelo Branco desde 1979. Membro da Direcção da Associação de Pais da Escola Secundária Amato Lusitano. Foi activista nas campanhas eleitorais de Arlindo Vicente e Humberto Delgado em 1958. Foi da Comissão de Apoio à Oposição Democrática em 1969; da Comissão Nacional do Congresso em Aveiro. Foi candidato pela Oposição Democrática em 1973. Foi sócio fundador do Desportivo de Castelo Branco, tendo sido seu Vice-Presidente entre 1969 e 1971; é actualmente membro da sua Assembleia Geral. Foi candidato à Assembleia Constituinte e diversas vezes candidato à Assembleia da República.

4º - VIRGÍLIO ALVES — 45 anos. Professor universitário. Engenheiro zootécnico. Membro da Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP. Membro do Senado Universitário da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Presidente da Zona Norte da Associação Portuguesa de Engenheiros Zootécnicos. Director Técnico do Conselho Agrícola do Distrito de Vila Real.

5º - HELOÍSA APOLÓNIA — 24 anos. Advogada estagiária. Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes". É eleita na Assembleia Municipal da Moita. Representa a Ecolojovem "Os Verdes", juventude do Partido Ecologista "Os Verdes" no Conselho Nacional de Juventude e no Conselho Consultivo de Juventude. Foi Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Baixa da Banheira. Integrou a equipa de colaboradores do departamento sociocultural da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

6º - JOÃO DUARTE — 39 anos. Empregado de Escritório. Membro do Comité Central do PCP e da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP.

7º - FÁTIMA GARCIA — 42 anos. Empregada de Escritório. Militante do PCP. Membro do Gabinete de Apoio aos Deputados do PCP no Parlamento Europeu. Trabalha junto da Comissão de Política Regional e do Inter-Grupo de Timor-Leste no Parlamento Europeu. Faz parte do Organismo de Coordenação na Europa (Emigração) e da Organização em Bruxelas do PCP. É membro do Núcleo do MDM em Bruxelas. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Synres Portuguesa (Lisboa). Foi representante da Organização das Mulheres Comunistas junto do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres. Foi Vereadora (substituta) da Câmara Municipal de Lisboa no mandato 1989-93. Foi membro da Comissão Distrital da Direcção da Organização Regional de Lisboa e do Executivo do Organismo de Direcção da Organização Local de Lisboa do PCP.

8º - FRANCISCO ALMEIDA — 35 anos. Professor do 1º Círculo do Ensino Básico a terminar especialização em Gestão e Administração Escolar. Militante do PCP. Foi membro da Comissão Distrital e da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP. Membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro e da respectiva Comissão Directiva. Membro do Conselho Nacional da FENPROF. Vice-Presidente da Direcção Prof. Associação de Professores de Viseu. Membro da Comissão Pedagógica do Centro de Formação da Prof. Associação de Professores de Viseu. Foi membro do Secretariado Nacional da FENPROF de 1983 a 1989. Foi sócio fundador do Instituto Irene Lisboa. Foi sócio fundador da Rádio NOAR. Organizou o 1º Encontro de Rádios Locais da Região Centro. Organizou em Viseu o Movimento Por Timor.

O novo Guia

Sempre atento às necessidades do povo e do País, o Governo de Cavaco Silva não deixa ninguém descalço. Daí ter olhado para os quase 400 000 desempregados inscritos no IEFP e decidir dar-lhes um "Guia". Isso mesmo: o "Guia do Desempregado", opúsculo de capinha verde que explica como - à falta de trabalho - o desempregado deve proceder. O caminho mais acertado chama-se "formação". O desempregado procura um curso de formação (caso o consiga), suspende o subsídio de desemprego (caso o tenha) e recebe uma bolsa. Passados três meses, está "formado" e continuará desempregado, com a diferença de que já sem direito ao subsídio de desemprego. Perante isto, o "Guia" apresenta outra

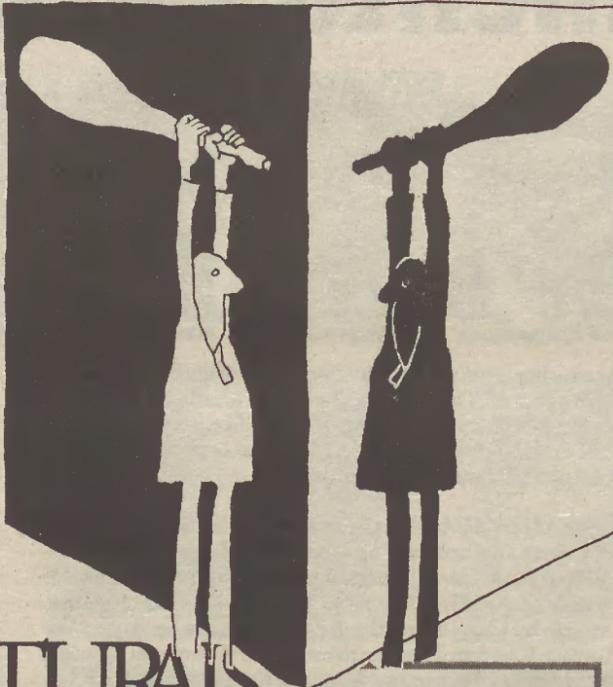
solução: o desempregado deverá inscrever-se em novo curso, pressupondo-se que, passados três meses, terá de inscrever-se num terceiro e por aí fora, o que conduz a uma curiosa novidade no mundo profissional - a dos "desempregados em formação contínua". Mas a criatividade do "Guia" não se fica por aqui. Outra alternativa que apresenta ao desempregado é a da criação do seu próprio emprego/empresa. Aí (se for seleccionado), poderá receber todos os subsídios de uma só vez. Há ainda programas para criar o seu próprio emprego como "artesão", ou "independente", ou ainda "profissional qualificado" e, enquanto se aguentar, contribuirá para o aumento estatístico dos "patrões". Perante isto, não há desemprego que resista. Nem desempregados.

PONTOS CARDEAIS

Tocados a rosbife

Apesar do desemprego grassar por todo o território nacional, fale-se do Vale do

Ave ou do Alentejo, do Distrito de Setúbal ou das cinturas industriais, os restaurantes estrangeiros não param de se abrir ao País. A próxima cadeia de comida rápida norte-americana a



instalar-se em Portugal será a Arby's, uma coisa que avia sandes de rosbife empurradas a coca-cola, o que, aliás, é bestialmente diferente dos hamburgers tocados a colacoca. Curiosamente, a Arby's prevê, em Portugal, o dobro da facturação por estabelecimento em relação à média dos lucros que obtém nas lojas dos próprios EUA. Será por estar a contar com as multidões de esfomeados que não param de crescer, em Portugal?

A Banca e a CAP

O Banco Espírito Santo (BES) estabeleceu há dias com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) uma linha de crédito no valor de um milhão de contos, sendo este acordo o terceiro que a CAP assina, em duas semanas, com instituições de crédito (os primeiros foram com o Banco Totta e Açores e a Caixa Geral de Depósitos, aí sem qualquer limite).

Para quem estranhe esta súbita disponibilidade da Banca em subsidiar a CAP, quando recusa créditos a milhares e milhares de agricultores que lutam para sobreviver, importa esclarecer os termos destes acordos. Segundo o protocolo assinado, o BES compromete-se a financiar, através de adiantamentos, os agricultores que se candidatem aos subsídios comunitários, sendo o montante até 90% do pedido na candidatura entregue pelo agricultor ao Instituto Nacional de Garantia Agrícola (INGA) e indicado na declaração da CAP. Assim já percebemos. Em primeiro lugar, o negócio é mais que seguro para os bancos, dado que se trata de adiantar verbas sobre fundos comunitários.

Em segundo lugar, o negócio é mais que seguro para a CAP, dado com ele garantir o abotoamento da generalidade dos fundos agrícolas que aí vêm.

Ora é sabido que a CAP não representa, nem de perto de nem de longe, a maioria dos agricultores portugueses. Esses estão na Confederação Nacional da Agricultura (CNA) - que não recebeu um tostão de crédito - e noutras associações espalhadas pelo País - idem aspas, quanto a créditos. Quem a CAP sempre representou e continua a representar, é os interesses dos grandes agrários e capitalistas. Quem negar isto, está apenas a fingir que não sabe para onde irão (mais uma vez) os milhões de contos dos fundos comunitários que aí vêm para "desenvolver a nossa agricultura"...

FRASES da SEMANA

"Seria importante que o dr. Soares organizasse uma próxima Presidência Aberta, itinerante, minuciosa e também saudavelmente polémica, tendo como tema as realizações do Governo de Cavaco Silva."

(Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 10.04.94)

"A descolonização foi um crime. E Marcello Caetano é o seu responsável directo."

(António Spínola à Agência Lusa, 10.04.94)

"A minha reforma visou reformar o regime."

(Veiga Simão, ex-ministro da Educação de Caetano - «Público», 10.04.94)

"Em democracia, nós temos que nos habituar a viver com todos, a viver com todas estas críticas e, como sabe, eu tenho os ombros muito largos. É costume dizer que eu sou o responsável pelos maus resultados do futebol, pelos divórcios, pelas tempestades, pela seca, por tudo..."

(Cavaco Silva, entrevista à TSF, 6.04.94)

"Cavaco Silva é a imagem da pessoa austera, honesta, que vive para trabalhar, que vem de famílias humildes."

(Rui Veloso - «Nova Gente», 11.04.94)

"Jorge Sampaio seria o presidente ideal para Cavaco. Permitiria manter uma certa tensão entre São Bento e Belém, que interessa ao primeiro-ministro. Um Presidente PSD puro e subserviente não será bom para Cavaco Silva."

(José António Saraiva - «Expresso», 9.04.94)

PONTOS NATURAIS



Na pista da memória

Liga contra os dois

E se a Europa um dia consultar bem os seus interesses (e não duvido que o faça) se a Europa, digo, consultar bem os seus interesses, espero que constitua uma liga mas uma liga franca, sincera, desinteressada e liberal, e não phantastica, refohada, egoista e opressiva; uma liga pela qual se constitua ela em juiz de paz com algumas atribuições e recursos especiais, tendentes a opôr-se eficazmente às duas nações adversas (Alemanha e França) que por causa de suas rixas queiram vexar os países que não tem nada com ellas; uma liga que tenha a força precisa para fazer homologar as suas decisões sobre as pendencias nunca findas d'aquelles povos autocratas, e que os obrigue finalmente a attendem mais à civilização do mundo do que às suas querelas particulares.

(José Estêvão, Discursos Parlamentares, 1857)



MINI-DISCURSO

Diz o Marques Mendes que vão abrir muitas prisões e eu cá fico a pensar se não há outras soluções postos de trabalho, enfim, escolas e hospitais e outras coisas que tais. Nem era mais caro assim.

Prender é não ter vontade de ensinar a liberdade.

Mário Castro

Fábula

Harmonia

E a ovelha dizia:

— Ah, se houvesse harmonia!

Pra quê disputas
a que ninguém foge?
Breve, o dia de hoje
passa, ignorando as lutas.
Era a vida diferente
se houvesse mais juízo
se houvesse um sorriso
e se do medo a um dente
desaparecesse.

Se cada qual tivesse
respeito pela bondade
e se a ferocidade
fosse abolida.

Se déssemos as mãos
se fôssemos irmãos
se amássemos a vida...

... e se o mar (diz o mocho)
vendo a enorme alcateia)
se o mar enchesse todo
a covinha na areia...

Tem toda a ciência em riste
mocho de várias faces.
Mas desconhece que já não existe
a luta de classes...



Reuniões, debates, convívios

• ALGUEIRÃO

Reunião plenária da organização da freguesia Algueirão-Mem Martins para debate de questões autárquicas, comemorações do 25 de Abril e eleições para o PE: sexta-feira, 15, às 21h30, no CT de Algueirão, com a participação do camarada Romeu.

• ALMADA

6ª Assembleia da Célula da Lisnave: domingo, 17, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

• AMADORA

Encontro com Reformados da Amadora: na Quinta de S. Miguel, hoje, quinta-feira, às 15h00, com a participação do camarada Jaime Félix.

Encontro-debate com os trabalhadores do concelho da Amadora: hoje, quinta-feira, às 18h00, no Auditório Municipal, com a participação de Luís Sá, cabeça de lista da CDU para o Parlamento Europeu.

• CACÉM

Reunião da célula da Portucel, com a participação do camarada Romeu: domingo, 17, a partir das 10h30, no CT do Cacém.

• CASCAIS

Encontro de militantes do concelho de Cascais, com a participação dos camaradas José Barata-Moura e José Casanova: domingo, 17, às 14h30, no Hotel Praia-Mar, em Carcavelos.

• CHAVES

A CDU e as eleições para o Parlamento Europeu: sessão pública promovida pela Comissão Concelhia de Chaves, com a participação do camarada Aurélio Santos: sábado, 16, às 15h00, na Escola Fernão de Magalhães (ex-Liceu de Chaves).

• LISBOA

Freguesia do Sacramento - plenário da organização: na Esc. Veiga Beirão, hoje, quinta-feira, às 21h30.

Sector Centro/Norte - plenário: no CT da Av. Duque de Loulé, sexta-feira, 15, às 19h00.

Célula da CML - plenário, com a participação do camarada Luís Fernandes: sexta-feira, 15, às 19h00, no CT Vitória.

Ajuda - plenário de militantes da freguesia: sábado, 16, às 15h00, no CT da Ajuda, com a participação do camarada Fernanda Barroso.

5ª Assembleia da Organização de Freguesia dos Olivais: sábado, a partir das 15h00, no Salão da Colectividade A.D.C.E.O. (ex-Atlético da Encarnação), na R. Circular Norte, com a participação do camarada José Casanova.

Jornadas autárquicas das freguesias da Lapa, Sta. Isabel, Sto. Condestável: sábado, a partir das 10h00.

Beato - plenário de militantes da freguesia: sábado, 16, às 16h00, no CT do Beato.

Plenário das freguesias de Alvalade, S. Sebastião da Pedreira, S. João de Deus, S. João de Brito, Campo Grande, N.º Sr.ª de Fátima: sábado, às 15h30, no CT Vitória, com a participação do camarada Carlos Aboim Inglês.

«O Relatório Porter e a Economia Nacional»: debate no CT Vitória - dia 18, às 18h00 - promovido pela Com. Quadros Técnicos e Científicos da ORL.

Reunião dos trabalhadores comunistas da Hotelaria: terça, 19, às 16h00, no CT da Av. Duque de Loulé.

• RIO DE MOURO

Reunião de eleitos da CDU na freguesia: sexta, 15, às 21h30, no Centro de Trabalho local.

• S. JOÃO DAS LAMPAS

Plenário de militantes da freguesia: sexta, 15, às 21h30, no Centro de Trabalho.

• SINTRA

Reunião de militantes das freguesias de Sta. Maria, S. Miguel e S. Martinho: no Centro de Trabalho de Sintra, hoje, dia 14.

• V. FRANCA DE XIRA

S. João dos Montes - Plenário de militantes da freguesia: sexta, 15, às 21h30, no CT de A-dos-Loucos.

Plenário Concelhio de Quadros, com a participação do camarada Carlos Grilo: segunda-feira, 18, às 21h30.

Célula da OGMA - Plenário de militantes, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa: quinta-feira, dia 21, às 18h00, no CT de Alverca.

Tempo de Antena do PCP

5ª Feira, 21 de Abril - Canal 1
logo após o Telejornal das 20h

Luís Sá

é o convidado do
Grande Júri Especial da TSF
20 de Abril - 18h

Visita de Luís Sá à Zona Occidental de Loures

Sábado, dia 16
Almoço-convívio no restaurante
«Os Ribeiros»

Debate: «Odivelas-Desenvolvimento
Regional»
na Soc. Musical Odivelense - 15h30

Reunião-Convívio
no restaurante «Mimena»,
Póvoa de St.º Adão, 21h30

festa
Avante!

DEBATE-CONVÍVIO
Sobre a preparação da Festa de 1994

Dia 16 de Abril
(Sábado)
As 15.00 horas
Quinta da Ataláia

No final haverá
Lanche de confraternização
 festa de Abril

ENCONTRO DEBATE SOBRE OS PROBLEMAS DO EMPREGO

16 de Abril de 1994 (Sábado)

Lisboa

Instituto Superior
das Ciências do Trabalho e Empresa
- Av. das Forças Armadas -

das 10 às 17.30 h

Participa Carlos Carvalhas
que fará a intervenção de
encerramento

PCP

NOVA POLÍTICA

PARA MAIS E MELHOR EMPREGO

«25 de Abril ontem, hoje e amanhã»

— Colóquio promovido pelo PCP —

19 de Abril (3ª feira) às 21h30
no Hotel Altis (Sala Europa) - Lisboa
com a participação de

Álvaro Cunhal

— Ciclo de debates no Vitória —

O 25 de Abril

e as configurações da Democracia

Dia 14 - 21h30 QUE DEMOCRACIA?

Participantes: Idália Custódio • Jerónimo de Sousa • José Casanova
• Luís Sá • Modesto Navarro (moderador)

Dia 21 - 21h30 MOVIMENTO ESTUDANTIL E O 25 DE ABRIL

Participantes: Albano Nunes • António Abreu • Ricardo Oliveira
• Ruben de Carvalho • Madalena Santos (moderadora)

«O REGIME FASCISTA E A LUTA DO POVO PORTUGUÊS ATÉ AO 25 DE ABRIL»

debate com a participação de Dias Lourenço e do com
Machado dos Santos, oficial da Marinha que libertou os presos políticos de Peniche
Em Sesimbra, Biblioteca Municipal, sábado, 16, às 21h00

PORTO

Sábado, 16, às 11h00
Jantar-concerto na Exponor
Poemas, canções e imagens
da Revolução

Intervenção de Óscar Lopes

Jantar comemorativo
do 20º Aniversário do 25 de Abril
promovido pelo Sector Intelectual
de Lisboa, com a participação
do camarada
Álvaro Cunhal
dia 23, às 19.30, na Casa do Alentejo
(inscrições até 20/4 - CT Vitória
tel. 3562715)

NO PORTO

- Debate: «20 anos de lutas juvenis. Três gerações em diálogo». No salão da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, segunda-feira, 18, às 21.30.

EM LISBOA:

- Almoço comemorativo, promovido pela Com. de Freguesia de Benfica do PCP, com a participação de Domingos Lopes: sábado, 16, no restaurante «Pastelinho de Benfica».

- Convívio do Sector Público, com a participação do camarada Francisco Lopes: quinta, 21, às 19h00, no CT Vitória.

- Jantar comemorativo promovido pelo Sector de Serviços de Lisboa, com a participação do Gen. Vasco Gonçalves: quinta, 21, às 20h00, no CT da Av. Duque de Loulé.

- Jantar comemorativo, promovido pelo Sector da Função Pública: sexta, 22, às 19h00, na Cooperativa Militar.

- Jantar comemorativo, promovido pelo Sector Centro/Norte de Empresas: sexta, 22, às 19h00, no CT da Av. Duque de Loulé.

NA MARINHA GRANDE

Sessão com o Gen. Vasco Gonçalves: sede da Ordem, sexta-feira, 15, às 21.30.

EM VILA FRANCA DE XIRA

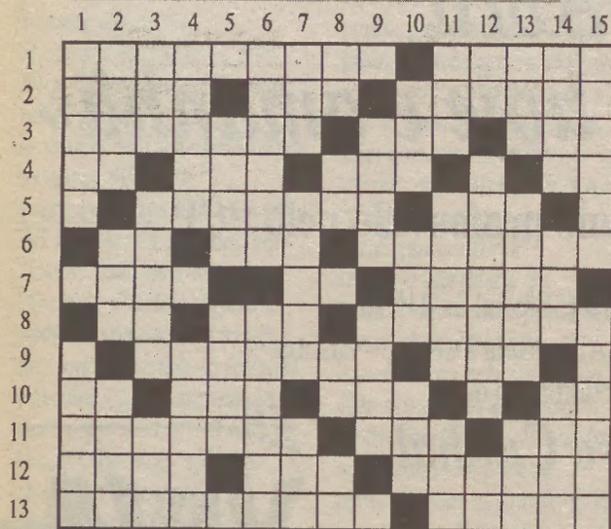
- Almoço no Centro de Trabalho de Alhandra: domingo, 17, às 13h00.

- Inauguração em Vila Franca de Xira, da Exposição Colectiva de Artistas Plásticos «A Geração de Abril»: na Galeria Bar, domingo, 17, às 16h00.

EM SETÚBAL

«Encontro de democratas» - jantar-convívio promovido por um grupo de democratas de Setúbal: domingo, 24, no restaurante «O Quintal».

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Indiscretas; medo; 2 — Renques; cruel; traçoireiro (fig.); 3 — Célebre biólogo francês dedicado ao tratamento da raiva e do carbúnculo; conclusão; composição poética; 4 — Satélite de Júpiter; lista; sustento (fig.); 5 — Põem num lugar; altar; 6 — Exclusivamente; sufixo de qualidade; rodeiam a Praça do Comércio; 7 — Ponta de terra que entra pelo mar dentro; tratamento familiar; barcos de recreio; 8 — Sair; antiga dignidade militar entre os turcos; afluente do Cávado; 9 — Uma das nossas províncias de fama universal; ovário de peixe; 10 — Nota musical; lamentos; aqui está; prep.; 11 — Pedaco de tecido que se ata à volta do pescoço; tio da América; ruído; 12 — Passa para outro dia; estava; cidade do Douro Litoral; 13 — Freira; velas.

VERTICAIS: 1 — Género de mamíferos perissodáctilos; abismo; 2 — Cão de fila; vai para fora; inflama-se; 3 — Corpo aeriforme; ofídio; dentro do baile; 4 — Corpo celeste; banhaj; 5 — Deus dos ventos; procedia; 6 — Rivais; dissipai; 7 — Lareira; espiohar; anel; 8 — Ouro (s.g.); foram redutiva de rapaz; observa; campeão; 9 — Reputação; moarcas; 10 — Linha; troce; málcia; 11 — Possui; termino; desgraça; 12 — Art. espanhol; cuidava; muar; 13 — Miadela; local onde se guarda o vinho; prep.; 14 — Vaga; o que falta ao copo para ser chávena; chefe das antigas repúblicas italianas; 15 — Rataras; rezemos.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Xales; sic; socas; 2 — Aludira; obedece; 3 — Ratos; ova; rever; 4 — Ovo; tu; ar; ode; 5 — Pá; penalizam; in; 6 — Remir; covas; 7 — Ru; açafata; ai; 8 — Sebe; adoro; alma; 9 — Atola; oro; algoz; 10 — Ter; Os; fi; ale; 11 — Im; ilude; Am; 12 — Fim; ena; elo; 13 — Ora; aviaram; sal.

VERTICAIS: 1 — Xarope; sátiro; 2 — Alava; retém; 3 — Luto; rubor; fá; 4 — Edo; pé; el; mi; 5 — Sistema; ao; má; 6 — Única; si; 7 — São; arado; lei; 8 — Vil; fortuna; 9 — Coa; ícaro; dar; 10 — Azoto; fé; 11 — Serrava; af; em; 12 — Ode; má; al; Al; 13 — Cevo; salga; os; 14 — Acedi; imola; 15 — Sereno; azemel.



Table with 4 columns: Title, M.M. Luz, Manuel Neves, Paulo Torres. Rows include 'A Lista de Schindler', 'Despojos do Dia', 'Em Nome do Pai', 'Filadélfia', and 'Germinal'.

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Steven Spielberg — Amoreiras/2 (13.15, 16.45, 21.45, 01.15), Monumental/Cine Teatro (12.00, 15.30, 19.00, 22.30), S. Jorge/1 (15.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
B — Real. James Ivory — King Triplex/3 (14.15, 16.45, 19.30, 22.00), Las Vegas/1 (15.00, 17.30, 21.30) — Lisboa.
C — Real. Jim Sheridan — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
D — Real. Jonathan Demme — Monumental/1 (12.15, 14.30, 16.45, 19.00, 21.45, 00.30), S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45 e 24.00) — Lisboa.
E — Real. Claude Berri — Alfa/2 (13.00, 16.30, 19.30, 22.30), Amoreiras/5 (13.30, 16.30, 19.30, 22.30), Mundial/2 (13.50, 16.40, 21.30) — Lisboa.

TEATRO

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto, R. António Cardoso. 3ª a 5ª às 18.30, 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CONTIGO PARA SEMPRE, de Mary Cooper, encenação de Júlia Correia.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. - 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16: GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA, de António José da Silva, encenação de João Mota. - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: MALAQUIAS, A HISTÓRIA DE UM HOMEM BARBARAMENTE ASSASSINADO, de Manuel de Lima, pelo Teatro da Veredas (até 2 de Maio) - Sala Novas Tendências: De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: NAQUE OU SOBRE PIOLHOS E ACTORES, de José Sanchis Sinistera, pelo Teatro Meridional. - Café-Concerto: 6ª e sáb. às 21.30: EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS, encenação de João Mota.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. Tel. 4112261. Sexta e sáb. às 21.30: O CABARET DO CONDE/MARQUÊS, comédia musical, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto. Tel. 6024313. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. O VENDEDOR DE MILAGRES, adapt. de um texto de Gabriel García Márquez, enc. de José Caldas, pelos Seiva Trupe.

TEATRO ABC

Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. LISBOA, MEU AMOR, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO O BANDO

Lisboa, R. Stª António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. SE MENTES/PHOTOCENA, de Teresa Rita Lopes, encenação de João Brites.

TEATRO IBÉRICO

Lisboa, Rua de Xabregas, 44. Tel. 8582531. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. ALZIRA POWER, de

António Bivar, encenação de José Blanco Gil.

TEATRO DA MALAPOSTA

Olival Basto. Tel. 938840. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. GREENLEAVES, de Joyce Carol Oates, encenação de Jorge Silva Melo.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). CINDERELLA Revista à Portuguesa, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril. Tel. 4670320. 4ª, 5ª e dom. às 17.00, 6ª e sáb. às 21.30. BREVE SURIÁRIO DA HISTÓRIA DE DF'JS, de Gil Vicente, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC e «Os Delfins».

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio - O ENSAIO DE UM SONHO, de Strindberg/Ingmar Bergman, encenação de Mário Viegas, produção da Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CLAMOR, de Luísa Costa Gomes, encenação de Ricardo Pais.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Pç. da Batalha. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 17.00. O TEMPO E O QUARTO, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados (até 17/4).

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. MALDITA COCAÍNA, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO VILLARET

Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 23.00 e 23.30, dom. às 17.00. OUTRA VEZ AS BARBIS.

FILMES

QUINTA, 14

O Espião sem Amanhã «The Sellout» (Gr.Br./It./1975). Real.: Peter Collinson. Int.: Richard Widmark, Oliver Reed, Gayle Hunnicutt, Sam Wanamaker. Cor, 98 min. Espionagem. (16.30, TV 2)

Duelo na Lama

«These Thousand Hills» (EUA/1959). Real.: Richard Fleischer. Int.: Don Murray, Richard Egan, Lee Remick, Patricia Owens. Cor, 96 min. Ver Destaque. (23.45, Quatro)

Prince-Sigh O'The Times

«Prince-Sigh O' The Times» (EUA/1987). Real.: Prince. Int.: Prince, Cat, Sheila E., Sheena Easton, Dr. Fink. Miko Weaver. Cor, 83 min. Documentário. (00.05, Canal 1)

SEXTA, 15

Três Minutos de Vida

«Sorry, Wrong Number» (EUA/1948). Real.: Anatole Litvak. Int.: Barbara Stanwyck, Burt Lancaster, Ann Richards, Wendell Corey. P/B, 86 min. Ver Destaque. (16.30, TV 2)

Os Bóinas Verdes

«The Green Berets» (EUA/1968). Real.: John Wayne. Int.: John Wayne, David Janssen, Jim Hutton, Aldo Ray. Cor, 136 min. Ver Destaque. (23.45, Canal 1)

A Cidade da Vergonha

«Shame» (EUA/1992). Real.: Dan Lerner. Int.: Amanda Donohoe, Dean Stockwell, Dan Gauthier, Lee Garlington. Cor, 120 min. Telefilme. (23.45, Quatro)

A Prisioneira do Deserto

«Backlash» (Austrália/1986). Real.: Bill Bennett. Int.: David Argue, Gia Carides, Lydia Miller, Anne Smith. Cor, 88 min. Ver Destaque. (01.00, SIC)

SÁBADO, 16

Os Aventureiros do Selo Perdido

«Tommy Tricker and the Stamp Traveller» / «Les Aventuriers du Timbre Perdu» (Can./1988). Real.: Michael Rubbo. Int.: Lucas Evans, Anthony Rogers, Jill Stanley. Cor, 97 min. Aventuras. (11.45, TV 2)

O Eterno Feminino

«Les Femmes s'en Balacent» (Fr./1954). Real.: Bernard Borderie. Int.: Eddie Constantine, Nadia Gray, Dominique Wilms. Aventuras. (14.30, SIC)

Os Supergénios

«Slapstick (of Another Kind)» (EUA/1984). Real.: Steven Paul. Int.: Jerry Lewis, Madeline Kahn, Marty Feldman. Cor, 92 min. Comédia / Ficção Científica. (16.00, Canal 1)

Polícias e Ladrões

«Cane e Gatto» (It./1983). Real.: Bruno Corbucci. Int.: Bud Spencer, Tomas Milian, Marc Lawrence, Bill Garrigues. Cor, 98 min. Comédia. (17.30, Quatro)

A Conquista do Oeste

«How the West Was Won» (EUA/1962). Real.: Henry Hathaway, John Ford, George Marshall. Int.: Spencer Tracy, Karl Malden, James Stewart, Gregory Peck, John Wayne, Henry Fonda, Agnes Moorhead, Carroll Baker, Debbie Reynolds. Cor, 149 min. Ver Destaque. (00.45, TV 2)

O Fio do Suspeito

«Jagged Edge» (EUA/1985). Real.: Richard Marquand. Int.: Jeff Bridges, Glenn Close, Peter Coyote, Robert Loggia, Maria Mayenzet. Cor, 109 min. Ver Destaque. (00.00, Quatro)

Butch e o Kid, Os Aventureiros

«Butch and Sundance: The Early Days» (EUA/1979). Real.: Richard Lester. Int.: William Katt, Tom Berenger, Jeff Corey. Cor, 112 min. «Western». (00.05, Canal 1)

Manu

«Manu» (It./Fr./Austrália/1987). Real.: Alfredo Giannetti. Int.: Ray Lovelock, Virginia Bryant, Ana Maria Nascimento Silva. Cor, 82 min. Telefilme. (02.00, Canal 1)

DOMINGO, 17

Uma Hora de Amor

(Port./1964). Real.: Augusto Fraga. Int.: António Calvário, Madalena Iglésias. P/B, 83 min. Melodrama / Musical (14.30, SIC)

Tragédia Silenciosa

«Dead Silence» (EUA/). Real.: Peter O'Fallon. Int.: Renée Estevez, Lisanne Falk, Carrie Mitchum, Steve Brill. Cor, 87 min. Drama. (15.00, Quatro)

O Tesouro do Castelo

«Candlehoe» (EUA/1977). Real.: Norman Tokar. Int.: David Niven, Helen Hayes, Jodie Foster, Leo McKern. Cor, 96 min. Aventuras. (15.50, Canal 1)

Um Polícia no Jardim-Escola

«Kindergarten Cop» (EUA/1990). Real.: Ivan Reitman. Int.: Arnold Schwarzenegger, Penelope Ann Miller, Pamela Reed, Linda Hunt. Cor, 111 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

Fim-de-Semana Alucinante

«Deliverance» (EUA/1972). Real.: John Boorman. Int.: John Voight, Burt Reynolds, Ned Beatty, Ronny Cox, Bill McKinney. Cor, 105 min. Ver Destaque. (00.10, Canal 1)

SEGUNDA, 18

A Luz Azul

«Das Blaue Licht» (Alemanha/1932). Real.: Leni Riefenstahl. Int.: Leni Riefenstahl, Mathias Wieman, Max Holzboer. P/B, 67 min. Ver Destaque. (16.30, TV 2)

Casa de Loucos

«Madhouse» (EUA/1990). Real.: Tom Ropelawki. Int.: Kirstie Alley, John Larroquette, Alison LaPlaca, Jessica Lundy. Cor, 90 min. Comédia. (22.00, SIC)

TERÇA, 19

Oitental Mil Suspeitos

«80.000 Suspects» (Gr.Br./1963). Real.: Val Guest. Int.: Claire Bloom, Richard Johnson, Yolande Donlan, Cyril Cusack. P/B, 112 min. Drama. (16.10, TV 2)

O Último Dever

«The Last Detail» (EUA/1973). Real.: Hal Ashby. Int.: Jack Nicholson, Otis Young, Randy Quaid, Clifton James, Michael Moriarty. Cor, 105 min. Ver Destaque. (21.50, Quatro)

A Feira Ambulante

«Carny» (EUA/1980). Real.: Robbie Kaylor. Int.: Gary Busey, Jodie Foster, Robbie Robertson, Meg Foster, Kenneth McMillan. Cor, 110 min. Drama. (22.10, TV 2)

Decisão Final

«Surviving» (EUA/1985). Real.: Waris Hussein. Int.: Ellen Burstyn, Len Cariou, Zach Galligan, Marsha Mason, Molly Ringwald. Cor, 138 min. Telefilme. (00.05, Canal 1)

QUARTA, 20

O Caminho das Estrelas

«The Way to the Stars» (Gr.Br./1945). Real.: Anthony Asquith. Int.: Michael Redgrave, John Mills, Douglass Montgomery. P/B, 105 min. Drama de Guerra. (16.15, TV 2)

Enganada

«Deceived» (EUA/1991). Real.: Damian Harris. Int.: Goldie Hawn, John Heard, Ashley Peldon, Robin Bartlett, Tom Irwin. Cor, 107 min. Ver Destaque. (21.45, Canal 1)

A Sexta Testemunha

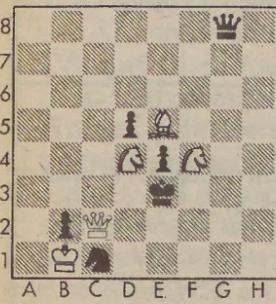
«Compartment Tueurs» (Fr./1965). Real.: Costa-Gavras. Int.: Yves Montand, Simone Signoret, Catherine Allégret, Pierre Mondy, Jacques Perrin, Jean-Louis Trintignant, Michel Piccoli. P/B, 88 min. Ver Destaque. (00.15, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão

XADREZ

CDLVI - 14 DE ABRIL DE 1994 PROPOSIÇÃO Nº 1994X024 Por: JOSEF BREUER 1.º Prémio: Die Schwalbe, 1951

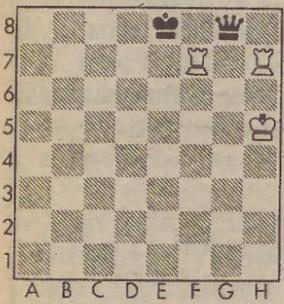
Pr: [6]: Ps.b2,d5,e4-c1-dg8-r63 Br: [5]: Csd4,f4-be5-dc2-rl1



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X025 Por: LADISLAV PROKÉS Sach, 1942

Pr: [2]: Dg8-R68 Br: [3]: Ts.f7,h7-Rh5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLVI

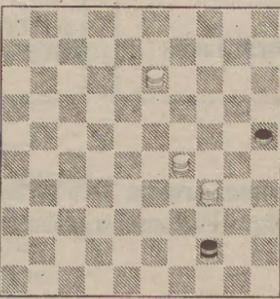
Nº 1994X024 [J.B.]: 1. Dh2!, [Zugzwang], Dg8!, 2. Dg2!, -, 3. Cc2/Cf3. Nº 1994X025 [L.P.]: 1. Tc7+, Rd8; 2. Td7+, Rg8; 3. Tc7+, Rb8; 4. Tb7+, Ra8; 5. Ta7+, Rb8; 6. Ta7, Rb8; 6. Th7, Rg8; 7. Ta8+ e g.

A. de M. M.

DAMAS

CDLVI - 14 DE ABRIL DE 1994 PROPOSIÇÃO Nº 1994D025 Por: SARGHINE Petit Soleil, 10.I.1904

Pr: [2]: 25-(44) Br: [3]: (13)-(29)-(34)

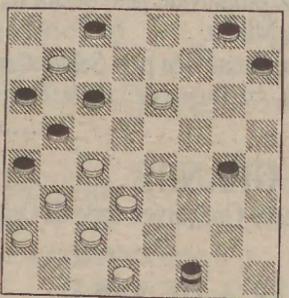


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D026 GOLPE Nº 64

Por: DR. ORLANDO AUGUSTO LOPES - Lisboa, 20.V.1956 [Jogando contra A.P.]

1. 12-15, 23-20; 2. 10-14, 22-18; 3. 5-10, 28-23, 4. 8-12, 20-16; 5. 2-5, 32-28; 6. 10-13, 27; 7. 4-8, 23-20; 8. 5-10, 30-27; 9. 1-5, 28-23; 10. 13-17, 18-13; 11. 9-18, 22-13; 12. 14-18, 21-14; 13. 10-28, 13-9; 14. 5-10, 9-5; 15. 10-14, 5-2-D; 16. 14-19, 2-9; 17. 6-10, 9-2; 18. 10-14, 27-23; 19. 17-21, 26-17; 20. 19-22, 17-13 DIAGRAMA



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLVI

Nº 1994D024 [S.]: 1. 13-35, (44-50); 2. 34-45, (50-6); 3. 45-50; SE: 2. (25-30); 3. 35x2, e 4-2-11 e 4-2-11 e 5. 45-50; SE: 2. (50-22/17/1); 3. 35-30; SE: 2. (50-28); 3. 29-20, (25x14); 4. 45-23+; SE: 1. (44-49); 2. 29-33, (25-30); 3. 34x25+.

Nº 1994D025 [Dr. O.A.L.]: 21. 15-19, 2:15; 22. 3-6, 15-2; 23. 14-18, 23:14; 24. 7-11, 2:25; 25. 28-32-D, 16:7; 26. 32-3+.

A. de M. M.

PROGRAMAÇÃO



A Austrália de Ben Cropp: diariamente à hora do almoço na TV2

Quinta, 14

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Mal de Família
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Cupido Electrónico
14.45 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Ivy
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade me Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Isto... Só Vídeo
22.05 Os Inocentes
22.35 Freshman Dorm
23.25 24 Horas
00.05 Prince - Sigh O'The Times
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 A Austrália de Ben Cropp
13.50 Um Advogado em Berlim
14.40 A Caminho com Ulisses
14.10 Sem Legendas
15.10 Infantil
16.30 O Espião Sem Amanhã
18.10 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Irei para Longe
19.45 Sem Limites
20.20 Pantanal - Demónios no Paraíso
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP - Financial Times
22.10 Ideias com História
23.00 Remate
23.10 Terra Instável
23.40 Bom Trabalho
00.35 Amazônia
01.20 Magazine «Teatro»

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
19.00 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Casos de Polícia
23.50 Tostões e Milhões
00.30 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.00 Histórias do Além

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Olá Cristina!
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Caixa de Perguntas
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.45 A Casa do Tio Carlos
17.20 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 Rua Jump, 21
21.45 Artur Albarra
23.50 Informação
00.15 Duelo na Lama
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 15

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.35 Haydaze
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Cupido Electrónico
14.45 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Ivy
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.35 Concurso "1, 2, 3"
23.05 24 Horas
23.45 Os Boínas Verdes
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 A Austrália de Ben Cropp
13.50 Um Advogado em Berlim
14.40 Segredos do Mundo
15.10 Infantil
16.30 Três Minutos de Vida
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Irei para Longe
19.45 Médicos Escritores
Portugueses
20.20 Zona de Morte
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Casa Comum
23.10 Remate
23.20 Harry Connick Jr.: Ao Vivo em N. Iorque
00.20 As Piores Intenções
01.10 Amazônia

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Mini-Chuva de Estrelas
22.30 Sete à Sexta
23.40 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 Playboy
01.00 A Prisioneira do Deserto
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Encontro
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 O LobiJovem - II
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Informação
23.55 A Cidade da Vergonha
(telefilme)

Sábado, 16

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.30 Emoções Fortes
16.00 Os Supergénios
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Beverly Hills 90210
18.25 Made in Portugal
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totokoto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
22.15 Parabéns
00.05 Butch e Kid, os Aventureiros
(ver «Filmes na TV»)
02.00 Manu
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Os Aventureiros do Selo Perdido
(ver «Filmes na TV»)
13.20 Tauromaquia
13.50 Prémios de Música Country
14.40 Um Cão na Família
15.05 Cabeça nas Nuvens
16.00 TV2 Desporto
22.15 De Lisboa, Com Amor
22.25 Irmãs
23.15 Sexualidades
23.50 A Honra do Condor
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Uma Questão de Consciência

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 Uma Hora de Amor
(ver «Filmes na TV»)
16.15 O Santo
17.05 Escândalos de Hollywood
17.35 Tudo pelas Notícias
18.35 Obras em Casa
19.00 Uma Mulher dos Diabos
20.00 Jornal da Noite
20.40 Labirinto
21.30 Um Polícia no Jardim-Escola
(ver «Filmes na TV»)
23.30 El Lute
01.30 Último Jornal
01.55 Histórias do Além
01.25 Fórmula Indy

QUATRO

10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Telemotor
12.00 Contra-Ataque
13.35 Estrela
17.05 Polícias e Ladrões
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 O Jogo do Ganso
00.05 O Flo do Suspeito
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 17

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blosson
13.40 Top +
14.30 Dinossauros
15.00 Missão Impossível
15.50 O Tesouro do Castelo
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Você Decide
18.40 Simpsons
19.10 Eu Tenho Dois Amores
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.15 Na Paz dos Anjos
22.45 Sozinhos em Casa
23.15 Tramas de Seda
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Tramas de Seda

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.25 Desporto: Maratona de Londres
10.30 Made in Barcelona
13.00 Missa
13.55 Regiões
15.00 TV2 Desporto
23.50 Artes e Letras: Roger Corman
00.30 A Conquista do Oeste
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 Uma Hora de Amor
(ver «Filmes na TV»)
16.15 O Santo
17.05 Escândalos de Hollywood
17.35 Tudo pelas Notícias
18.35 Obras em Casa
19.00 Uma Mulher dos Diabos
20.00 Jornal da Noite
20.40 Labirinto
21.30 Um Polícia no Jardim-Escola
(ver «Filmes na TV»)
23.30 El Lute
01.30 Último Jornal
01.55 Histórias do Além
01.25 Fórmula Indy

QUATRO

10.30 Informação religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.30 Coisas de Família
14.05 Vamos ao Circo
15.00 Tragédia Silenciosa
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Estrelas de Miami
18.00 Moda
18.30 Modelo e Detective
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 Passados dos Carretos
21.15 O Turno da Noite
23.00 X Files
23.50 Caixa de Perguntas
00.20 Últimas Notícias

Segunda, 18

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.35 Mal de Família
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Cupido Electrónico
14.45 Ponto por Ponto
14.45 Vizinhos
16.15 Crime, Disse Ela
17.05 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.35 A Filha da Cornélia
23.30 Crimes
24.00 24 Horas
00.40 Canções para a Eurovisão
01.00 «This Child Is Mine»
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 A Austrália de Ben Cropp
13.50 Um Advogado em Berlim
14.40 Sobreviver
15.10 Infantil
16.30 A Luz Azul
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Irei para Longe
19.45 Magazine «Cinema»
20.20 O Sonho da Democracia
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Bailado: «Copélia»
23.45 Remate
23.55 Milena
00.50 Amazônia

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na Sic
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Ora Bolas, Marina
22.00 Casa de Loucos
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Último Jornal
00.05 Os Donos da Bola
00.15 Histórias do Além

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!



Maria João Seixas continua a apresentar à quarta à noite na TV2 o seu programa «Quem Fala Assim...»

13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Quatro Ventos
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.15 Quem Sai aos Seus
17.40 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Carlos Magno
22.50 Os Anos de Abril
00.40 Informação
00.55 Desporto
01.25 Estação do Oriente

Terça, 19

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.35 Mal de Família
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Cupido Electrónico
14.45 Ponto por Ponto
14.45 Vizinhos
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Nico d'Obra
22.10 A Luz da Lei
23.10 O Guarda do Palácio
00.10 24 Horas
00.00 Canções para a Eurovisão
01.10 Decisão Fatal
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 A Austrália de Ben Cropp



O Mestre e Margarida, uma série polaca: à terça à noite na TV2

13.50 Um Advogado em Berlim
14.40 Dossier Terra
15.10 Infantil
16.10 Oitenta Mil Suspeitos
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Irei para Longe
19.40 Magazine «Viver com Saúde»
20.15 Rotações
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 A Feira Ambulante
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Remate
00.10 O Mestre e Margarida

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Debate: 25 de Abril
23.30 A Brincar, a Brincar
00.05 Último Jornal
00.25 Os Donos da Bola
00.35 Balada de Nova Iorque
00.15 A Bolsa e a Vida
01.35 Internacional Sic
02.05 Histórias do Além

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Encontro
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.50 O Último Dever
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Anúncios do Outro Mundo
00.15 Informação
00.40 Saia do Parlamento

Quarta, 20

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Mal de Família
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Cupido Electrónico
14.45 Ponto por Ponto
15.50 Crime, Disse Ela
16.50 Edera
17.50 Caderno Diário
18.00 Ana Raio e Zé Trovão
18.50 Com a Verdade M' Enganas
19.35 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Enganada
(ver «Filmes na TV»)
23.35 24 Horas
00.15 Canções para a Eurovisão
00.35 A Sexta Testemunha
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Dame Joan Sutherland



O Mestre e Margarida, uma série polaca: à terça à noite na TV2

14.00 Universidade Aberta
14.20 Um Advogado em Berlim
14.40 O Mar e a Terra
15.10 Infantil
16.15 O Caminho das Estrelas
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.25 Realce
19.50 Futebol: Noruega-Portugal
22.00 TV2 Jornal
22.35 RTP/Financial Times
22.45 Grande Noite
23.45 Remate
23.55 Quem Fala Assim
00.50 Amazônia
01.35 Magazine «Ver Artes»

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Homenagem a Maria Teresa de Noronha
22.30 Na Cama Com...
23.35 Último Jornal
23.55 Os Donos da Bola
00.05 De Boca em Boca
00.30 Histórias do Além

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Encontro
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Queridos Inimigos
23.45 Ai, Amor!
00.15 Informação
00.40 Saia do Parlamento

Duelo na Lama

(Quinta, 23.45, Quatro)

Um cowboy sem dinheiro e ainda menos escrúpulos procura o *El Dorado* na região de Montana. Mas a sua frieza de arrivista acaba por provocar a morte de uma amiga que o ajudara nos seus inícios bem como a de um amigo de infância (que deixa ser enforcado) até que um duelo com um seu rival, embora prejudicando-o nas suas ambições políticas, o faz reencontrar-se com a dignidade. Um *western* insólito de Richard Fleischer com seqüências excelentemente bem encenadas, como o ataque dos índios na neve e a captura dos ladrões de cavalos. Quanto ao horário anunciado para o começo do filme, só por piada de péssimo gosto deve ser tomado: previsto para a mesma hora, na semana passada, *O Génio do Mal*, do mesmo realizador, começaria «apenas» às 01.25 da manhã!...

Três Minutos de Vida

(Sexta, 16.30, TV 2)

O argumento ficou famoso como um dos mais bem elaborados e perturbantes da História do filme negro: uma mulher, parafítica, ao tentar obter um número de telefone, surpreende em «linha cruzada» uma conversa em que se fala do assassinato de uma mulher. O problema é que, pouco a pouco, ela descobre, no espaço sufocante do seu quarto (de que não pode sair), que era o próprio marido que pretendia tramair a sua morte, para ter acesso a um seguro de vida que lhe asseguraria o pagamento das dívidas ao jogo... Uma excelente fotografia (de Sol Polito) uma inquietante banda sonora (de Franz Waxman) e uma interpretação brilhante (de Barbara Stanwyck) vêm colar-se adequadamente à realização perfeita de Anatole Litvak.



Glenn Close e Jeff Bridges, numa cena de tribunal, em «O Fio do Suspeito», de Richard Marquand

Os Bóinas Verdes

(Sexta, 23.45, Canal 1)

Produzido e realizado por John Wayne (naturalmente, sempre um motivo de atracção), o destaque a *Os Bóinas Verdes* aqui fica como pura prevenção - já que se trata de um filme primária e agressivamente militarista, uma peça de ludíbrio e propaganda perpetrada com as exclusivas intenções de cobrir os (des)ânimos da *retaguarda*, num período em que a Guerra do Vietname e a contestação de múltiplos sectores da opinião pública norte-americana atingiam o seu ponto mais alto.

A Prisioneira do Deserto

(Sexta, 01.00, SIC)

Com uma realização algo desajeitada, *A Prisioneira do Deserto* é, apesar de tudo, uma interessante tentativa fílmica de denunciar o racismo na Austrália, através do relato do caso de uma empregada de mesa, aborígine, que é violada e depois acusada de ter assassinado o seu violador. Um filme intensamente dramático, que também se debruça fortemente sobre os mecanismos da justiça.

A Conquista do Oeste

(Sábado, 00.45, TV 2)

Produzido e realizado, sobretudo, para puxar ao máximo as «virtudes» espectaculares com que os grandes estúdios procuravam cativar o público espectador para um novo processo de filmagem e projecção (o *Cinerama*, com o *écran* dividido em três sectores contíguos - cujos problemas técnicos nunca conseguiriam ser adequadamente resolvidos), este filme é uma peça de grandiloquente exaltação da conquista do Oeste, encenada em três partes por três realizadores altamente especializados no género: Henry Hathaway, John Ford e George Marshall. Mas, embora «estrelado» por uma parilha de famosíssimos nomes de Hollywood, esta saga de uma família de pioneiros no Oeste americano padece obviamente das limitações que se prendem com a própria génese do empreendimento - escapando um pouco à «encomenda» o *sketch* de Hathaway - só faltando que, para cúmulo da ironia, a RTP tivesse optado pelo famigerado *pan & scan*, de forma a fazê-lo caber no televisor...

O Fio do Suspeito

(Sábado, 00.00, Quatro)

Um misterioso homem vestido de negro assassina uma mulher na sua vivenda à beira mar e as suspeitas do procurador geral (Peter Coyote, em grande forma) recaem sobre o marido da vítima (Jeff Bridges, intrigante quanto basta), um editor de S. Francisco sem escrúpulos, que acolhe os serviços de uma advogada de defesa (Glenn Close, mais bela do que nunca), a qual acaba por se envolver sentimentalmente com o alegado culpado. Até que, depois de um processo espectacular em que consegue demonstrar a inocência do seu cliente, a advogada descobre que este a enganou e pretende também eliminá-la... Jogando sempre com os sentimentos do espectador (à boa maneira de Hitchcock) quanto à alternância entre «inocência» e a «culpabilidade» dos suspeitos (enigma que apenas é resolvido no último e curtíssimo plano do filme) esta obra está impregnada de um terrível *suspense* e foi excelentemente realizada por Christian Marquand, que utiliza de forma impecável os mecanismos da narrativa clássica. Uma história de causar calafrios, com duas grandes interpretações do par Close-Bridges.

Por isto e por aquilo...

Um Polícia no Jardim-Escola

(Domingo, 21.30, SIC)

Apesar de algumas seqüências do argumento se passarem num jardim-escola, este filme é tudo menos aconselhável aos espectadores mais novos, já que contém cenas fortemente traumatizantes para tenras idades: um polícia dos mais duros que



Schwarzenegger e as crianças, em «Um Policia no Jardim Escola», de Ivan Reitman

pode haver (Schwarzenegger) é encarregado de passar por professor (!) de uma escola infantil, na perspectiva de vir a descobrir o paradeiro de uma criança e

tanha, junto de uma gruta de cristal, e que de vez em quando desce à aldeia para enfeitizar os homens que encontra... Não se discute o interesse «cinéfilo» de rever as obras de Lenie Riefenstahl, brilhante actriz e realizadora germânica e uma das mais fascinantes e polémicas personalidades femininas da História do Cinema. O

que se estranha é que, não procurando em regra a RTP enquadrar com os adequados comentários as grandes obras cinematográficas do cinema clássico que de vez em quando apresenta, escolha (com toda a aparência de, pelo menos, leviano critério) precisamente o período em que se comemora Abril para encetar aquilo que se configura como uma pequena retrospectiva de uma das mais importantes (e eficazes) propagandistas do nacional-socialismo - da ideologia nazi-fascista! Só faltava que, na próxima segunda-feira, dia 25 de Abril de 1994, a TV 2 se lembrasse de transmitir *O Triunfo da Vontade*, um hino de louvor (em forma de monumental documentário) que a mesma Riefenstahl realizou com avultados meios para propagandear, com os efeitos que se sabe, o Congresso de Nuremberga de 1934 - essa tenebrosa celebração da ascensão de Hitler ao poder!...

O Último Dever

(Terça, 21.50, Quatro)

Dois oficiais subalternos da Marinha são encarregados de acompanhar um *praça* até à prisão militar de Portsmouth, condenado a oito anos de prisão por ter roubado uma caixa de esmolas com quarenta dólares lá dentro! Mas, tomados de compreensão pelas desventuras do pobre e simpático marinheiro, acabam por deixá-lo viver os últimos três dias de liberdade na sua companhia, de bar em bar, de combóio em combóio, de autocarro em autocarro e de aventura em aventura... Um filme doce e amargo, imensamente triste mas ao mesmo tempo arrancando-nos saudáveis gargalhadas.

Mas, também, uma crítica e uma desmistificação do «outro lado» da vida militar. Com Jack Nicholson num dos seus maiores papéis.

Enganada

(Quarta, 21.45, Canal 1)

Partindo dos mecanismos próprios do *thriller* e desenvolvendo-os com alguns laivos de destreza e talento, este filme acaba por terminar da forma mais absurda e desajeitada, subvertendo a lógica da própria narrativa que tão laboriosamente fora construída desde o início. É este, aliás, o problema fundamental deste filme falhado: o de um argumento que aparentemente está escorreamente delineado (e a que vem juntar-se o ofício da competente escrita dos diálogos) mas cuja lógica de construção não leva em conta o próprio «argumentista» que existe em cada um de nós, espectadores. A história é banal e tem todos os ingredientes que servem os propósitos do género: um casal de jovens antiquários tem uma filha (que todos ficamos a suspeitar vai estar no centro das atenções - raptada?, assassinada?, violentada?), a sua vida em comum parece decorrer no melhor dos mundos (mas o crime horrendo vai deitar tudo por terra...) e a jovem esposa descobre a verdade sobre o marido e vai tentar investigar tudo por sua conta e risco. E, pelo meio, existem as habituais manipulações do *suspense*, que não chegam a esquecer o velhíssimo truque do surgimento, no escuro, de um gato!... Enfim, um filme que se estraga pelo caminho, deixando os espectadores com a sensação que, afinal, o título português já deixara adivinhar: que fomos todos enganados!

A Sexta Testemunha

(Quarta, 00.15, Canal 1)

Tudo começa por um crime que é cometido num compartimento-cama, cujos viajantes são depois mortos um após o outro, o que prejudica os esforços de um inspector da polícia para tentar deslindar o caso. Até que uma jovem criança, indirectamente, coloca o inspector no caminho certo - o qual o leva à prisão do seu próprio ajudante! Enfim, a curiosidade deste filme reside exclusivamente, afinal, no facto de se tratar da estreia de Costa-Gravas no cinema. Um filme que apenas iria revelar-se um «exercício de estilo» em que já são visíveis as suas futuras qualidades e limitações. Mas a inegável destreza de um primeiro filme não deixa esconder um certo «maneirismo» que afecta irremediavelmente o seu resultado final.



Jack Nicholson, Randy Quaid e Otis Young, em «O Último Dever», de Hal Ashby

de sua mãe - o que o levaria, por tabela, a achar a chave para a resolução de um caso de tráfico de droga. E o realizador Ivan Reitman, especialista (como em *Ghostbusters*) em aliar os mecanismos da comédia mais absurda à tensão das histórias mais dramáticas, tira um excelente partido da contradição entre a musculada compleição física do actor principal e a sua conjuntural faceta de pacato e paciente professor - o que constitui o sal e a pimenta, essenciais, deste filme.

Fim-de-Semana Alucinante

(Domingo, 00.10, Canal 1)

Quatro homens de negócios, amigos citadinos, decidem passar o fim-de-semana descendo em canoa o vale de Cahula, nas montanhas Apalachianas, aproveitando uma das últimas oportunidades para o fazer antes que essa maravilhosa paisagem seja inundada por um lago artificial. Mas o empreendimento dos seus tempos livres acabaria por se transformar numa tragédia em que sofrem um brutal ataque de dois habitantes locais, perante a complacência das autoridades policiais da região. *Fim-de-Semana Alucinante* é, seguramente, um dos mais violentos filmes jamais feitos, com encenação brilhante de John Boorman e esponsorosa fotografia de Vilmos Zsigmond - apenas duas das suas qualidades mais evidentes. Mas, no seu sentido mais profundo, encontramos uma reflexão sobre a problemática da ecologia, dramaticamente traduzida no terrível confronto entre dois mundos, o urbano e o rural. Burt Reynolds tem talvez aqui a sua verdadeira primeira grande prestação no cinema, bem acompanhado aliás por Jon Voight, Ned Beatty e Ronny Cox (estes dois últimos no seu primeiro filme). E uma especial chamada de atenção vai também para a cena de antologia do «duelo entre banjos». Um filme de alta tensão, para espíritos fortes...

A Luz Azul

(Segunda, 16.30, TV 2)

Contemplada na programação da semana passada da mesma TV 2 com a passagem de um dos seus últimos filmes (*Tiefand - Terras Baixas* - iniciado nos anos 30, mas apenas terminado e estreado depois da Guerra, nos anos 50), Lenie Riefenstahl vê, de novo, debruçarem-se sobre ela as atenções dos programadores da RTP, que escolheram para esta semana o seu primeiro filme. *A Luz Azul*, adaptação cinematográfica da lenda que marca fortemente os habitantes de uma aldeia próxima de uma montanha - a de uma jovem bela e selvagem que vive só na mon-

O silenciar dos inocentes

Francisco Costa

«O Partido Comunista Português considera necessário chamar a atenção do movimento antifascista de Portugal e da opinião pública internacional para a intensificação pelo governo de Marcelo Caetano dos preparativos para novas e espectaculares medidas demagógicas em relação ao problema colonial, com as quais procurará encobrir a sua verdadeira política de exploração, de opressão e de guerra. (...) A apresentação de "homens lúcidos" do governo opondo-se a generais que continuam a defender que o governo deve ainda jogar numa vitória militar (...), os esforços da diplomacia caetanista para uma aproximação e entendimento com governos africanos de política conservadora - são alguns dos passos bem visíveis de tais preparativos. (...) os colonialistas levariam a cabo medidas "descentralizadoras", com a valorização de pseudo-governos e de assembleias legislativas, no quadro do que já começam a chamar "Comunidade Portuguesa" ou "Comunidade Lusíada". (...) Uma tal manobra, a concretizar-se, teria como objectivos fundamentais manter intactas, sob as novas estruturas administrativas, as posições dos monopólios portugueses e estrangeiros e a exploração e opressão dos povos submetidos ao jogo colonial português (...) procuraria convencer a opinião internacional de que começava de facto a "descolonização" portuguesa (...) procuraria facilitar aos governos que ajudam o colonialismo português a justificação dessa ajuda perante os seus próprios povos.»

Esta longa citação de alguns passos do artigo de fundo intitulado «O Governo prepara medidas demagógicas em África», que surgia na primeira página do «Avante!» clandestino, nº. 461, de Janeiro de 74 (apenas três meses antes da Revolução de Abril!), justifica-se amplamente num momento em que, inseridos no lamentável pano de fundo que tem constituído a omnipresente e multifacetada «revisão» da História recente do nosso país (com especial incidência na abordagem das causas e dos efeitos do 25 de Abril), proliferam nos vários canais os debates televisivos subordinados aos chamados 3 D's do Programa do MFA, dos quais a Descolonização ocupou na passada semana longas horas de antena, com alguma fama mas quase nulo proveito, porque em regra orientados para mistificar os factos e manipular a opinião pública.

A montanha pariu um rato

Começamos, então, pelo debate da SIC - sugestivamente intitulado «Marcelo Caetano: a corda na garganta».

É que a citação acima transcrita serve ainda para, de algum modo, reduzir às devidas proporções os resultados das «investigações» sobre o chamado «encontro de Londres» iniciadas pelo Expresso e continuadas, na modalidade audiovisual, pela SIC, num trabalho aliás eficazmente bem organizado e montado pela jornalista Cândida Pinto.

Não se contesta o interesse de tais estudos e investigações, de resto em teoria bem mais úteis como «motor de arranque» para um debate que, ao contrário do realizado à mesma hora pelo Canal 1, do ponto de vista exclusivamente quantitativo apostou nas poucas presenças em estúdio. O que se estranha é que, sabendo-se (ou podendo-se saber, como acima se viu) o que há muito tempo se sabia, com tal ou tal contorno, acerca da fase final do consulado de Caetano e das desesperadas manobras para tentar salvar a face e manter o essencial, estas «novas revelações» tanto tenham espantado alguns dos qualificados convidados presentes no estúdio, sobretudo o socialista Almeida Santos que logo a elas se agarrou qualificando-as de «sismo» que obrigaria a rever tudo o que sabíamos». O que se lamenta é que o mesmo alto dirigente socialista se tenha aproveitado da boleia para, numa linha de argumentação que quase se resumia à agora estafada desculpa «nós bem queríamos fazer diferente, mas não pudemos», inventar alibis e justificações desculpadoras sobre decisões inadiáveis na matéria, que foram justamente assumidas por governos da época onde esta-

vam representados todos os principais partidos nacionais. O que indigna é que, na presença avassaladora de requentados, saudosistas e revanchistas argumentos (esses sim, perfeitamente naturais) longamente explanados pelo ministro fascista dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício - numa magnânime multiplicação do tempo de antena que já lhe havia sido concedido no documentário inicial - tenham escapado ao Presidente do PS termos como «terroristas» (!) para qualificar os guerrilheiros dos movimentos de libertação das colónias. O que é inqualificável é que, naquele debate, tenha ficado a parir com substancial peso - apenas firmemente contestados por Pezarat Correia e só tardia e timidamente contrariados por Almeida Santos - o decantado sentimento de «vergonha» pela «desastrosa descolonização»; a absurda ideia do «referendo» pós-Revolução em que os portugueses continuariam a decidir, cá, do destino dos povos das colónias (na linha neocolonialista desesperadamente tentada por Spínola); a total mistificação expressa no conceito de que a «descolonização» deveria ter sido, afinal, uma iniciativa exclusivamente nacional, à revelia da esmagadora contestação do povo português à Guerra Colonial e fingindo que ela não foi imposta e alcançada, em primeiríssima análise, pela corajosa e porfiada luta dos povos africanos em armas - tudo isto defendido, sem pestanejar e com demagógica comoção, por Veiga Simão, actual membro do PS e célebre introdutor dos «gorilas» na Universidade portuguesa, quando ministro da Educação do governo fascista de Caetano. O que escandalizou, por fim (mas não espantou), foram os ânimos acirrados do agora tão engravatado e composto Emídio Rangel que, assumando-se com a agressividade de outros tempos mais radicais, resolveu atacar na direcção errada, na reprodução dos falaciosos argumentos da direita, os militares de Abril por não terem assumido as suas responsabilidades em matéria de descolonização, do mesmo passo que com todo o à-vontade falava de... «provincias ultramarinas».

O mesmo Rangel que não encontrou melhor convidado para participar no debate do que essa personagem que ao serviço da propaganda do fascismo sempre envergonhou a profissão do jornalismo, o impensável João Coito, a que na circunstância foi proporcionada a larga expressão do revivalismo das suas convicções, vinte anos após a democratização da comunicação social em Portugal. Um perfeito exemplo, mais, da concepção de «pluralismo» da inovadora SIC.

Um debate desfocado, um julgamento abjecto

Independentemente das reservas e limitações que devam apontar-se ao debate da SIC (em particular quanto à presença totalmente

AVANTE! AOS TRABALHADORES DE PORTUGAL



O GOVERNO PREPARA medidas demagógicas em África

O Secretariado do Comité Central do PCP publicou a seguinte nota sobre as novas manobras dos colonialistas

1. O Partido Comunista Português considera necessário chamar a atenção do movimento anti-fascista de Portugal e da opinião pública internacional para a intensificação pelo governo de Marcelo Caetano das preparativas para novas e espectaculares medidas demagógicas em relação ao problema colonial, com as quais procurará encobrir a sua verdadeira política de exploração, de opressão e de guerra.

O VIII Congresso Sindical Mundial dirige os seus melhores cumprimentos de solidariedade aos trabalhadores e aos democratas de Portugal. Face ao aprofundamento da crise do regime fascista, ao agravamento da situação económica e social, aos atentados contra as liberdades, a repressão, ao apoio inflexível das guerras coloniais, conduzidas com a ajuda do O.F.A.N., o descontentamento cresce e exprime-se com força através de greves e manifestações frequentes.

EM 1974 AI ALCAR A LUTA EM TODAS AS FRENTES

nância daqueles e constantemente interrompidos por um timidamente desajeitado Luís Marinho, cujas intervenções mais significativas pareciam ser as de que «já estamos em cima da hora para terminar o programa».

O Canal 1 porque mais uma vez resolveu transformar num lamentável produto de «informação-espectáculo», um debate que, justa e competentemente dirigido, ainda poderia mesmo assim lançar luz sobre a discussão e de forma correcta confrontar as várias teses em presença.

Mas o principal problema de que têm enfermado, em geral, estes lamentáveis debates é o critério altamente discutível das personalidades convidadas. Passados vinte anos depois de Abril, em que durante quase duas décadas o solitário operador de televisão existente nunca soube ou nunca esteve interessado (como ao seu estatuto de «serviço público» competiria) em seriamente investigar a realidade e a história do país - em particular o período do fascismo em Portugal - o que agora se propõe aos espectadores portugueses é a discussão da Descolonização, quando sempre se ignorou a investigação do longo e negro período da Colonização e a opressão de outros povos por um regime totalitário à revelia do seu próprio povo e ao serviço do imperialismo; é abordar o tema da Democratização, quando nunca se trataram em profundidade os dramas, os crimes, as consequências da Ditadura e as corajosas lutas de resistência antifascista; será, previsivelmente, nos debates que faltam, o lançamento de calúnias sobre o Desenvolvimento pós-25 de Abril e as suas conquistas, quando jamais se fez o estudo da miséria, da opressão e do subdesenvolvimento político, económico, social e cultural de um regime terrorista, apoiado pelos grandes monopolistas e latifundiários, e sempre se silenciaram os incêndios das searas, as sabotagens das empresas, as fugas de capitais para o estrangeiro, nos meses posteriores à Revolução.

Não é assim de estranhar que, na TVI, os jovens estudantes universitários de vinte anos tenham feito as perguntas que fizeram, alguns deles conduzidos e influenciados que eram pela predominância das imagens manipuladas, da música tenebrosa e dos textos confusionalistas do documentário que José Freire Antunes, de forma abjecta, previamente elaborou - o mesmo Antunes, antigo provocador profissional nas fileiras da «linha vermelha» do MRPP, entretanto doutorado certamente sob os auspícios e o patrocínio dos americanos e agora acolhido numa sequência lógica como abundante escrevinhador da direita, navegando nas águas do PSD e até há pouco tempo assessor de Cavaco Silva.

Como não é de estranhar (mas é indigno de um debate democrático) que, no Canal 1, entre outras assumidas múmias fascistas, civis e militares, e por entre a gritaria de um punhado de «espoliadores» dos povos das colónias, de novo tenha surgido a falar alto (a exemplo do que fizera na véspera, na «televisão de inspiração cristã») o mesmo Alpoim Calvão - invasor de Conakry, indigitado director da PIDE nas vésperas do 25 de Abril, membro do ELP e do MDLP e confesso bombista do «Verão quente» de 75 - sob o frequente e autista «enquadramento histórico» do patético Borges de Macedo.

Tristes televisões estas, em que o conceito de «pluralismo», tantas e tantas vezes invocado para logo ser conspurcado, de forma provocatória se confunde com a promíscua mescla de alegadas «legitimidades», idênticas tanto para democratas, antifascistas e lutadores pela liberdade (a quem matematicamente foi coarctado o tempo de intervenção, mas corajosa e frontalmente ergueram a voz da sua razão e protesto) como para adeptos da extrema-direita, inimigos da liberdade e saudosistas do passado.

Como se o que estivesse em discussão fosse o quarto D de uma qualquer reedição da cartilha do Estado Novo - o do Delírio revanchista! Como se o que estivessemos a celebrar nestes dias não fosse a data do advento da Liberdade, mas o seu julgamento!



de FOICE

Indignidade

Primeiro foi o silêncio. Depois, a verborreia. Em qualquer dos casos a mesma intenção - branquear a História ao sabor das conveniências.

Antes do frenesim do vigésimo aniversário do 25 de Abril ter chegado às nossas televisões, o que só por ingenuidade ou pela mais completa ignorância se poderia tomar por sincero desejo de informar, esclarecer, homenagear os que nunca souberam o que foi o fascismo e os que o souberam bem de mais, antes disso, dizia, houve o silêncio. Um silêncio tão grande, tão forte, tão pesado que uma geração inteira de portugueses, os jovens nascidos depois de Abril, pouco ou nada sabe do que representa tal data para além de um feriado no calendário. Os arquivos fecharam-se a sete chaves, os livros-negros foram deixados a ganhar pó em prateleiras inacessíveis à maioria das bolsas, os testemunhos vivos deixados em lista de espera a ver se morrem. Os programas escolares, ou reduzem a questão ao rol das efemérides, sem outras explicações que as de iniciativa individual de um ou outro professor, ou remetem o desenvolvimento para o final do ano, lá onde o tempo nunca chega para se lhe dedicar atenção.

As vozes que clamaram contra o silêncio, mais do que abafadas foram escarnecidas. 'Lá estão eles, diziam, os velhos do Restelo virados para o passado. Já perderam o futuro. O futuro somos nós'.

E de novo o silêncio na algazarra do sucesso.

Vinte anos depois, lavados os cérebros, soou a hora da verborreia. Controlados os meios, a mensagem é a que se quer. Não faltou sequer a princípio a pincelada de verniz pluralista, lá onde se pensou que as ideias de há muito cristalizadas no imaginário colectivo já não podiam ser beliscadas por esclarecimentos tardios. Foi assim que comunistas e outros democratas, poucos embora, tiveram tempo de antena para falar da guerra colonial, da descolonização, da luta pela democracia. Convidados foram também os fascistas, assumidos agora, e os situacionistas de todos os tempos.

O verniz não durou muito. Os fascistas, disputados como vips, depressa encheram todas as câmaras, preencheram todos os depoimentos, ocuparam todas as entrevistas. Até que se chegou à polícia política, à PIDE/DGS, aos métodos repressivos. A TVI deu o sinal de partida, a SIC seguiu-lhe o exemplo.

Assim se soube, por um PIDE bem instalado em monte alentejano, que a repressão nunca existiu, que as torturas nunca foram além de uns tabefes, que na António Maria Cardoso os presos políticos comiam lagosta (sic) e os mais novos até nem queriam que se chamasse a família para os levar para casa para ganharem o direito ao cognome de mártires. Mais se soube que a contestação ao regime foi feita por intelectuais e que o 25 de Abril nasceu antes, muito antes, na cabeça de coronéis e generais. Comunistas? Operários? Presos políticos? Tarrafal? Greves? Tortura? Repressão? Fome? Miséria? Censura? Fascismo? Estranhas palavras que os refazedores da História se propõem apagar do vocabulário.

No país reinventado pelo audiovisual, a morte nunca saiu à rua, o sangue nunca manchou as mãos dos pides, as celas de Caxias e Peniche foram casas de repouso e a liberdade nunca teve grades. Era um regime um bocadinho autoritário, só isso.

Acontece, porém, que a História acaba sempre por fazer-se. É aí que os oprimidos têm nome. E os carrascos e os vendidos também.

■ AF

Festival Liberdade Mais artistas num grande acontecimento cultural

Sitiados, Luís Represas e Tito Paris são três nomes artísticos que se vão juntar aos divulgados nas páginas do «Avante!» a semana passada como participantes no Festival Liberdade que se vai realizar em 14 e 15 de Maio na Atalaia, Amora-Seixal, numa iniciativa da Associação de Municípios de Setúbal, diversas autarquias locais e associações, para comemorar com a juventude os 20 anos da Revolução dos Cravos.

A estes nomes irão juntar-se, na componente de espectáculos musicais, os já anteriormente divulgados: Delfins, Maria João com outras iniciativas de que se destacam a realização de um grande acampamento, com actividades de campo, junto ao rio Tejo, provas

Uma grande iniciativa cultural e lúdica, feita por jovens para os jovens, vai, em Maio, comemorar as conquistas de Abril.

Mário Laginha, Sétima Legião e um espectáculo que sob o título genérico «Viver Abril» reúne nomes como Sérgio Godinho, Vitorino, João Afonso e Mané. A organização irá anunciar nos próximos dias os nomes de artistas internacionais que participarão na iniciativa.

«Para Festejar Abril, Traz Outro Amigo Também» é o lema deste Festival Liberdade, destinado a jovens, que para além dos espectáculos musicais será constituído por

desportivas entre as quais se incluem futebol de salão, andebol e diversos «desportos radicais», exposições-vendas de artesanato urbano e rural, exposições de vídeo wall e exposições de fotografia e outra intitulada «Art' Abril».

Para além dos espectáculos no palco principal, vão ainda acontecer durante o fim-de-semana deste Festival outros espectáculos em outros palcos, de onde se destaca o espaço dedicado à música moderna



portuguesa. Jazz, música popular portuguesa e rock serão outros géneros musicais incluídos na programação diversa do acontecimento cultural e recreativo.

Teatro e performance são ainda outros géneros de expressão artística que vão acontecer na Atalaia, muitas vezes protagonizados por agrupamentos e formações juvenis.

A organização pretende com esta iniciativa aprofundar junto dos jovens o significado das comemorações de Abril, lembrando que comemorar a Revolução significa «antes do mais, comemorar a Liberdade, a Paz, o fim do fascis-

mo, da opressão, da guerra colonial, da tortura, da censura».

Num folheto que está a ser distribuído recorda-se que «Abril trouxe a liberdade, a instauração do regime democrático, o fim da guerra colonial e muitas outras regalias de carácter político e social tais como a instauração do salário mínimo nacional, o poder local democrático, o direito de voto aos 18 anos, a democratização do ensino, a gestão democrática das escolas», entre outros.

Afinal, conquistas que os jovens de hoje usufruem e em cuja defesa para a manutenção e aprofundamento se empenham.

Agricultores na miséria pagam 70 milhões de juros

Uma delegação da Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa foi recebida pela Governadora Civil do distrito, na sequência do alerta e reclamação anteriormente feita pelos dirigentes associativos agrícolas, preocupados pela forma como o Governo tem vindo a conduzir a política agrícola do país. No encontro, os agricultores disseram à Governadora Civil que caso a actual situação não mude, «os agricultores terão de se mexer de outra forma, em defesa dos seus sagrados direitos que estão a ser arruinados».

Sentimentos semelhantes foram manifestados num encontro ocorrido em Évora entre as direcções da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Novo, da Cooperativa Agrícola Caminhos do Futuro, da Comissão Local dos Agricultores das Alcáçovas e da Fenca-Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção.

Neste encontro, a que se associou a CNA, o ano de 1993 é descrito como não tendo tido «qualquer evolução positiva para a actividade agrícola», dada a invasão de produtos desnecessariamente importados, as altas taxas de juro e dos factores de produção, o atraso no pagamento dos subsídios compensatórios e as dificuldades burocráticas.

Só de juros à banca, os agricultores pagaram o ano passado mais de 70 milhões de contos, e sectores como os cereais, pecuária, leite e hortofruticultura foram duramente afectados, o que se faz sentir muito especialmente no Alentejo, onde a desertificação do mundo rural é uma das consequências visíveis do processo.

Estas organizações acusam o Governo de ter feito más negociações (no GATT e na PAC) e má utilização dos fundos comunitários, o que coloca a agricultura nacional à beira da falência e, ainda por cima, deve milhões de contos aos agricultores em indemnizações, subsídios comunitários, e não prorrogou o período de transição para os códigos do IRS e IRC na tributação fiscal a aplicar aos agricultores.

Entre outras medidas que estas organizações consideram de indis-

pensável aplicação, conta-se o pagamento dos subsídios compensatórios, a baixa nas insuportáveis taxas de juro, a aplicação de medidas compensatórias dos altos custos de produção (adubos, combustíveis, rações, etc.).

As organizações exigem a definição de uma política agrícola que implemente o sector, tendo em conta a sua importância económica e social na região alentejana, o prosseguimento de uma política de uma investigação agrária que vise o apro-

veitamento dos recursos hídricos, experimentação e aplicação de culturas alternativas.

Por outro lado, reivindicam medidas que facilitem e promovam o associativismo, aproximando a investigação e os técnicos das explorações agrícolas e estas dos circuitos de comercialização e a defesa em todas as instâncias do direito e da necessidade económica e social de fazer agricultura no Alentejo no sentido de manter vivo o mundo rural.

Anotação dos Dias nas edições «Avante!»

«Anotação dos Dias» é um livro de poemas de Carlos Brito, lançado na terça-feira, no bar Tertúlia, em Lisboa, e que reúne uma colecção de textos escritos durante os anos de prisão do autor, no período do fascismo.

A obra seria apresentada a dezenas de amigos e camaradas do director do «Avante!» pelo Professor Doutor Óscar Lopes, que explicaria o contexto em que a escrita aconteceu e os temas que são abordados ao longo das cem páginas do livro.

De seguida, o escritor José Manuel Mendes e o poeta Manuel Alegre disseram alguns dos poemas incluídos nesta «Anotação dos Dias», falando o primeiro das relações culturais e literárias, paralelamente com a política e a amizade, que desde há muitos anos mantêm com o autor, enquanto Manuel Alegre sublinharia a qualidade poética que a leitura do livro lhe revelara.

Palavras escutadas pelas numerosas personalidades presentes, entre as quais podemos ver o

secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, outros dirigentes do Partido e o antigo presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral, que no final cumprimentou o poeta.

Carlos Brito agradecerá quer as palavras que lhe foram dirigidas quer a todos os que o incentivaram ou tornaram possível esta publicação, levada a cabo pelas edições «Avante!», justificando-a pela impossibilidade de edição anterior (a prisão, a clandestinidade e a intensa actividade política posterior ao 25 de Abril) e pelo facto de, hoje, ela poder ser um contributo para combater a crescente onda de branqueamento que alguns parecem querer ver abater-se sobre os cinquenta anos de fascismo. Brito manifestou ainda um desejo literário: que a poesia portuguesa volte a abraçar um caminho de ligação profunda com a realidade, abandonando o puro formalismo ou, como diria Manuel Alegre, ao secundarizar o apelo, «o mero texto sobre o texto».

